



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
Ano 2020

**Adriana Filipa
Bogalho Santos**

**Relações comerciais entre Portugal e Suíça a partir
da adesão de Portugal à Comunidade Económica
Europeia**



**Adriana Filipa
Bogalho Santos**

**Relações comerciais entre Portugal e Suíça a partir
da adesão de Portugal à Comunidade Económica
Europeia**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas e Relações Empresariais, realizada sob a orientação científica da Dr^a Maria Hermínia Deulonder Correia Amado Laurel, Professora Catedrática do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho aos meus pais, pois sem eles nada disto seria possível.

o júri

presidente

Doutora Ana Maria Martins Pinhão Ramalheira
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

vogais

Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum
Professora Auxiliar Convidada da Universidade de Aveiro (arguente)

Doutora Maria Hermínia Deulonder Correia Amado Laurel
Professora Catedrática Aposentada da Universidade de Aveiro (orientadora)

agradecimentos

Num trabalho como este, que dita o final de mais um capítulo da minha vida académica, tenho de agradecer a todos aqueles que me marcaram ao longo do mesmo:

Aos meus pais, por todo o apoio incondicional. Sem eles, nada disto seria possível;

Aos meus avós, que são uma luz na minha vida;

Ao Sérgio, por todo o amor, carinho e paciência que demonstrou ao longo destes meses;

Ao Carlos e ao Luís, que não deixam a distância quebrar promessas;

À Santa e à Parreira, duas alentejanas de alma, que me enchem o coração todos os dias e nunca me deixaram desistir;

À minha orientadora Professora Doutora Maria Hermínia Deulonder Correia Amado Laurel, por quem tenho um enorme carinho, que sempre me ajudou a ser melhor na minha vida académica na Universidade de Aveiro e que sempre me encorajou nos momentos mais difíceis;

À Embaixada da Suíça e à Câmara de Comércio e Indústria Suíça em Portugal, mais concretamente ao Sr. Patrick Durrer, cuja disponibilidade e colaboração constantes desejo aqui enaltecer. Agradeço a todos os dados que me foram fornecidos para a realização deste trabalho;

Ao Banco Nacional Suíço, com quem entrei em contacto de modo a obter mais dados para enriquecer o meu estudo;

Chegou a hora de abrir as asas e voar! A todos vós, que não me deixaram cair, o meu muito obrigada.

palavras-chave

Línguas e Relações Empresariais, Portugal, Suíça, União Europeia, Comunidade Económica Europeia, Relações Comerciais

resumo

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e a sua adesão ao Euro trouxeram alguns desafios a Portugal. Ainda assim, países como a Suíça não aderiram e mantiveram a sua moeda.

Esta dissertação, apresentada para a obtenção do grau de mestre em Línguas e Relações Empresariais, incide sobre o estudo das relações comerciais entre Portugal e a Suíça, tomando como ponto de partida a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia até à contemporaneidade. Este trabalho procura analisar as relações comerciais entre um país que acordou pertencer à Comunidade Económica Europeia e um país que não aderiu, mas que mantém relações muito próximas com os países da União Europeia, incluindo Portugal., através da via bilateral.

Assim, foi desenvolvida uma perspetiva histórica ao longo do trabalho, associada a pesquisas centradas na economia e nas trocas comerciais entre os dois países em estudo, com vista ao seu melhor conhecimento.

keywords

Languages and Business Relations, Portugal, Switzerland, European Union, European Economic Community, Trade Relations.

abstract

The entry of Portugal in the European Economic Community and its accession to the euro brought on some challenges for Portugal. However, countries like Switzerland did not access and kept their own currency. This dissertation, presented in order to obtain a master's degree in Languages and Business Relations, concerns the study of trade relations between Portugal and Switzerland starting from the moment of accession of Portugal to the European Economic Community going to contemporaneity. This paper pursues the analysis of the trade relations between a country that agreed to belong to the European Economic Community and a country that did not, although it maintains close relations with the countries belonging to the European Union, including Portugal, via bilateral. Thus, it was developed a historic perspective throughout the paper, brought on by researches focused on the economy and trade relations between the two countries that are studied while aiming for a better understanding of the two.

mots clés

Langues et relations d'affaires, Portugal, Suisse, Union Européenne, Communauté Économique Européenne, Relations commerciales

résumé

L'entrée du Portugal dans la Communauté économique européenne et son adhésion à l'euro ont posé quelques défis au Portugal. Pourtant, des pays comme la Suisse n'ont pas adhéré et ont conservé leur monnaie.

Cette thèse, présentée pour obtenir un master en langues et relations commerciales, se concentre sur l'étude des relations commerciales entre le Portugal et la Suisse, en prenant comme point de départ l'adhésion du Portugal à la Communauté économique européenne jusqu'à aujourd'hui. Ce travail vise à analyser les relations commerciales entre un pays qui a accepté d'appartenir à la Communauté économique européenne et un pays qui n'y a pas adhéré, mais qui entretient des relations très étroites avec les pays de l'Union européenne, dont le Portugal, par la voie bilatérale.

Ainsi, une perspective historique a été développée tout au long des travaux, associée à des recherches centrées sur l'économie et le commerce entre les deux pays étudiés, visant à approfondir leur connaissance mutuelle.

Índice Geral

Índice de acrónimos.....	14
Índice de tabelas.....	15
Índice de gráficos.....	15
Índice de figuras	15
Introdução.....	17
Metodologia	19
Capítulo 1 – A União Europeia.....	21
1.1. A criação da União Europeia	21
Capítulo 2 – Portugal	29
2.1. Contextualização social, económica e política do país.....	29
2.2. A integração de Portugal na Comunidade Europeia.....	30
2.3. Consequências da adesão	34
Capítulo 3 – Suíça	37
3.1. Contextualização social, económica e política do país.....	37
3.2. A Suíça no contexto da União Europeia.....	38
Capítulo 4 – O mercado português	42
4.1. O crescimento económico em Portugal	42
4.2. O comércio internacional	44
4.2.1. Exportações.....	46
4.2.1.1. Exportação de bens	46
4.2.1.2. Exportação de serviços	48
4.2.2. Importações	50
4.2.2.1. Importação de bens	50
4.2.2.2. Importação de serviços.....	52
Capítulo 5 – O mercado suíço	54
5.1. O crescimento económico	54
5.2. O comércio internacional	55
5.2.1. Exportações	58
5.2.1.1. Exportação de bens	59
5.2.1.2. Exportação de serviços.....	61
5.2.2. Importações	63

5.2.2.1. Importação de bens.....	64
5.2.2.2. Importação de serviços.....	65
Capítulo 6 – Relações comerciais entre Portugal e a Suíça.....	67
6.1. Acordo bilateral.....	67
6.2. Trocas comerciais.....	69
6.2.1. Exportação e importação de bens	69
6.2.2. Exportação e importação de serviços.....	76
Considerações finais.....	80
Fontes bibliográficas	82
ANEXOS.....	87
Anexo 1: Exportação portuguesa de bens, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1986-2019).	88
Anexo 2: Exportação portuguesa de bens por tipo, em percentagem (1993-2019)	89
Anexo 3: Exportação portuguesa de serviços, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1996-2019).....	90
Anexo 4: Exportação portuguesa de serviços, por tipo, em percentagem.....	91
Anexo 5: Importação portuguesa de bens, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1986-2019)	92
Anexo 6: Importação portuguesa de bens, por tipo, em percentagem (1993-2019)	93
Anexo 7: Importação portuguesa de serviços, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1996-2019).....	94
Anexo 8: Importação portuguesa de serviços, por tipo, em percentagem (1996-2019).....	95
Anexo 9: Exportações suíças, por principais parceiros comerciais, em milhões de francos (1990-2019)	96
Anexo 10: Exportações suíças, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1990-2019)	97
Anexo 11: Exportação suíça de bens, por tipo, em milhões de francos (1990-2020)	98
Anexo 12: Exportação suíça de bens, por tipo, em percentagem (1990-2018).....	101
Anexo 13: Exportação suíça de serviços, em milhões de francos (2012-2019)	104
Anexo 14: Exportação suíça de serviços, em percentagem (2012-2019)	105
Anexo 15: Importações suíças, por principais parceiros comerciais, em milhões de francos (1990-2019)	106
Anexo 16: Importações suíças, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1990-2019).....	107
Anexo 17: Importação de bens suíça, por tipo, em milhões de francos (1990-2019)	108
Anexo 18: Importação de bens suíça, por tipo, em percentagem (1990-2019).....	111
Anexo 19: Importação suíça de serviços, em milhões de francos (2012-2019)	114
Anexo 20: Importação suíça de serviços, em percentagem (2012-2019).....	115

Índice de acrónimos

- AICEP** - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
- BEI** – Banco Europeu de Investimento
- BIRD** – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- CECA** – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CE** – Comunidade Europeia
- EEE** – Espaço Económico Europeu
- EFTA** - European Free Trade Association
- EUA** – Estados Unidos da América
- EURÁTOMO** – Comunidade Europeia da Energia Atómica
- FEDER** - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- FEOGA** - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GATT** – General Agreement on Trade and Tariffs
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MFA** – Movimento das Forças Armadas
- NATO** – North Atlantic Treaty Organisation
- OECE** – Organização Europeia para a Cooperação Económica
- OIT** – Organização Internacional do Trabalho
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PAC** – Política Agrícola Comum
- PEDAP** - Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa
- PEDIP** - Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa
- PESC** - Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia
- PIB** – Produto Interno Bruto
- SECO** - Secrétariat d'Etat à l'économie
- SDN** – Sociedade das Nações
- TUE** – Tratado da União Europeia
- UE** – União Europeia
- UNESCO** – United Nations Education, Science and Culture Organisation
- UEO** – União da Europa Ocidental
- URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice de tabelas

Tabela 1: Países da UE, por data de adesão.	27
Tabela 2: Países que fazem parte do espaço Shengen.....	28
Tabela 3: Total de exportações e importações de bens Portugal-Suíça, em milhões de euros	70
Tabela 4: Total de exportações e importações de bens Suíça-Portugal, em milhões de euros	70
Tabela 5: Exportações de Portugal para a Suíça por grupos de produtos, em percentagem	71
Tabela 6: Principais produtos exportados para a Suíça, em percentagem.....	72
Tabela 7: Importações de Portugal provenientes da Suíça por grupos de produtos, em percentagem	74
Tabela 8: Principais produtos importados provenientes da Suíça, em percentagem.....	75
Tabela 9: Total de exportações e importações de serviços Portugal-Suíça, em milhões de euros	76
Tabela 10: Total de exportações e importações de serviços Suíça-Portugal, em milhões de euros	77
Tabela 11: Exportações de Portugal para a Suíça por tipo de serviços, em percentagem	78
Tabela 12: Importações de Portugal provenientes da Suíça por tipo de serviço, em percentagem.	79

Índice de gráficos

Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB em Portugal.....	42
Gráfico 2: Saldo da balança comercial portuguesa (1996-2019)	45
Gráfico 3: Taxa de crescimento do PIB na Suíça.....	55
Gráfico 4: Saldo da balança comercial suíça (1996-2017)	56
Gráfico 5: Saldo da balança comercial total Portugal-Suíça.....	68

Índice de figuras

Figura 1: Principais clientes e fornecedores de Portugal em 2018	46
Figura 2: Principais clientes e fornecedores da Suíça em 2017	57

Introdução

O presente estudo trata as relações comerciais entre Portugal e a Suíça a partir da adesão de Portugal à CEE.

Com isto, foram criadas algumas hipóteses de investigação que serviram de base para a realização da dissertação: perceber por que razão Portugal aderiu à CEE; perceber por que razão a Suíça não aderiu à CEE e o seu contexto na atual UE; perceber, para cada um dos mercados, quais as principais áreas de negócio, com a análise dos produtos importados e exportados e principais parceiros comerciais e perceber e avaliar a evolução das relações comerciais entre Portugal e a Suíça a partir dos dados disponíveis.

No capítulo um, dedicado à criação da União Europeia, são descritos todos os processos até à criação da organização. Uma vez que o período cronológico em análise se iniciava na entrada de Portugal na CEE, tornou-se relevante fazer uma contextualização dos factos.

O segundo capítulo é destinado a um dos países em análise – Portugal. Também no sentido de contextualizar o país, realizou-se uma contextualização social, económica e política do mesmo. Em seguida, foi descrito o processo da entrada de Portugal na Comunidade Europeia e as suas consequências.

O capítulo três tem um objetivo idêntico ao anterior, no entanto, relacionado com o outro país em análise – a Suíça. Porém, é estudado o facto de a Suíça não ter aderido à Comunidade Europeia e o seu contexto na mesma.

Tendo em conta os dois últimos capítulos acima mencionados, é importante referir que toda esta análise sobre a adesão de Portugal à CEE se destina a mostrar as profundas mudanças que o país sofreu, e os benefícios que daí tirou. Tudo aconteceu em consequência também da mudança de regime político – o país passou de uma ditadura para uma democracia. No que diz respeito à Suíça, é necessário ter em conta que a situação política e económica dos dois países não era comparável aquando da adesão de Portugal: era uma democracia e tinha uma situação económica estável no contexto dos países europeus. Assim, uma possível adesão à Europa teria de visar objetivos diferentes dos que nortearam Portugal. O mesmo diz respeito à moeda única - no fundo, é uma questão que não se coloca para a Suíça, dado que não aderiu à UE. O país manteve o Franco Suíço.

O capítulo quatro e cinco possuem os mesmos objetivos: explorar cada mercado (português e suíço) analisando o crescimento económico nos dois países

– notoriamente diferentes –, e o seu comércio internacional tendo em conta os principais parceiros comerciais e as suas exportações e importações (tanto de bens, como de serviços).

Por fim, no sexto capítulo, é feita a análise das relações e trocas comerciais entre Portugal e a Suíça.

Metodologia

A metodologia deste trabalho académico decorre da revisão de literatura de natureza exploratória através da consulta de várias fontes de informação. Foram também necessários vários dados sobre o comércio internacional como, por exemplo, o crescimento do PIB, a evolução das balanças comerciais e os valores das exportações e importações de cada país em estudo. Os mesmos foram recolhidos em diversas plataformas e fontes de informação.

Para a realização da dissertação, foi acordado um período histórico para a realização de uma análise mais cuidada e precisa de dados - a entrada de Portugal na CEE, em 1986. Ainda assim, nem sempre foi possível recolher dados a partir desse ano. Este facto constituiu a principal dificuldade na realização desta dissertação.

Confirmando a planificação dos vários capítulos do estudo que apresentamos, sequencialmente, na Introdução, salientamos agora alguns aspetos relevantes da metodologia que a investigação nos foi impondo com vista ao aprofundamento do estudo que nos propusemos realizar.

No que concerne ao capítulo quatro, sobre o mercado português, os dados foram recolhidos em várias fontes de informação como na PORDATA e na AICEP e, sempre que possível, apresentaram o ano de referência supracitado. Ainda assim, é de salientar que os dados sobre o saldo da balança comercial portuguesa (gráfico 2), baseados na informação disponível na plataforma da PORDATA, não apresentam a evolução da mesma desde 1986; o mesmo se verificou nos dados presentes nos anexos 2 e 6 que iniciam as tabelas no ano de 1993 e com os anexos 3, 7 e 8 que se iniciam em 1996.

No que diz respeito ao mercado suíço, todas as fontes de informação, como o site oficial da SECO e alguns endereços da AICEP, foram fornecidas pela Embaixada Suíça em Portugal e pelo Banco Nacional Suíço (mais concretamente as informações sobre os serviços). No entanto, neste capítulo, apenas os valores do PIB suíço (gráfico 3) apresentam uma análise a partir de 1987. Na impossibilidade de fornecer dados a partir desse ano, à exceção dos dados referentes ao saldo da balança comercial suíça que se inicia em 1996 e aos dados dos serviços que se iniciam em 2012, os dados apresentados nos anexos iniciam-se em 1990.

No último capítulo foram utilizadas diversas fontes de informação com o intuito de alargar o período estudado. Aquando da consulta dos dados fornecidos pela AICEP acerca das relações bilaterais entre Portugal e a Suíça, os dados fornecidos apenas compilavam o período compreendido entre 2012 e 2017 e, apesar de esses dados terem sido utilizados nas tabelas 5, 6, 7, 8, 11 e 12, poderiam tornar-se insuficientes para análise noutro setor. Assim, para analisar o saldo da balança comercial total Portugal-Suíça, o total de exportações e importações de bens Portugal-Suíça e o total de exportações e importações de serviços Portugal-Suíça, foi necessário recorrer à base de dados do International Trade Centre. Por outro lado, a PORDATA disponibiliza os dados relativos ao comércio Suíça-Portugal. Ainda assim, neste capítulo não foi possível encontrar dados relativamente ao período da entrada de Portugal na CEE.

Capítulo 1 – A União Europeia

1.1. A criação da União Europeia

A criação da União Europeia decorre das consequências da Segunda Guerra Mundial, conflito que assolou o mundo entre 1939 e 1945. Uma das ocorrências que determinou o fim do conflito foi, sem sombra de dúvida, a rendição do Japão a 15 de agosto de 1945. O ato de rendição foi assinado a 2 de setembro de 1945 pelo Ministro das Relações Exteriores do Japão Mamoru Shigemitsu. A guerra acabou e, apesar de a mesma ter acabado uns meses antes na Europa, um mundo novo surgia – ou, pelo menos, a necessidade dele.

O mundo ficou dividido em dois grandes blocos – um liderado pelos EUA e outro pela URSS. Um dos grandes motivos que levou a Europa a agregar-se após a guerra foi de natureza ideológica, visando combater o estalinismo¹ (Leite, 2004). No entanto, também havia a necessidade de construir uma Europa unida (Cardoso et al., 2006) noutra âmbito. Foram os EUA que deram o primeiro passo para implementar uma nova ordem política e económica. Juntamente com o Reino Unido, criaram o FMI e o BIRD (Rollo et al., 2011). No mesmo ano do fim da guerra, em abril de 1945, em São Francisco, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional – onde foram discutidas resoluções para as questões de segurança (Cardoso et al., 2006) - conferência após a qual foi elaborada a Carta da ONU – organização que fez nascer algumas instituições internacionais como a OIT em 1945, a UNESCO em 1946, o GATT em 1947 e a OMS em 1950 (F. M. Rollo et al., 2011). Apesar desta circunstância, a Europa e os seus membros tinham expressado, anteriormente, a sua vontade de união já no seguimento da Primeira Guerra Mundial (Couto, 1992) e também com Aristide Briand², em 1929, quando numa Assembleia das SDN alertou para a importância

¹ Regime totalitário que vigorou entre 1927 e 1953 presidido por Josef Stalin na União Soviética. O sistema baseava-se em duas estruturas complexas: o estado e o partido (Gill, 2019). Ideologia que, muitas vezes, é comparada ao nazismo (Gill & Markwick, 2019), uma vez que Estaline impôs um governo de terror, baseado no nacionalismo, com uma economia centralizada no Estado, no culto ao líder, numa forte propaganda ao partido e ao seu líder, na perseguição aos opositores – através do encaminhamento dos mesmo para os gulags – campos de trabalhos forçados -, perseguição contra a religião, militarização do povo e censura.

² Primeiro-ministro francês. Um dos negociadores dos Tratados de Locarno. É como ministro das Relações Exteriores que, juntamente com o ministro alemão Stresemann, propõe, em 1929, que os Estados Europeus criem entre si um “laço federal” (Ferreira, 1999). No entanto, com a morte do seu principal apoiante – Gustav Stresemann – e com o crash da bolsa de Wall Street, o plano de Briand nunca avançou. Ainda assim, foi um ponto de partida para a criação da UE.

de uma união entre os “povos europeus” (Cardoso et al., 2006, p.20).

A criação daquela associação entre as nações europeias tinha como objetivos principais reconstruir economicamente e politicamente a Europa – enfraquecida devido aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial -, evitar nacionalismos e conflitos, como acontecera na Alemanha, com Hitler, fazer face aos perigos a que a Europa estaria exposta devido à Guerra Fria³, apaziguar as hostilidades entre a França e a Alemanha e tentar que as duas potências pudessem colaborar entre elas (McCormick, 2002).

Começaram a surgir algumas mudanças no então novo mundo (pós-Segunda Guerra Mundial). Em 1947, foi assinado o Tratado de Dunquerque, entre a França e a Inglaterra, que surgiu com a finalidade de proteger a Europa contra um possível ataque alemão (Cardoso et al., 2006). Ainda assim, a violência soviética continuava. Winston Churchill⁴, que foi Primeiro Ministro inglês antes e após a guerra, apela ao fortalecimento das relações entre o Reino Unido e os EUA com o objetivo de defender as democracias ocidentais (F. M. Rollo et al., 2011). O mesmo tentou criar os Estados Unidos da Europa, porém, sem sucesso; após isto, foi criado o Pacto do Atlântico, mais tarde conhecido como OTAN/NATO (1949), fundado pelo Tratado de Bruxelas que foi assinado pelo Reino Unido, França⁵, Bélgica, Holanda e Luxemburgo (F. M. Rollo et al., 2011). Mais tarde os EUA, o Canadá, a Noruega, a Dinamarca, a Islândia, a Itália e Portugal aderiram também a esta aliança (F. M. Rollo et al., 2011). O Pacto do Atlântico consistia num “pacto militar, mas igualmente um centro de consultas, de coordenação política no domínio do diálogo Leste-Oeste e de cooperação científica e tecnológica em matéria de armamentos” (Couto, 1992, p.874), ou seja, constituiu “a base do sistema defensivo

³ Guerra de natureza ideológica, política e económica entre os EUA e a URSS, que decorreu entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética, em 1991, precedida pela queda do muro de Berlim, em 1989. As diferenças ideológicas levaram a cabo esta disputa entre as duas potências: os EUA, defensores do capitalismo e a URSS, defensora do socialismo (Riches, 2015).

⁴ Durante a Segunda Guerra Mundial, Churchill foi convidado pelo Rei George VI para ser Primeiro Ministro e criar governo. O mesmo criou uma coligação com o Partido Trabalhador, com os Liberais e com o Partido Conservador. Churchill tornou-se um símbolo para a vitória contra a opressão. Em 1945, Churchill deixou de ser Primeiro Ministro quando o Partido Trabalhador derrotou o Partido Conservador. Voltou a ser Primeiro Ministro em 1951, desta vez da Rainha Isabel II, quando o Partido Conservador voltou a vencer.

⁵ A França viria a abandonar a estrutura militar da organização durante o governo do General de Gaulle em 1966, com o objetivo de relançar a política externa francesa de forma totalmente independente. Voltou a integrá-la em 2009, durante o governo de Nicolas Sarkozy.

do Ocidente” (Cardoso et al., 2006, p.25).

A Europa parecia não ter paz: em 1947 atravessava uma crise económica que punha em causa o processo de recuperação e reconstrução do continente. Foi nesse mesmo ano que surgiu o Plano Marshall⁶ (que só viria a acabar com a Guerra da Coreia), sugerido pelo Secretário de Estado George Marshall (F. M. Rollo et al., 2011). Foi através do seu discurso que se percebeu a emergência de um processo de integração europeu, do qual a França e a Grã-Bretanha se incumbiram (F. M. Rollo et al., 2011).

Em julho de 1947, em Paris, 16 países reuniram-se para perceber de que forma poderiam distribuir o financiamento proveniente dos EUA e do Plano Marshall (F. M. Rollo et al., 2011).

Um ano mais tarde surge a OECE, que tinha como meta perceber que medidas podiam ser postas em prática para a reconstrução europeia e, como o nome indica, perceber de que forma a ajuda monetária proveniente dos EUA podia ser gerida, através da normalização de pagamentos internacionais, da liberalização do comércio e da tentativa de uma união aduaneira entre os seus até então membros (que só veio a ser realizada, através da Declaração Schuman) (F. M. Rollo et al., 2011).

É nesta etapa que surge o Benelux, em 1948, uma união aduaneira composta pela Bélgica, pela Holanda e pelo Luxemburgo (F. M. Rollo et al., 2011). Nos anos seguintes foi assinado o Tratado de Bruxelas, foram fundados a União Ocidental e o Movimento Europeu e criados projetos como o da União Económica e Monetária Europeia e o Movimento Europeu que deram origem à UE com a sua própria política (F. M. Rollo et al., 2011). Todavia, foi com a Declaração Schuman – anunciada por Robert Schuman, previamente ponderada por Jean Monnet, considerado, por muitos, o “pai da Europa” (Leite, 2004) – e com a assinatura do Tratado de Paris, em 1951, que concebeu e fundou da CECA – organização que

⁶ Foi em 1947, num discurso na Universidade de Havard, que George Marshall anunciou a “intenção norte-americana de apoiar todos os países depauperados pela Segunda Guerra Mundial na sua obra de recuperação económica” (M. F. Rollo, 1994, p. 842). O Plano Marshall tinha como objetivo reerguer a Europa após a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial. Entre 1948 e 1951 o Plano Marshall providenciou 12.5 bilhões de dólares ao continente europeu (McCormick, 2002). Os países europeus que aceitassem a ajuda proveniente do Plano “teriam de aceitar gerir o programa de ajuda solidariamente entre si e em conjunto com os EUA” (M. F. Rollo, 1994, p. 842). O Plano Marshall serviu também os interesses dos EUA: a Europa constituía “uma linha de defesa dos EUA contra a ameaça soviética” (Pinto, 2011).

colocava, em conjunto, a produção franco-alemã de carvão e de aço à disposição da indústria de guerra e de outros países europeus (Câmara, 2014). A CECA foi igualmente criada com o intuito de evitar o rearmamento da Alemanha (Couto, 1992) e de evitar os conflitos entre a França e a RFA - países inconciliáveis durante a Segunda Guerra Mundial (Cardoso et al., 2006) – o facto de colaborarem juntos seria uma via para evitar tais confrontos. Já se previa, nesta fase, a criação de um mercado comum que assentava em duas produções. A principal função da Declaração Schuman era “criar um espaço durável de paz”, uma vez que integrou a Alemanha (Leite, 2004, p.25).

Contudo, ainda havia problemas de pagamento e de defesa por resolver. Assim, surgiu a UEP, que “constituiu um sistema multilateral de pagamentos intereuropeus” (Rollo et al., 2011, pp. 21-22), e que viria a dar lugar ao Acordo Monetário Europeu. Para resolver a questão da defesa, foi assinado um outro Tratado de Paris que constitui a CED, “uma aliança defensiva (Couto, 1992, p.875). que tinha como objetivo “realizar a fusão das forças armadas postas à disposição da Comunidade pelos Estados membros com vista à constituição de umas forças armadas comuns” (Couto, 1992, p.875), ou seja, a CED tinha como objetivo garantir a defesa e a segurança dos estados-membros em caso de agressão militar (Câmara, 2014). No entanto, esta organização revelou-se um fracasso, pois a França rejeitou a validação do Tratado de Paris (F. M. Rollo et al., 2011) com receio que o “rearmamento alemão enfraquecesse a França” (Câmara, 2014, p.12). A CED foi, mais tarde, substituída pela UEO, instaurada pelo Tratado de Bruxelas de 1954, que alterou o de 1948 (Couto, 1992). Preocupados, também, com a questão nuclear, foi criada a EURÁTOMO.

É no mesmo ano da fundação da EURÁTOMO, em 1957, que é criada a CEE (sigla utilizada até 1993), através da assinatura do Tratado de Roma, que instituiu, consigo, um dos seus maiores feitos: o Mercado Comum (F. M. Rollo et al., 2011). A CEE trouxe consigo, também, uma PAC (McCormick, 2002). Nos anos 60, a CEE viveu um período próspero a nível da sua economia - os países membros deixaram de cobrar direitos aduaneiros sobre as trocas comerciais realizadas entre si (União Europeia, n.d.). Foi também nos anos 60 que foi criada a EFTA (F. M. Rollo et al., 2011) - em português, a Associação Europeia de Livre Comércio – instaurada pela Convenção de Estocolmo, constituída pela Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. O mercado que teve origem com a formação da CEE

viria a dar lugar a um Mercado Interno em 1985, que produziu um conjunto de leis, normas, regras e condutas, que vinham uniformizar o espaço comum (Leite, 2004). Dois anos depois, em 1987, foi criado o Ato Único Europeu que deu origem ao Mercado Único (F. M. Rollo et al., 2011). Como é possível observar, a partir de 1985 avizinhava-se a construção de um quadro legislativo comum que viria a dar origem, em 1992, ao desmantelamento das fronteiras internas entre os estados membros e que permitiria a livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais dentro desse espaço comum (Leite, 2004 e McCormick, 2002).

O conceito de cidadania europeia viria a surgir em 1991, na cimeira de Maastricht com a aprovação da Carta Europeia dos Direitos Humanos; mais tarde, em 1993, surgiu o Tratado de Maastricht ou TUE, que tornou “mais direto o elo de ligação entre os cidadãos dos Estados-membros e a União Europeia, introduzindo em simultâneo uma série de direitos civis e políticos” (Leite, 2004, p.31). Este tratado implementou políticas de cooperação a nível da PESC (uma política de defesa comum), da justiça e os assuntos internos (Câmara, 2014). O mesmo mudou vários aspetos a nível económico e político: a CEE passou a designar-se CE - pois já não detém somente uma vertente económica -, e prevê-se a criação de uma política monetária única, com uma moeda comum ao espaço europeu (Câmara, 2014).

Uns anos mais tarde, em 1999, foi instaurado o Tratado de Amesterdão que tinha como objetivo manter e desenvolver a liberdade, a segurança, a justiça e a livre circulação na União (Leite, 2004). Com este tratado surgiu o Acordo de Schengen que possibilitou aos seus assinantes “prosseguir entre si uma cooperação reforçada nos domínios abrangidos por esse acordo, dentro do quadro institucional e jurídico da União Europeia” (Leite, 2004, p.32). É também este acordo que permite aos cidadãos viajar dentro da União Europeia sem que os seus passaportes sejam alvos de verificação nas fronteiras. O acordo Shengen eliminou as fronteiras internas, no entanto, há um controlo eminente das fronteiras externas e uma colaboração judicial e policial na luta contra a criminalidade (União Europeia, 2018). O mesmo é constituído por 22 membros estados-membros da UE e 4 estados associados (União Europeia, 2018). Foi também em 1999 que surgiu o Euro (McCormick, 2002).

Atualmente, a União Europeia possui estrutura decisória própria, “que não age no interesse nacional dos Estados considerados individualmente, mas no

interesse comum da Comunidade” (Câmara, 2014, p.7) e é constituída por 27 países, uma vez que o Reino Unido decidiu retirar-se da União Europeia a 31 de Janeiro de 2020 – o famoso “Brexit”.

Tabela 1: Países da UE, por data de adesão.

FONTE: Site oficial da União Europeia

Data de adesão	Países
1 de janeiro de 1958	Alemanha Bélgica França Itália Luxemburgo Países Baixos
1 de janeiro de 1973	Dinamarca Irlanda Reino Unido
1 de janeiro de 1981	Grécia
1 de janeiro de 1986	Portugal Espanha
1 de janeiro de 1995	Áustria Finlândia Suécia
1 de maio de 2004	República Checa Chipre Eslováquia Eslovénia Estónia Hungria Letónia Lituânia Malta Polónia
1 de janeiro de 2007	Bulgária Roménia
1 de julho de 2013	Croácia

Tabela 2: Países que fazem parte do espaço Schengen

FONTE: Site Oficial da União Europeia

Países que fazem parte do espaço Schengen
Alemanha
Áustria
Bélgica
Dinamarca
Eslováquia
Eslovénia
Espanha
Estónia
Finlândia
França
Grécia
Hungria
Islândia
Itália
Letónia
Liechtenstein
Lituânia
Luxemburgo
Malta
Noruega
Países Baixos
Polónia
Portugal
República Checa
Suécia
Suíça

Capítulo 2 – Portugal

2.1. Contextualização social, económica e política do país

Segundo os dados da AICEP (2017c), Portugal é um país com mais de 10,3 milhões de habitantes, com uma concentração de população nas áreas metropolitanas de Lisboa – a capital - e Porto, cidades situadas no litoral do país.

Portugal continental tem uma localização aberta ao mundo devido à grande fronteira marítima e não só: faz fronteira a Norte e a Leste com a Espanha, a Ocidente e a Sul com o Oceano Atlântico, o que lhe permite aceder a mercados importantes. Segundo a AICEP (2017c), estas fronteiras fazem de Portugal um dos países mais antigos do mundo no entanto, é importante salientar que estas fronteiras físicas sofreram alterações ao longo do tempo. Caramelo (2007), refere brevemente a história desta delimitação: o primeiro contributo foi o Tratado de Alcañices, em 1297, que estabeleceu os contornos básicos da fronteira; o Tombo da Raia também contribuiu para esta delimitação, porém, esta era entendida como um limite fiscal e não de poder; só no século XIX surge a necessidade de marcar corretamente a fronteira entre Portugal e Espanha – foi em 1851 que se deu início a este processo que decorreu em duas fases: “a primeira, abrangeu o troço fronteiriço do rio Minho até à interceção da fronteira com o rio Guadiana, mais especificamente na foz do rio Caia; destes trabalhos resultou o Tratado de Limites entre Portugal e Espanha de 1864; a segunda abrangeu o troço que vai da confluência da ribeira de Cuncos com o rio Guadiana e de aqui até a foz deste, e foi ratificado no Convénio de Limites entre Portugal e Espanha de 1926” (Caramelo, 2007, p.339). Assim, é possível afirmar que estas fronteiras físicas são o resultado dos acordos políticos entre Portugal e Espanha, clarificando os limites territoriais de cada país.

A sua língua oficial, a língua portuguesa, é falada por mais de 250 milhões de pessoas em todo o mundo (AICEP, 2017c).

Politicamente, a República Portuguesa é um Estado democrático e rege-se pela Constituição da República Portuguesa de 1976, elaborada após a mudança de regime político decorrente de 25 de Abril de 1974, que instaurou a democracia no país (Caramelo, 2007). O poder legislativo compete à Assembleia da República, composta pelos seus deputados; o poder executivo ao Governo eleito e o sistema judicial aos tribunais (AICEP, 2017c).

A economia portuguesa, segundo os dados da AICEP (2017c), apresenta um elevado peso no setor dos serviços – assistiu-se a uma diversificação neste setor e a uma modificação na indústria transformadora no país; assistiu-se, também, a uma profunda inovação tecnológica e a um crescimento de outras indústrias como a indústria automóvel, a eletrónica, a energia e a indústria farmacêutica. É de salientar o setor do turismo em Portugal – fator com bastante peso na economia portuguesa.

2.2. A integração de Portugal na Comunidade Europeia

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia constituiu uma importante estratégia na história do país (De Brito et al., 2011). Este processo teve início em Março de 1977 e finalizou-se em 1986, quando Portugal integrou o projecto Europeu (De Brito et al., 2011).

Ferreira (1999) acredita que a intervenção na Flandres na Primeira Guerra Mundial, a participação de Portugal na Conferência de Paz de Paris, em 1919, e na SDN, foram os primeiros indícios da vontade de participação do país nas questões europeias. Como foi supracitado, em 1929 Briand tentou que os povos europeus criassem um “laço federal”⁷ – do qual Portugal poderia fazer parte. No entanto, neste período, Portugal decidiu manter-se neutro quanto às questões europeias, pois o seu foco eram as suas colónias em África (Ferreira, 1999), das quais o governo não iria abdicar pelo projeto europeu – algo que o mesmo requeria.

Salazar⁸ sempre se mostrou interessado pela política externa, porém questionava a integração de Portugal numa união dos estados da Europa e criticava fortemente a SDN (Ferreira, 1999). Durante o seu governo teve de lidar, a nível de

⁷ Aristide Briand, em 1929, numa Conferência da Sociedade das Nações. Ver Ferreira, J. M. (1999). *A Nova Era Europeia: de Genebra a Amesterdão* (1ª ed.). Editorial Notícias, p. 17.

⁸ Nasceu em 1889, em Santa Comba Dão, e faleceu em 1970. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, onde acabou por lecionar (Costa, 2018). A convite de Carmona, foi Ministro das Finanças após o golpe de 1926, que deu início à ditadura militar em Portugal e ao regime totalitário que iria vigorar no país – o Estado Novo – até 1974. Em 1932 é nomeado como Presidente do Conselho de Ministros e em 1933, inspirado pelas tendências políticas que vigoravam na Europa, faz aprovar uma nova Constituição – a Constituição do Estado Novo.

política externa, com a guerra civil espanhola⁹, com a elaboração do Pacto Ibérico¹⁰ e com a neutralidade de Portugal na Segunda Grande Guerra (Ferreira, 1999).

Com a Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial, os países começavam a ter responsabilidades a nível das relações internacionais. Em 1947, Portugal e outros estados europeus foram convidados para participar na Conferência de Paris, de onde viria a surgir a OECE (De Brito et al., 2011) – organização que, mais tarde, geriu os fundos provenientes do Plano Marshall. Surge, nesse mesmo ano, a proposta de cooperação nesse mesmo plano. É de salientar que apesar de Portugal ter sido um país fundador da OECE, em primeira instância, recusou a ajuda proveniente do Plano (Ferreira, 1999). No entanto, é importante referir que neste período, a abertura económica ao exterior era algo que Salazar não poderia evitar, pois o suporte económico era importante (Vicente, 2013). Ainda assim, em 1948 foi assinado o “Acordo Bilateral de Cooperação Económica entre Portugal e os EUA” (Ferreira, J. M., 1999, p.23), ainda que Portugal não estivesse a usufruir das ajudas monetárias originárias do Plano Marshall (Ferreira, 1999). Em 1949, surge a NATO, organização da qual Portugal foi cofundador. Assiste-se, assim, à abertura ao exterior por parte do Estado Novo¹¹.

Portugal foi também fundador da EFTA – em português, a Associação Europeia de Comércio Livre¹². A ideia da zona de comércio livre surgiu no âmbito da OECE, por parte dos britânicos (Ferreira, 1999). Portugal foi informado de que “o projecto incluiria somente os países industrializados da Organização e que,

⁹ Conflito que vigorou entre 1936 e 1939. Segundo García (2006), as causas desta guerra ainda dividem opiniões: uns apontam o fracasso da Segunda República, outros a esquerda, devido à sua “vontade de monopolizar o poder” (García, 2006, p. 125). Ainda assim, a guerra civil teve origem num conflito entre republicanos apoiados pela Frente Popular, e nacionalistas apoiados por Franco – que saiu vitorioso desta guerra e impôs, em Espanha, o seu regime baseado na ditadura, conhecido como Franquismo.

¹⁰ Também conhecido como o Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol. Assinado após a vitória de Franco na Guerra Civil Espanhola – vitória vista com bons olhos por Salazar, que sempre apoiou o General espanhol – em março de 1939.

¹¹ Decorria o ano de 1926 quando se deu o golpe de estado em Portugal contra a Primeira República que vigorava desde 1910 - a República deu lugar à Ditadura Militar (Grilo, 2011). O Estado Novo foi o regime instaurado pela Constituição da República Portuguesa de 1933 que durou cerca de 4 décadas. O Estado Novo baseava-se no conservadorismo, no autoritarismo, no nacionalismo e na influência de um pensamento católico.

¹² A EFTA surgiu com a Convenção de Estocolmo e entrou em vigor em maio de 1960. Segundo Paxton (1986), “quando a associação foi criada tinha três objetivos: instaurar o comércio livre para os produtos industriais entre países membros, apoiar a criação de um mercado único abrangendo os países da Europa Ocidental e contribuir para a expansão do mercado mundial em geral” (Paxton, 1986, p. 22).

naturalmente, Portugal não poderia fazer parte dessa zona” (Ferreira, J. M., 1999, p.28), uma vez que o programa excluía o sector agrícola (Ferreira, 1999) – na altura, sector com bastante peso na economia portuguesa. Apesar da circunstância, Portugal passou a integrar as reuniões da nova organização em 1958 (Ferreira, 1999), pois o governo fez questão de ser representado nas negociações (Vicente, 2013).

A Convenção de Estocolmo de 1959 – da qual Portugal foi signatário – viria a dar origem à EFTA. Fizeram parte da organização o Reino Unido, a Áustria, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, a Suíça e, mais tarde, a Finlândia e a Islândia (Pinto, 2011). Segundo Ferreira (1999), Portugal tinha algumas opções: ou se associava ao Mercado Comum, ou se associava à EFTA, ou formava um grupo comercial com a Espanha, ou celebrava acordos bilaterais com a CEE. A adesão à EFTA foi considerada a melhor via para o país. A adesão de Portugal a esta organização entre 1960 e 1973 estendia-se apenas a nível económico e comercial. Com isto, não se levantariam questões como as de uma possível adesão à CEE: o país não seria excluído de uma possível integração europeia, o seu regime ou sistema político não seria posto em causa, nem eram levantadas questões acerca das suas colónias (Rollo et al., 2011) – das quais o governo não iria abrir mão, pois a CEE só seria uma hipótese se fosse possível compatibilizar a política do regime, os interesses coloniais e o desenvolvimento económico do país (Pinto, 2011). Esta adesão foi possível porque Portugal sempre esteve presente na OECE (Ferreira, 1999). A aprovação da entrada de Portugal na organização fez com que Portugal registasse um rápido crescimento económico (De Brito et al., 2011) e aumentasse as suas exportações, nomeadamente nos têxteis e no vestuário (Ferreira, 1999). Portugal também foi beneficiário do famoso Anexo G da Convenção de Estocolmo¹³.

A caminhada de Portugal na integração europeia viria a mudar em 1961, quando a Grã-Bretanha declarou a sua intenção de integração no Mercado Comum e, conseqüentemente, na CEE. Esta declaração foi seguida de mais membros da

¹³ Portugal, ao aderir à EFTA, beneficiou do Anexo G. Segundo Pinto (2011), o mesmo concebia a Portugal alguns benefícios como a “redução dos direitos sobre um conjunto de produtos”, uma vez que o país não possuía uma economia tão expandida como a dos outros estados-membros. Em suma, “Portugal usufruía de igualdade de direitos, mas tinha menores obrigações que os outros membros fundadores. Por outro lado, a adesão implicou a renúncia ao protecionismo interno e facilitou o desenvolvimento das exportações portuguesas para os mercados de outros países membros” (Pinto, 2011).

EFTA, como a Irlanda, a Dinamarca e a Noruega (Rollo et al., 2011). O governo de Salazar, percebendo que poderia ficar isolado no contexto europeu (Rollo et al., 2011), apresentou, em 1962, uma carta ao presidente do Conselho da CEE que dava conta do desejo de estabelecimento de relações entre Portugal e os países-membros da CEE (Ferreira, 1999). No entanto, em 1963, o presidente francês Charles De Gaulle recusou a entrada do Reino Unido na Comunidade (Rollo et al., 2011). Com isto, Portugal recua com as suas intenções. O pedido do Reino Unido só foi aceite em 1970 e, mais uma vez, Portugal percebeu que “não podia ficar à margem” (Rollo et al., 2011, p.111) e voltou a mostrar interesse em negociar com a CEE.

Foi neste contexto que surgiu o Acordo de Comércio Livre Portugal-CEE de 1971, que se baseava numa “zona de comércio industrial livre entre mercado comum e os países da EFTA” (Pinto, 2011, p.33), pois Portugal não poderia perder as relações com o seu principal parceiro comercial – o Reino Unido. Este acordo de comércio livre com a Comunidade permitiu a Portugal exportar não só produtos industriais, como também produtos agrícolas (Pinto, 2011). Um ano mais tarde, em 1972, viria a surgir o Acordo Portugal-CECA que tinha como base o comércio de produtos siderúrgicos (Ferreira, 1999). Estes acordos permitiram que Portugal criasse novas indústrias e que possuísse direitos aduaneiros especiais que permitissem a exportação de conservas de peixe e de concentrado de tomate, por exemplo (Ferreira, 1999).

É importante salientar que o regime político que vigorava em Portugal – a ditadura – não facilitava o acesso de Portugal às Comunidades Europeias. Apesar de o país ter sido membro fundador da NATO, da EFTA e da OECE, apenas a instauração de um regime democrático fez com que Portugal fizesse hoje parte da UE (Ferreira, 1999). Era necessária uma política de democratização e de descolonização para que Portugal integrasse o projecto europeu. Foi após o 25 de abril de 1974 que o país reuniu essas condições.

Politicamente, as portas da Europa estavam abertas a Portugal, no entanto, a nível económico, o país apresentava uma situação precária (Rollo et al., 2011). Após a Revolução de abril, o MFA mostrou interesse em manter as relações externas/internacionais; o General Spínola não se pronunciou quanto à questão da Comunidade Europeia (Ferreira, 1999). Assim, a integração europeia foi assumida pelo I Governo Constitucional de Mário Soares, com José Medeiros Ferreira como

ministro do Negócios Estrangeiros (Vicente, 2013). Em 1975, o BEI, conhecendo a situação económica do país, colocou à disposição de Portugal uma ajuda financeira (ajuda de pré-adesão), que se destinava “ao financiamento de projetos de infraestruturas, de industrialização e agrícolas durante os anos de 1976 e 1977” (Pinto, 2011, p.36). Um ano mais tarde, com o parecer do Conselho de Ministros da CEE, a Comissão fez alterações no Acordo de Comércio Livre de 1972, que dava conta de que Portugal era apenas um país associado (Pinto, 2011). Mais tarde, é cedido outro empréstimo a Portugal, com o intuito de o país modernizar as suas infraestruturas entre 1978 e 1981 (Pinto, 2011). Portugal entrou no Conselho da Europa em 1976 (Ferreira, 1999) – o que aproximava o país da CEE. Ainda assim, o pedido de adesão à Comunidade Europeia foi realizado a 28 de Março de 1977 (Rollo et al., 2011) - foram necessários 8 anos de negociações¹⁴ e várias viagens de Mário Soares às capitais dos então estados-membros, ao Papa e a Bruxelas (Ferreira, 1999). O parecer favorável da Comissão Europeia foi conhecido a 19 de Maio de 1978 (Rollo et al., 2011). Em janeiro de 1985 dá-se o início da redação dos tratados de adesão de Portugal. Os mesmos são assinados em junho – Portugal adere, também, à CECA e à EURÁTOMO.

2.3. Consequências da adesão

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia possibilitou ao país uma reestruturação a nível social, económico e político (Mateus, 1992). Portugal cresceu a um ritmo acelerado e é inevitável mencionar a modernização das estruturas - a nível rodoviário, ferroviário, portuário, a nível das telecomunicações, das energias, da tecnologia e da educação - e a abertura global dos mercados (Mateus, 1992).

No início dos anos 80, Portugal atravessava uma crise – o país possuía a sua moeda própria, que não era utilizada para pagamentos internacionais, “ou seja, não era uma divisa universalmente aceite como meio de pagamento” (Amaral, J. F.

¹⁴ Uma vez que Espanha também decidiu aderir à CEE na mesma altura que Portugal, as negociações eram tomadas como um todo. Isto é, Bruxelas tinha a ideia de que se estava a preparar a integração da Península Ibérica (Rollo et al., 2011). Assim, “o que foi negociado e de que poderiam resultar vantagens para nós, pequeno país, era sempre ponderado em função do precedente que se podia estar a abrir para as negociações com a potência espanhola” (Rollo et al., 2011, p.235). Portugal poderia ter aderido à CEE em 1983, no entanto, tal não foi possível devido às negociações espanholas.

2006, p.106), o que não facilitava a circulação de capitais (Amaral, J. F. 2006). A única solução encontrada era o financiamento através de divisas (moedas com aceitação internacional) (Amaral, J. F. 2006). Portugal recorreu a este método durante bastante tempo e com montantes elevados – o país sofreu um rutura cambial (Amaral, J. F. 2006). A desvalorização do escudo, o aumento das taxas de juro, a limitação do crédito bancário, a redução das importações e a consequente queda de produção, aumento de inflação e o aumento do desemprego, foram as consequências desta crise, que apenas viria a atenuar em 1985 (Amaral, J. F. 2006).

Segundo Amaral, J. F. (2006), a estabilidade governativa vivida em Portugal após o 25 de abril permitiu ao país usufruir de vários benefícios no âmbito da adesão à Comunidade Europeia – assistiu-se a um crescimento económico e à melhoria do nível de vida, através do desenvolvimento do comércio externo, do alargamento do investimento estrangeiro e através da utilização e aplicação de fundos estruturais.

Amaral, J. F. (2006) refere que após a instauração da democracia em Portugal, a economia portuguesa ainda vivia grande instabilidade, no entanto, com a adesão do país à CEE e “nos anos seguintes à adesão o investimento estrangeiro cresceu rapidamente com impacto muito positivo sobre a atividade económica e sobre a nossa estrutura produtiva” (Amaral, J. F. 2006, p.118). Segundo o autor, mesmo as relações comerciais com o país vizinho, Espanha, que aderiu à CEE no mesmo ano, desenvolveram-se de um modo significativo – Espanha tornou-se o segundo maior cliente de Portugal e o seu principal fornecedor.

Quanto aos fundos estruturais, como já foi referido anteriormente (ver ponto 2.2 – A integração de Portugal na Comunidade Europeia), a CEE forneceu a Portugal vários fundos de pré-adesão, o que ajudou a reestruturar o país após as guerras em África¹⁵ – guerras essas que consumiram grande parte do orçamento do Estado (Amaral, J. F. 2006). Também houve espaço para Portugal usufruir de investimentos na formação profissional através do Fundo Social Europeu. A agricultura também não foi esquecida: houve fundos provenientes do FEOGA que vieram preencher as lacunas da PAC, uma vez que esta não era adequada a países do sul da Europa, como é o caso de Portugal (Amaral, J. F. 2006). No âmbito dos

¹⁵ Portugal sempre lutou pelas suas colónias, no entanto, a mais dura guerra foi a Guerra Colonial Portuguesa que decorreu entre os anos de 1961 e 1974 – a Guerra do Ultramar.

fundos estruturais, e com a fragilidade da economia portuguesa, foram criados dois programas: o PEDIP, relacionado com o desenvolvimento da indústria e da mão de obra, que era barata e pouco qualificada, e o PEDAP relacionado com o desenvolvimento da agricultura (Amaral, J. F. 2006). Assim, com a adesão à CEE, Portugal viu-se com recursos para investir em sectores em que não tinha investido antes (Amaral, J. F. 2006). Os fundos FEDER, que estavam ligados às infraestruturas, impulsionaram a construção civil e qualificaram e prepararam mão-de-obra (Amaral, J. F. 2006). A economia de Portugal “estava, assim, livre dos problemas associados aos desequilíbrios externos porque todo este investimento era financiado na sua maior parte por fundos estruturais que eram gratuitos” ((Amaral, J. F. 2006, p.119).

Nos anos noventa, com a globalização, a circulação de capitais e até as relações internacionais sofreram algumas alterações. Com o Tratado de Maastricht de 1991, a CEE implementava, no seu espaço, uma moeda única – o Euro (Amaral, J. F. 2006). Apesar de todos os benefícios que o mercado comum trazia a Portugal, o país aderiu à moeda única com uma economia debilitada.

Capítulo 3 – Suíça

3.1. Contextualização social, económica e política do país

A Suíça, país oficialmente conhecido como Confederação Helvética, é um estado federal, administrativamente constituído por vinte cantões e seis semicantões, que estão subdivididos em comunas, e que se regem pelas suas constituições próprias, ou seja, cada cantão “define o conteúdo e o grau de autonomia das respetivas comunas” (Caramelo, 2007, p.200). Também é possível encontrar comunas que tenham os seus próprios objetivos específicos ou setoriais.

O centro urbano que mais se destaca na Suíça é a cidade de Basileia – favorecida pela sua localização e considerada uma região “tri-fronteiriça” (Caramelo, 2007, p.202), pois tanto se expande para a parte francesa, como para a parte suíça, como para a parte alemã (Caramelo, 2007). Basileia é ainda considerada um dos principais centros comerciais, com uma das melhores economias do país (Caramelo, 2007).

Na Suíça, apesar de a maioria da população estar empregada no sector terciário, é de destacar a percentagem de população ativa no sector primário – algo não muito comum - e, também, no sector secundário (Caramelo, 2007).

Apesar de ser um país externo à UE, a Suíça apresenta algumas particularidades como “ser um país com um elevado nível de vida e uma economia dinâmica e atrativa, nomeadamente no âmbito do mercado de trabalho, o que ajuda a compreender os significativos fluxos de trabalhadores transfronteiriços existentes na atualidade; ter pendente o seu processo de adesão à UE, podendo ser considerada, nalgumas perspetivas, um permanente pré-candidato; possuir um conjunto de regiões fronteiriças que se caracterizam por uma tradição de cooperação e articulação transfronteiriça, em especial à escala local; encerrar uma posição de charneira para os fluxos transeuropeus; ter optado por encetar um relacionamento com a UE baseado em acordos bilaterais setoriais que, no seu conjunto conformam um quadro jurídico muito peculiar na regulação das relações e da funcionalização da fronteira” (Caramelo, 2007, p.217).

O pós-guerra trouxe um clima de medo e desconfiança à Suíça – o país vivia com o receio de ficar isolado (Francillon, 2015). Surgiram, então, os movimentos xenófobos no país, contra a população estrangeira; o isolamento e desconfiança quanto ao exterior com a rejeição, por refendo, em 1986, da entrada do país na

ONU (organização que viria a ingressar em 2002); e a ascensão de partidos de extrema-direita (Francillon, 2015). A Suíça também entra na luta contra o comunismo devido à Guerra-Fria (Francillon, 2015).

3.2. A Suíça no contexto da União Europeia

Politicamente, demograficamente, economicamente e culturalmente, a Suíça não é um país isolado – o país está situado entre alguns dos países fundadores da UE, como a França, a Itália e a Alemanha – países com os quais partilha as suas línguas, a sua cultura e tradições (Schwok, 2010). Segundo Schwok (2010), seria lógico a Suíça fazer parte da CE uma vez que 60% das exportações são direcionadas para a UE, 80% das suas importações provêm, também, da UE e cerca de 43% do seu investimento é realizado com países da UE. O facto de este não aderir à UE fez com o que mesmo apostasse fortemente em acordos bilaterais com a mesma – em 1990, tinha já estabelecido cerca de 130 desses acordos – um dos mais célebres em 1972, relativo ao livre comércio dos produtos industriais (Caramelo, 2007).

A Suíça aderiu à EFTA em 1960 e desde logo mostrou o seu ceticismo relativo à UE (Caramelo, 2007). Como já foi referido anteriormente, a Suíça foi um dos países fundadores da EFTA¹⁶, no entanto, o país ficou reticente quanto à sua participação na organização, uma vez que importava e exportava maioritariamente de e para os países da CEE. Porém, a situação poderia mudar, pois havia a hipótese de os países da EFTA poderem negociar apenas entre eles (Schwok, 2010). Ainda assim, a Suíça conseguiu negociar esta condição num encontro em Genebra, convocado por Hans Schaffner (Schwok, 2010). Assim, o país aceitou fazer parte da organização de modo a não se sentir tão isolado (Schwok, 2010).

Em 1961, Friedrich Wahlen, à data Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suíça, dirige-se, por carta, ao Conselho de Ministros tentando pedir a abertura de negociações com os países-membros da CEE e com o seu Mercado Comum (Schwok, 2010). No entanto, é também neste mesmo ano que Charles de Gaulle recusa a entrada do Reino-Unido na CEE, o que deixa a Suíça de pé atrás quanto

¹⁶ Segundo Schwok (2010), alguns autores acreditam que a EFTA foi um projecto lançado pela Grã-Bretanha com o objetivo de prevenir acordos bilaterais entre os países da CE e os países da EFTA que não faziam parte da Comunidade.

a esta negociação (Schwok, 2010). É importante referir que a Suíça sempre lutou pela liberalização comercial no âmbito do GATT e da EFTA e debateu-se sempre pela diminuição das taxas e tarifas aduaneiras (Schwok, 2010). Foi em 1973 que entrou em vigor um dos mais importantes acordos entre a Suíça e a UE – as tarifas e quotas sobre bens industriais foram eliminados e os produtos agrícolas também sofreram alterações nos direitos aduaneiros (Schwok, 2010).

Aquando da saída da Dinamarca e do Reino-Unido da EFTA, outra questão se levantava: os países que permaneciam na EFTA, como a Suíça, a Islândia, a Finlândia e a Suécia poderiam continuar as relações comerciais com estes três países? (Schwok, 2010). Poderiam, mas, para isso, foi criado um acordo sobre uma zona de livre comércio entre os países que aderiram à CEE e os países que se mantiveram na EFTA, de modo a que essas relações continuassem, o que fez com que a Suíça não ficasse tão isolada economicamente, pois pôde continuar as relações com os seus principais parceiros de negócio como a Alemanha, a França, a Itália e os Países Baixos (Schwok, 2010). É de destacar que este acordo da zona de comércio livre com a CEE foi votado em referendo pela população suíça, que se manifestou a favor do mesmo (Schwok, 2010).

É em 1984, num encontro no Luxemburgo, que a CEE e a EFTA debateram a criação do EEE (Schwok, 2010). Anos mais tarde, em 1989, Jacques Delors¹⁷ afirma ter outras intenções – a criação de uma associação mais estruturada e institucional, regida pelos mesmos órgãos de decisão e gestão – situação que não agradava à Suíça, uma vez que poderia pôr em causa a sua estratégia de utilização de acordos bilaterais (Schwok, 2010). Ao mesmo tempo, Delors foi confrontado com o facto de outros países da EFTA mostrarem interesse em aderir à CEE (Schwok, 2010). Alguns países mostravam interesse na proposta da criação do EEE, porque viam a sua passagem e futura adesão à CEE mais facilitada (Schwok, 2010). Esses países não mostraram grande oposição às condições impostas por Bruxelas, porém, a Suíça tinha a necessidade de negociar mais para, mais uma vez, não ficar isolada na organização (Schwok, 2010). Durante estas negociações a Comissão

¹⁷ Político europeu francês. Em 1985 tornou-se Presidente da Comissão Europeia e permaneceu no cargo até 1995. Foi um dos impulsionadores do Tratado de Maastricht, que instaurou a União Europeia.

ponderou a anterior sugestão de Delors, proposta em 1989, todavia, a Suíça teria de abdicar de certas condições¹⁸ (Schwok, 2010).

É em maio de 1992 que a Suíça aceita rever e tentar ratificar o seu acordo com o EEE e, no mesmo mês, tenta acordar a sua entrada na UE com Bruxelas. A Suíça tomou a decisão de negociar a sua entrada na UE devido à turbulência causada pelo fim da Guerra Fria, à debilidade do tratado do EEE, ao facto de os países da EFTA terem negociado a sua entrada na UE e graças à nova UE, que se avizinhava após o Tratado de Maastricht (Schwok, 2010). Contudo, a 6 de dezembro de 1992 a Suíça organiza um referendo relativo à sua participação no EEE, cujo parecer foi negativo (50,3% votou não e 49,7% votou sim) (Schwok, 2010). Na sequência deste cenário, o Conselho Federal Suíço colocou um término ao pedido de adesão à UE e à sua entrada para o EEE (Schwok, 2010). Segundo Schwok (2010), a maioria dos cidadãos suíços votou contra no supracitado referendo, uma vez que não quer ver o seu país marginalizado. Ainda assim, outras razões foram apontadas para justificar a não adesão da Suíça à UE. Schwok (2010) afirma que é necessário ter em conta cinco temas que interagem entre si: a identidade, a neutralidade, a democracia, o federalismo e a distinção económica. O autor relata que o sector empresarial suíço ateria que o país teria mais a perder do que a ganhar com a sua entrada na UE, uma vez que, segundo o sector, o Mercado Comum era nacionalista, protecionista, intervencionista e mantinha taxas bastantes elevadas, em comparação com a Suíça. Assim, a Suíça construiu a sua relação com a UE através de acordos bilaterais, entre eles estão os famosos acordos sectoriais I e II¹⁹. De referir que no mesmo ano, em 1992, os suíços aceitaram a sua adesão ao FMI (Francillon, 2015). Ao contrário da Noruega, da Islândia e do Liechtenstein, a Suíça é o único país-membro da EFTA que não se encontra integrado no EEE (Caramelo, 2007).

¹⁸ Segundo Schwok (2010), a Suíça teria de “renunciar a demandas importantes, como ao princípio da igualdade de direitos e obrigações das partes contratantes no desenvolvimento e adoção de regras comuns; a sua participação na comitologia da CE; quotas para cidadãos europeus; restrições à venda de imóveis a estrangeiros; e uma derrogação para não adotar regras de concorrência comunitárias”.

¹⁹ A UE é o principal parceiro comercial da Suíça - nos anos 90, as relações entre a Suíça e UE baseavam-se na “manutenção dos controlos fronteiriços e aduaneiros a pessoas e mercadorias” (Caramelo, 2007). Anos mais tarde, com os acordos bilaterais I e II, a Suíça e a UE reforçaram as suas relações tratando de temas como a livre circulação de pessoas, a melhoria dos transportes, a agricultura, a investigação, os produtos agrícolas transformados, a luta contra a fraude aduaneira e o ambiente (Caramelo, 2007).

Ainda a 4 de março de 2001, o povo suíço recusou o projeto “Oui à l’Europe!” – o Conselho Federal considerou que não havia condições para iniciar as negociações de adesão (Caramelo, 2007). Caramelo (2007), refere que, para que se dê início a estas negociações, o Conselho Federal necessita de certas condições como “analisar previamente os resultados concretos dos acordos bilaterais; identificar as consequências da adesão nos domínios centrais da política helvética e descobrir as respostas convincentes aos problemas existentes; alcançar um suporte político alargado em relação ao objetivo da adesão” (Caramelo, 2007, p.229).

Capítulo 4 – O mercado português

4.1. O crescimento económico em Portugal

O crescimento económico de um país é avaliado ano após ano. Através de vários indicadores, como o PIB, é possível perceber a evolução de um país e da sua economia (AICEP, 2019b).

Para avaliar o crescimento económico de Portugal, torna-se relevante perceber a evolução do PIB no país. Assim, é apresentado um gráfico abaixo (Gráfico 1) que demonstra o desenvolvimento do mesmo. Devido à temática da dissertação apresentada, torna-se relevante verificar o período correspondente à adesão de Portugal à CEE e, posteriormente, à moeda única, pois estas condições constituíram uma mudança na economia portuguesa (Aguiar-Conraria, Alexandre, & De Pinho, 2012).

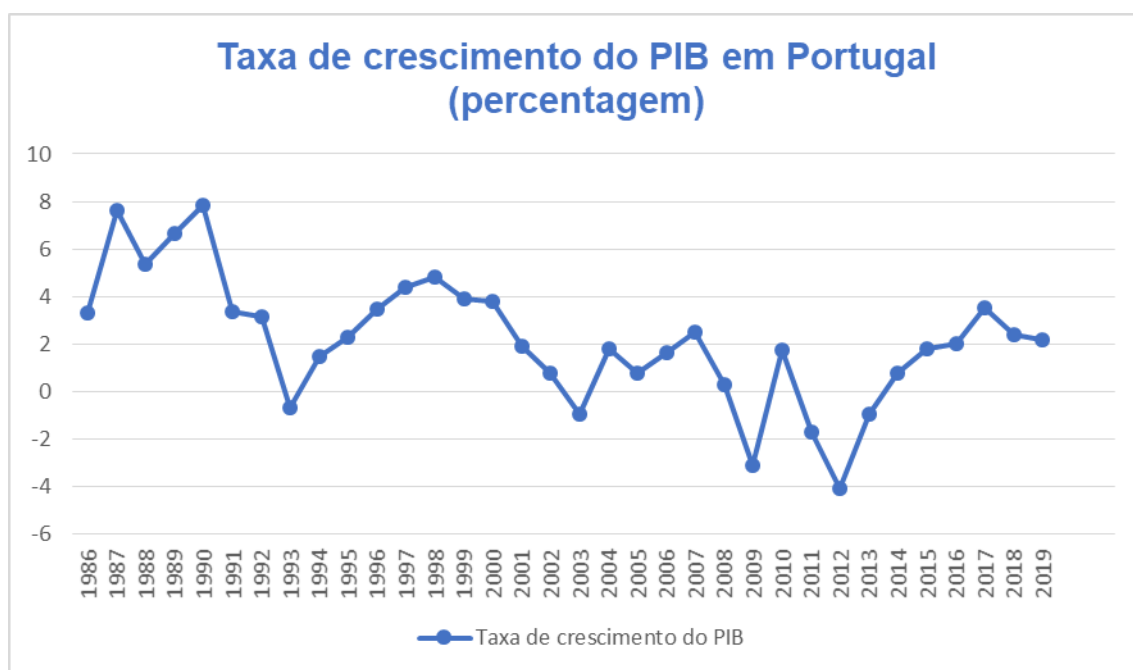


Gráfico 1: Taxa de crescimento do PIB em Portugal

FONTE: PORDATA

No gráfico 1, é possível observar um aumento da taxa de crescimento do PIB nacional nos primeiros anos da adesão de Portugal à CE – este acontecimento foi possível devido à transferência de fundos comunitários e de ajudas de pré e pós adesão provenientes da CE (Aguiar-Conraria et al., 2012). Destaca-se o ano de 1987, onde a taxa ultrapassou os 7% e o ano de 1990, quando rondou os 8%.

Em 1993 é notório o valor negativo registado (-0,69%). Aguiar-Conraria et al. (2012) explicam que em 1992 Portugal aderiu ao Mecanismo de Taxas de Câmbio Europeu, o que deu origem ao “processo de liberalização dos movimentos internacionais de capitais” (Aguiar-Conraria et al., 2012, p.302). Ainda assim, o valor negativo da taxa de crescimento assinalado deve-se à crise cambial que afetou todos os países europeus entre 1992 e 1993 (Aguiar-Conraria et al., 2012). Os mesmos anos foram marcados pela preparação do país para a moeda única – o Euro.

Nos anos seguintes, o PIB português sofreu uma melhoria substancial. Se em 1993 a taxa de crescimento registou um valor negativo, em 1994 foi de 1,49% e em 1998 quase atingiu o valor de 5%.

Como já foi referido anteriormente, Portugal aderiu ao Euro quando ultrapassava um período complexo na sua economia. No ano 2000 e nos anos seguintes o crescimento económico português foi reduzido. Aguiar-Conraria et al. (2012) citam algumas razões facultadas por vários autores relativamente a este aspeto como, por exemplo, o crescimento de Portugal não acompanhar o crescimento dos restantes países da UE, o aumento da concorrência internacional, o alargamento da UE, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, a inflexibilidade no mercado de trabalho português e o facto de a adesão de Portugal ao Euro não ter sido acompanhada da adoção de medidas devidas. Em 2003, Portugal sofreu uma recessão (Lourtie, 2011). O seu crescimento rondou os -0,9%. Lourtie (2011), citando Blanchard (2006), explica que a economia portuguesa assinalava um fraco nível de produtividade, um crescimento económico reduzido – observável no gráfico 1 -, e um défice muito elevado.

Entre 2004 e 2007, o crescimento do PIB apresentou valores como 1,79%, 0,78% 1,63% e 2,51%. É em 2008 que a situação começa a deteriorar-se novamente – desceu até aos 0,32% e em 2009 atinge o valor negativo de -3,12%. Estes valores acompanharam a crise na Zona Euro²⁰. É também neste período que Portugal entra em crise – entre 2010 e 2014²¹, na qual necessitou de ajuda

²⁰ Também conhecida como a crise da dívida pública europeia. Neste período, vários países europeus registaram uma fragilidade nas suas contas públicas e um aumento do défice e da dívida pública, o que levou ao endividamento dos mesmos. Destaca-se o caso da Grécia, um dos países mais afetados com esta crise, que aderiu ao euro em 2001. É importante salientar que esta crise não foi apenas económica - tratou-se igualmente de uma crise política e estrutural (Lourtie, 2011).

²¹ Crise comparada com aquela vivida na adesão ao Mecanismo de Taxas de Câmbio Europeu. A crise portuguesa instaurada neste período teve origem na crise da Zona Euro. Portugal foi o terceiro

financeira proveniente do FMI. É possível observar os valores compreendidos nesses anos – em 2012 atingiu o valor negativo de -4,06%.

É em 2014 que a saída do Programa de Assistência Económica e Financeira é anunciada pelo governo. Segundo a AICEP (2017c), Portugal assinalou um progresso na economia – muito se deveu às medidas implementadas pelo governo. Nesse ano a taxa de crescimento do PIB foi de 0,79%. No ano seguinte, o valor continuou a aumentar. Em 2016, segundo o relatório da AICEP (2017c), o valor também aumentou devido à diminuição do consumo privado.

Em 2017 foi lançado o Programa Nacional de Reformas e o Programa de Estabilidade para os anos 2017-2021. Nesse ano a taxa de crescimento foi de 3,51%. Em 2018, o valor registado foi de 2,4% e em 2019 de 2,16%.

4.2. O comércio internacional

O comércio internacional tem como base o conjunto do valor das exportações e o valor das importações, ou seja, a entrada e/ou saída de mercadorias de um país.

No gráfico 2²² é possível observar a balança comercial portuguesa compreendida entre o ano de 1996 e 2019. Com a balança comercial é possível perceber, com as entradas e saídas do país, se o saldo é positivo ou negativo – isto é, quando o valor das exportações é superior ao das importações, a balança comercial apresenta um valor superavit ou excedente; quando o valor das importações é superior ao valor das exportações, a balança regista um défice.

É possível observar que a balança comercial portuguesa apresenta valores inconstantes ao longo do período apresentado.

É de notar que o saldo da balança comercial portuguesa foi negativo durante 1996 e 2000. Como já foi referido anteriormente, durante esta época o país preparava-se para a adesão à moeda única e a sua economia estava fragilizada. Em 1996 o valor registado foi de -6685,40, em 1997 de -8196,20, em 1998 de -

país a recorrer à ajuda financeira da UE e ao FMI (Lourtie, 2011). Nesta altura, o país atravessou um período de austeridade.

²² Na impossibilidade de demonstrar os dados da balança comercial portuguesa desde o ano de adesão à CEE, o gráfico inicia-se no ano de 1996.

10163,00, em 1999 de -12 246,60 e em 2000 de -13987,1. Durante este período de cinco anos, o défice foi sendo cada vez maior.

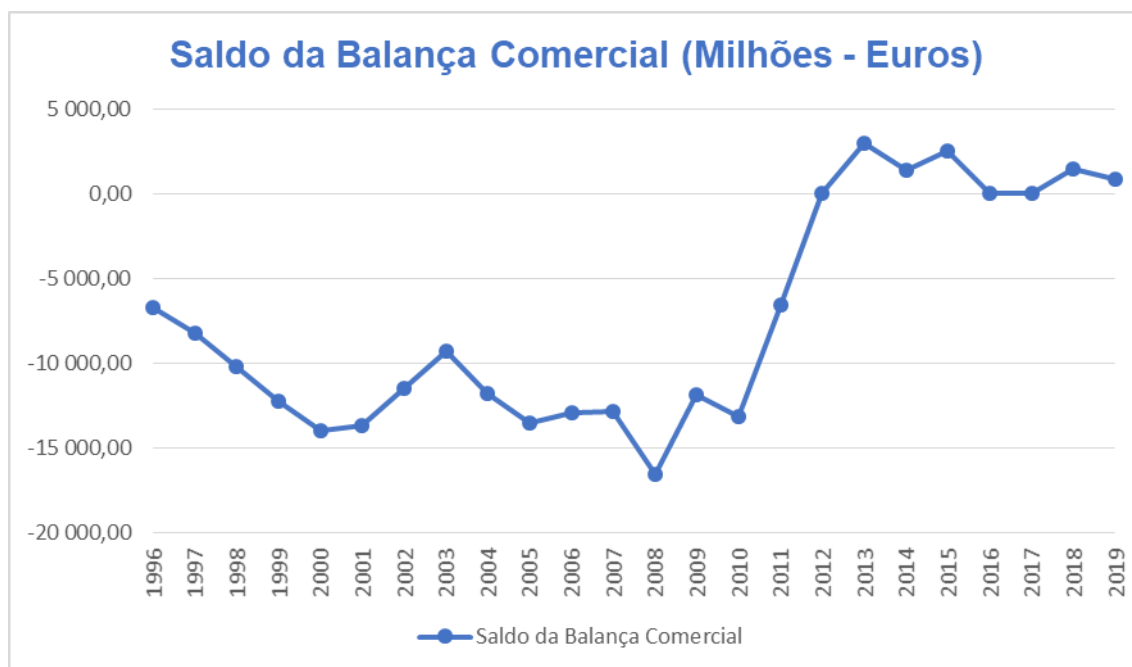


Gráfico 2: Saldo da balança comercial portuguesa (1996-2019)

FONTE: PORDATA

Ainda que negativo, o saldo da balança comercial portuguesa apresentou uma ligeira melhoria a partir do ano 2001, atingindo o valor de -13 644,60. É de notar que o valor negativo se manteve até 2012. Nesse ano, o valor registado foi de 3, em 2013 de 2 966,90, em 2014 de 1 371,70, em 2015 de 2 520,00, em 2016 de 3 174,7, em 2017 de 2 920,11, em 2018 de 492,00 e em 2019 de 817,9.

No âmbito do comércio internacional, torna-se, também, relevante referir os principais parceiros comerciais de Portugal. A figura 1²³, representada abaixo, apresenta os principais fornecedores e os principais clientes de Portugal.

Como já foi referido, os principais parceiros de negócio de Portugal são países da UE. Segundo a AICEP (2018), no ano de 2018, o maior cliente de Portugal foi a Espanha, seguindo-se a França, a Alemanha, o Reino Unido e, por fim, aos EUA - cliente externo à UE. Os principais fornecedores foram a Espanha, seguida da Alemanha, a França, a Itália e os Países Baixos.

²³ A figura 1 é apresentada de modo a que se apresente os principais cinco fornecedores e clientes de Portugal – países esses que serão alvo de estudo adiante.

Principais Clientes e Fornecedores 2018

Quota %

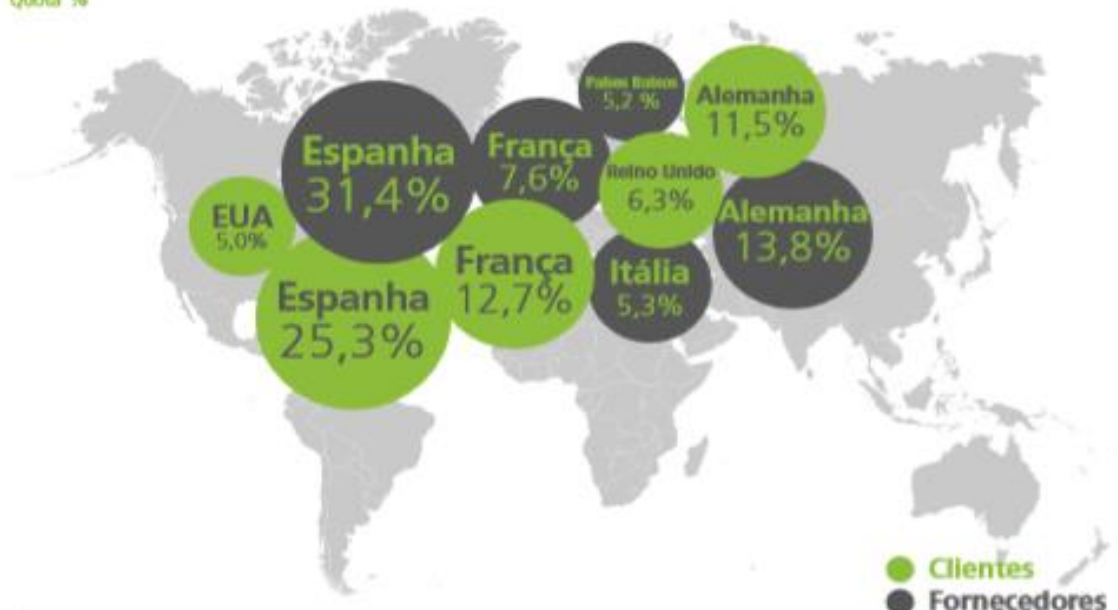


Figura 1: Principais clientes e fornecedores de Portugal em 2018

FONTE: Retirado de AICEP

4.2.1. Exportações

As exportações têm um grande peso na economia portuguesa.

Segundo a AICEP (2020a) no seu relatório de contas, em 2019 as exportações de bens e serviços aumentaram 3,7% em volume e o seu peso no PIB foi de 43,9%. As exportações constituíram, também, a principal componente que contribuiu para o crescimento positivo. Como em outros tempos, o maior parceiro de Portugal continua a ser a UE.

4.2.1.1. Exportação de bens

No que diz respeito à exportação de bens, os principais clientes de Portugal continuam a ser os mesmos países representados na figura 1 – a Alemanha, a Espanha, os EUA, a França e o Reino Unido. Ainda assim, é de salientar outros

países como Angola, Brasil, China, Itália, Japão, Países Baixos, entre outros (ver anexo 1²⁴).

Segundo o quadro apresentado no anexo 1, no ano de 1986 – ano oficial da entrada de Portugal na CEE -, o principal cliente de Portugal foi a França, país que representou 15,2% das exportações de Portugal. É igualmente possível observar que a relação de exportação existente com França entre 1986 e 2019 relatou valores constantes, obtendo o seu valor mais elevado em 1987 – atingindo o total de 15,8% das exportações portuguesas.

A maior evolução da percentagem de exportação regista-se com o país vizinho - Espanha. É de notar que a percentagem de exportações com Espanha aumentou progressivamente a cada ano, registando o seu valor mínimo em 1986 (6%) e valor máximo em 2007 (28,7%). De salientar que a partir de 2003, o montante das exportações com Espanha nunca registou valores abaixo dos 23%.

No que concerne à Alemanha, o valor mais alto foi registado em 1995, onde o valor rondou os 21%. O valor mínimo foi registado em 2017, com 11,4%. A particularidade notada com a Alemanha é que desde 1998 que a percentagem tem vindo a reduzir.

Com o Reino Unido, os valores registados nunca foram muito elevados. No período apresentado, o valor máximo de exportações foi registado no ano de 1986, com 14,2%, e o valor mínimo registado em 2011, com 5,2%. O mesmo se pode verificar com os EUA – o seu valor máximo de exportações nunca ultrapassou os 7%.

No quadro disponível no anexo 2²⁵ é possível observar que bens são mais exportados por Portugal – produtos agroalimentares, químicos, borrachas, madeira, cortiça, papel, peles, couros, têxteis, vestuário e calçado, máquinas e material de transporte. É possível observar que os bens mais exportados e que, por isso, obtêm os valores mais elevados, são as peles, couros e têxteis e as máquinas. De notar que, mesmo assim, o volume de exportação das peles, dos couros e dos têxteis tem vindo a diminuir desde 2003.

²⁴ *Exportações de bens: total e por principais países parceiros comerciais.* Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

²⁵ *Exportações de bens: total e por tipo.* Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1993.

Em relação aos produtos agroalimentares, é de salientar que segundo a AICEP (2020c), os produtos agroalimentares portugueses estão presentes um pouco por todo o mundo. Entre a exportação dos produtos agroalimentares, a AICEP (2020c) destaca o vinho, maioritariamente exportado para França, Alemanha, Bélgica, EUA, Brasil, Canadá e China; o azeite, que “exportou 56 mil toneladas de azeite para fora da União Europeia em 2018” (AICEP, 2020c, p.10); a pesca, tirando proveito da Zona Económica Exclusiva e, por fim, as frutas e hortícolas, que se destacam pela qualidade e diferenciação. Em 2018, os maiores consumidores destes bens foram Angola, Espanha, França, Itália e Brasil. É também de notar que, como é possível observar no anexo 2, os valores da exportação destes produtos tem vindo a aumentar ao longo dos anos, ainda que tenuemente.

Quanto aos químicos e às borrachas, a sua exportação tem vindo a aumentar ao longo dos anos, atingindo o seu valor mínimo em 1993 (5,6%) e o seu valor máximo em 2016 (13%). Na mesma situação encontra-se o caso dos minérios e metais, que atingem valores de 20%.

Pelo contrário, como é possível observar no anexo 2, o sector do vestuário e calçado tem vindo a diminuir ao longo dos anos – atingiu o seu pico em 1993, quando o valor atingiu os 9,7%, e o seu valor mínimo em 2019, onde o valor rondou os 3%. O mesmo se verifica com os materiais de transporte.

No caso da madeira, cortiça e papel e dos materiais de transporte, os valores mantêm-se constantes ao longo dos anos.

4.2.1.2. Exportação de serviços

No que corresponde à exportação de serviços, tal como foi referido na exportação de bens, os principais clientes de Portugal continuam a ser os mesmos países representados na figura 1 – a Alemanha, a Espanha, os EUA, a França e o Reino Unido.

Como é possível observar no anexo 3²⁶, ao contrário do que é registado com a exportação de bens, o Reino Unido é o principal cliente de Portugal no que

²⁶ *Exportações de serviços: total e por principais países parceiros comerciais.* Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>. Na

concerne aos serviços. Atingiu o seu valor mínimo em 1996, com 13,5% e o seu valor máximo em 2004, com 19,6%. Apesar de se ter assistido a uma quebra do volume entre 2009 e 2014, os valores têm vindo a aumentar ao longo dos últimos cinco anos, tendo em 2019 atingido o valor de 16,3%.

Com a Alemanha, tal como se verificou na exportação de bens, os valores também têm diminuído nos serviços – em 1996 o valor rondou os 17% e dez anos depois, o valor assinalado foi de 9,6%.

Com Espanha, os valores máximos, que rondaram os 15% e os 16%, foram registados entre 2003 e 2009. Como é possível analisar no anexo 3, a percentagem do total de exportação de serviços para com este país, tal como com a Alemanha, tem vindo a diminuir.

Desde 1996 que a percentagem de exportação de serviços para com os EUA nunca ultrapassou os 10%. O mesmo se pode observar com a França – os valores nunca superaram os 15%. É possível concluir que, com estes países, os valores se mantêm constantes.

No anexo 4²⁷ estão disponíveis os serviços que são maioritariamente exportados por Portugal – transportes²⁸, viagens e turismo, construção, serviços de telecomunicações, informáticos e de informação, serviços pessoais, culturais e recreativos e outros como serviços de seguros e pensões, serviços financeiros, direitos cobrados pela utilização de propriedade intelectual, entre outros.

O serviço com mais peso nas exportações são as viagens e o turismo, ultrapassando os 57%, por exemplo, em 1998 e em 2001. Ainda que os valores tenham descido para a casa dos 40% em 2006 e para os 50% em 2017, o que corresponde a praticamente metade do total de exportações, é sabido que o turismo tem um peso importante na riqueza do nosso país.

Em seguida, é de notar os valores registados nos serviços de transporte²⁹, que também apresenta uma alta percentagem. O seu valor mínimo foi registado em 1999, com 14,7% - um valor razoavelmente alto - e o seu valor máximo em 2012, com 25,9%. Todavia, desde 2006 que os valores não são inferiores aos 21%.

impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1996.

²⁷ *Exportações de serviços: total e por tipo*. Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1996.

²⁸ Segundo o que consta no site da PORDATA (<https://www.pordata.pt/Home>).

²⁹ Ver nota anterior.

Com valores relativamente mais baixos encontram-se os outros três serviços: a construção, o serviço de telecomunicações e os serviços pessoais, culturais e recreativos. Dos três, este último é o que regista os valores mais baixos desde 1996, nunca ultrapassando o 1,5%. Logo depois, encontra-se a construção, que no período compreendido (1996-2019), não ultrapassou os 3,7%. Por último, dos três o que possui valores mais altos estão os serviços de telecomunicações, informáticos e de informação, que ronda os 5%.

4.2.2. Importações

Segundo os dados da AICEP (2017c), juntamente com os dados do Banco de Portugal, as exportações e importações de bens e serviços alcançaram um valor positivo na balança comercial portuguesa nos últimos cinco anos.

Como é possível observar na figura 1, os principais fornecedores de Portugal são a Espanha, a França, os Países Baixos, a Itália e a Alemanha. Ainda assim, é de salientar a importância da Ásia, da América do Norte, Central e do Sul, África e da Europa extra comunitária (AICEP, 2017c). As máquinas e aparelhos, os veículos e outro material de transporte, os combustíveis, os produtos agrícolas e os produtos químicos são os produtos mais adquiridos por Portugal ao exterior.

4.2.2.1. Importação de bens

Relativamente às compras efetuadas por Portugal ao estrangeiro, no anexo 5³⁰ é possível verificar que o maior fornecedor de Portugal é a Espanha. É igualmente possível observar que ao longo dos anos, a percentagem desta compra foi aumentando. Em 1986, o valor registado foi de 10,9% e em 2019 o valor superou os 30%. De salientar que desde 2003 não se verificam valores abaixo dos 30%.

Em seguida, situa-se o caso da Alemanha. De acordo com o anexo 5, o segundo maior fornecedor de Portugal. Com este país, os valores registados foram sempre compreendidos entre os 11% e os 15%, ou seja, foram constantes ao longo dos anos.

³⁰ *Importações de bens: total e por principais países parceiros comerciais*. Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

Seguidamente encontram-se a França, a Itália e os Países Baixos respetivamente. Com os três países, os valores também são considerados constantes ao longo dos anos. Ainda assim, com a França, os melhores resultados foram alistados entre 1987 e 1999, tendo-se assistido a uma quebra da percentagem de importação a partir do ano 2000 – a mesma voltou a ganhar força nos últimos dois anos. Com a Itália, entre 1986 e 2019 os valores são compreendidos entre os 5% e os 10% - registando o seu valor máximo em 1991 e 1992 com 10,2% e o seu valor mínimo em 2019, com 5.1%. Com os Países Baixos, a percentagem varia, maioritariamente, entre os 4% e os 5% - nunca chegando nem ultrapassando os 6%.

No anexo 6³¹, são apresentados os bens mais adquiridos por Portugal ao estrangeiro. Segundo o quadro apresentado, os produtos mais importados pelo país são os minérios e os metais, seguidos das máquinas. Ambos os setores possuem valores acima dos 20% - os minérios e os metais quase atingiram os 30%.

Torna-se importante, também, referir o material de transporte importado por Portugal – em 1999, este bem atingiu o valor de 18%. Assistiu-se à quebra do mesmo entre 2012 e 2013, no entanto, a percentagem tem evoluído bastante ultimamente.

Os produtos agroalimentares e os químicos e borrachas também ocupam lugar de destaque nas importações portuguesas. Ambos os bens apresentam valores contínuos – variando sempre entre os 11% e os 16%.

Por último encontram-se os bens de peles, couros, têxteis, madeira, cortiça, papel e vestuário e calçado. Entre o período apresentado (1993-2019), as peles, os couros e os têxteis atingiram o seu valor máximo em 1994 (11,9%) e o seu valor mínimo em 2008 (6,1%). Com a madeira, a cortiça e o papel, o valor máximo atingido foi de 4,5% e o mínimo atingido em 2019, com 3%. Por fim, o vestuário e o calçado, que apresenta o bem com menor percentagem de importação regista sempre valores que rondam o 1%.

³¹ *Importações de bens: total e por tipo*. Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1993.

4.2.2.2. Importação de serviços

No que diz respeito à importação de serviços por parte de Portugal, o anexo 7³² demonstra, mais uma vez, os principais parceiros comerciais do país nesta área. É exequível observar que o maior fornecedor de Portugal relativamente aos serviços é a Espanha. Mais uma vez, a Espanha obtém percentagens elevadas – tal acontece tanto a nível de exportação e importação, quer seja no contexto de bens e/ou serviços. Em 2008, o vizinho ibérico liderou com 19,8% das importações a nível dos serviços.

Em seguida encontra-se o caso de França. Este país registou a percentagem mais elevada de importação em 1999, com 13,1%. Apesar de os valores constarem regularmente entre os 10% e os 13% entre 1996 e 2009, assistiu-se a uma quebra desse valor a partir de 2010 – desde esse ano que a percentagem não ultrapassou os 9,7%. No último ano foi de 8%.

Seguidamente encontra-se a Alemanha. Mais uma vez, conclui-se que os valores têm diminuindo ao longo dos anos, tal como se verificou nas exportações. Os seus valores máximos foram atingidos em 1996 e 1997, com 11,8% e os valores mínimos em 2011 e 2015, em ambos com 6,9%.

Por último, encontram-se a Itália e os Países Baixos, ambos com valores similares. Com a Itália, no período compreendido (1996-2019), os valores rondaram sempre os 2% e os 4%. No entanto, nos últimos anos, a percentagem de importação de serviços foi mais elevada com os Países Baixos – valores que rondam os 4%.

É importante salientar que, como é possível observar no anexo 7, os outros países como a Angola, o Brasil, a China, os EUA, o Japão e o Reino Unido, juntos, representam mais de metade do total das importações de serviços.

No anexo 8³³ estão representados os tipos de serviços mais importados por Portugal – os mesmos apresentados na exportação de serviços.

³² *Importações de serviços: total e por principais países parceiros comerciais.* Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1996.

³³ *Importações de serviços: total e por tipo.* Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1996.

É de destacar os valores registados na importação de transportes³⁴ – os valores rondam os 20% e os 30%.

Para além dos transportes³⁵, também se regista um valor elevado do setor das viagens e do turismo – valores superiores a 30% - no entanto, não ultrapassam os valores registados na exportação. Os seus valores mais elevados estão assinalados entre 1996 e 2005.

Em seguida estão os setores da telecomunicação, da construção e dos serviços pessoais, culturais e recreativos respetivamente. Os serviços de telecomunicação ganham destaque entre os três mencionados – têm valores compreendidos entre os 4% e os 7,5%. Já a percentagem da importação dos serviços de construção tem vindo a diminuir – em 1996 o valor foi de 3,5%, no entanto, os valores obtidos nos anos seguintes foram sempre inferiores aos 3%, chegando a atingir os 0,8% em 2010, 2015 e 2018. Por último, os serviços pessoais e culturais mantêm valores constantes, mas assiste-se a uma quebra da percentagem do mesmo nos últimos três anos.

³⁴ Segundo o que consta no site da PORDATA (<https://www.pordata.pt/Home>).

³⁵ Ver nota anterior.

Capítulo 5 – O mercado suíço

5.1. O crescimento económico

À semelhança do que foi analisado no capítulo 4, na secção do crescimento económico português, torna-se relevante perceber, também, o crescimento económico da Suíça. De notar que são países completamente diferentes quanto à sua economia e, por isso, em comparação, os valores irão certamente oscilar.

Segundo os rankings disponíveis na AICEP (2018a), a Suíça ocupa a 4ª posição no ranking de competitividade, a posição 38º na facilidade de realização de negócios e é o 3º país com mais transparência³⁶. A Suíça é também considerada a 19ª economia mais forte do mundo (AICEP, 2017a) e possui um dos produtos internos brutos mais altos do mundo.

O Département Fédéral de l'Économie (2002) divide o crescimento económico suíço em três fases: de 1960 a 1974, período em que a economia suíça crescia ao ritmo dos países da UE; a fase após a recessão vivida pela Suíça nos anos 1974 e 1975; por último, a fase dos anos noventa em que, segundo o Departamento Federal da Economia, em relação a outros países, a Suíça não conseguiu acompanhar esse crescimento. Ainda assim, como é possível observar no Gráfico 3 representado abaixo, a taxa de crescimento do PIB suíço conheceu valores compreendidos entre o 1% e os 8%. Em comparação com Portugal, nos anos noventa, a Suíça nunca registou uma taxa de crescimento negativa, enquanto Portugal registou uma taxa de crescimento negativa em 1993 (ver gráfico 1).

Ainda assim, é de salientar os anos de 2002 e 2009, onde a taxa de crescimento foi negativa. De notar, que em 2009 a Suíça também foi afetada pela crise mundial e pela crise na Zona Euro.

É interessante observar que ao longo dos anos, principalmente no período compreendido no gráfico (1986-2019), a taxa de crescimento do PIB suíço registou

³⁶ Segundo Hitt et. al (2011) uma empresa é competitiva se for capaz de colocar em prática uma estratégia geradora de valor. Com um país, a situação é idêntica. Segundo a AICEP (2017a), a Suíça possui uma visibilidade internacional bastante forte proveniente da sua “capacidade de atrair capital e talento”. O país é também conhecido como um paraíso fiscal, no entanto, tem progredido a nível da transparência. Segundo a AICEP (2017a) “a Suíça dispõe de estabilidade política e económica, de um sistema jurídico transparente, de infraestruturas excepcionais, de um mercado de capitais eficiente, de legislação laboral flexível, e de baixo nível de impostos”, o que faz da Suíça um país atrativo para a realização de negócios.

valores negativos apenas em dois anos. Estes indicadores demonstram a firmeza, a estabilidade e a prosperidade da economia deste país.

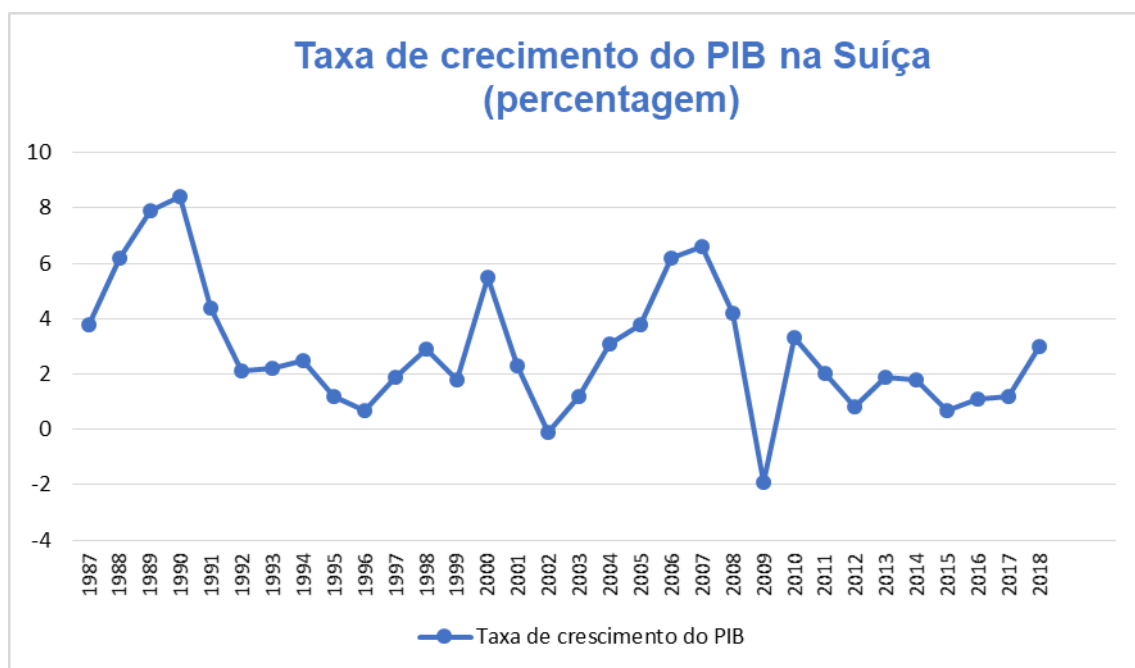


Gráfico 3: Taxa de crescimento do PIB na Suíça
FONTE: Secrétariat d'Etat à l'économie (SECO)

5.2. O comércio internacional

Mais uma vez, à semelhança do que já foi abordado anteriormente, é apresentada uma balança comercial – desta vez, a balança comercial da Suíça -, representada no gráfico 4.

No gráfico abaixo é possível observar o saldo da balança comercial com base na diferença entre as exportações e as importações, realizadas pela Suíça na sua moeda³⁷.

Note-se que a Suíça registou um défice na sua balança comercial no ano de 1998 (-1792 milhões de francos) e, no ano seguinte, conseguiu recuperar, ainda que com um saldo positivo relativamente mais baixo do que foi registado em 1996.

De entre os anos compreendidos no gráfico, aqueles em que a Suíça registou um défice foram os anos de 1998, 2000 e 2001 – ou seja, durante este período, o

³⁷ De salientar que ao não aderir à UE, a Suíça manteve o franco suíço.

país realizou mais importações do que exportações e, por isso, apresentou um saldo negativo.

De salientar a grande subida do saldo da balança comercial entre 2001 – um ano com um dos maiores saldos negativos registados – e 2002, onde a balança superou os 7 milhões de francos.

Entre 2005 e 2011, o saldo da balança suíça esteve sempre em ordem crescente. De evidenciar 2008, 2009, 2010 e 2011, quando os valores rondaram os

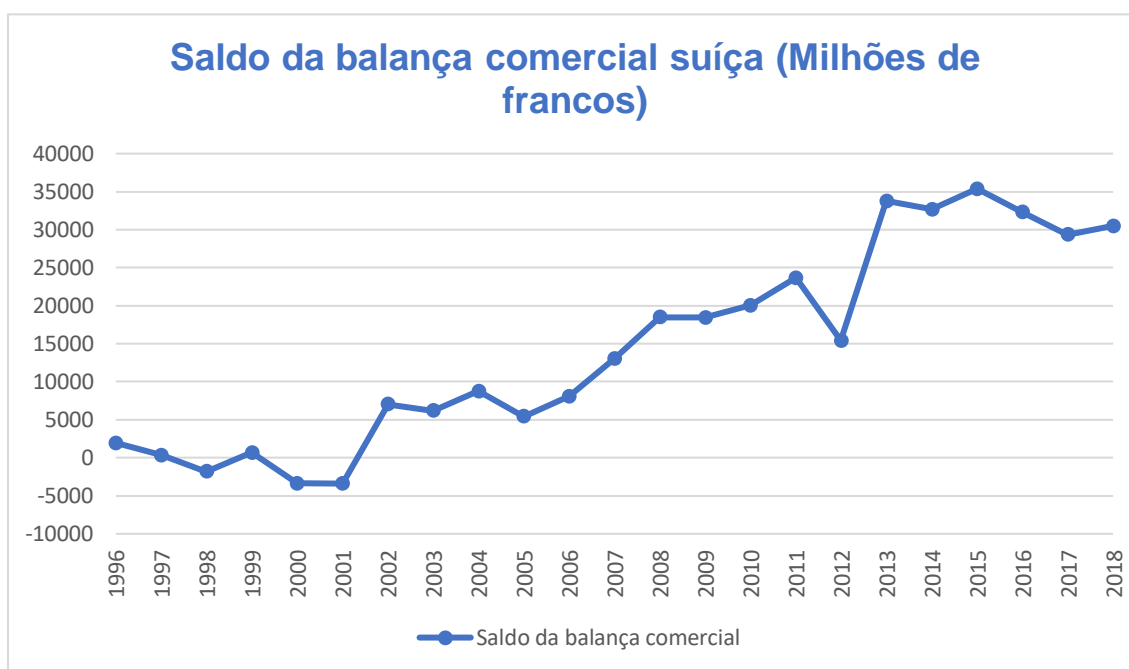


Gráfico 4: Saldo da balança comercial suíça (1996-2017)
FONTE: Secrétariat d'Etat à l'économie (SECO)

18 e os 23 milhões de francos. Em 2012, o valor sofreu uma descida abrupta – passando de 23 milhões para 15 milhões. No entanto, em 2013, o saldo comercial duplicou. Até 2019 os valores mantiveram-se na casa dos 30 milhões.

Na figura 2³⁸ é possível analisar os principais clientes e fornecedores da Suíça em 2017. Segundo os dados da AICEP, o principal cliente da Suíça é a Alemanha (com 15,1% do valor das exportações registadas naquele ano), seguida dos EUA, China, Reino Unido e França. Em 2017, a Alemanha também obteve destaque sendo o principal país com o qual a Suíça realizou as suas compras (20,7%). Seguiram-se os EUA, a Itália, o Reino Unido e a França.

³⁸ A figura 2 é apresentada de modo a que se apresente os principais cinco fornecedores e clientes da Suíça – países esses que serão alvo de estudo adiante.

Uma vez que a figura apenas remonta aos principais clientes e fornecedores da Suíça em 2017, existem dois países que não se repetem: a China e a Itália. Ainda assim, em 2017 a China representou cerca de 4,9% das importações suíças e a Itália representou cerca de 5,4% das exportações suíças no mesmo ano³⁹.

Principais Clientes e Fornecedores 2017

Quota %

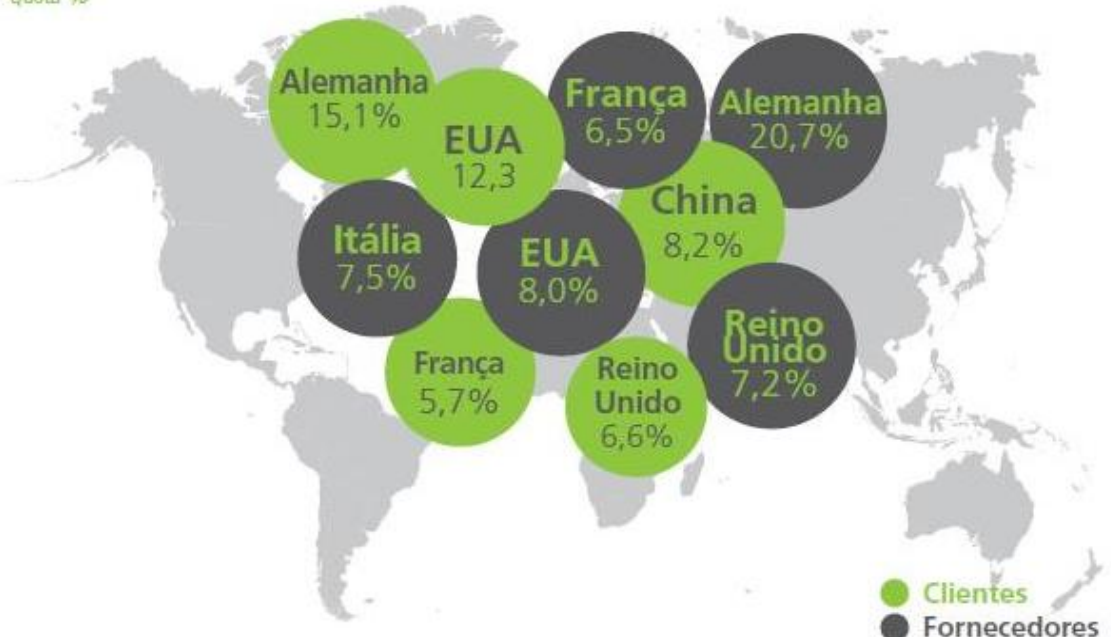


Figura 2: Principais clientes e fornecedores da Suíça em 2017

FONTE: Retirado de AICEP

Ainda assim, como é sabido, os principais parceiros comerciais da Suíça são países que pertencem à UE – comunidade com a qual o país possui acordos bilaterais.

Torna-se relevante referir que o comércio exterior suíço enfrentou vários desafios desde 2008: a crise financeira global, a crise do Euro e a valorização do Franco (Administration fédérale des douanes, 2018). No contexto da balança comercial, é possível observar que entre 2008 e 2010, ainda que a balança tenha registado um valor positivo, o crescimento do seu saldo nesses anos foi reduzido.

³⁹ Informação consultada em *Exportations par partenaires commerciaux (pays)* e em *Importations par partenaires commerciaux (pays)*, 2019. Disponível em: <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/industrie-services/commerce-exterieur/bilan-commercial-importations-exportations.assetdetail.8167998.html> e em <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/industrie-services/commerce-exterieur/bilan-commercial-importations-exportations.assetdetail.8186005.html>. Consultado em abril de 2020.

5.2.1. Exportações

No anexo 9⁴⁰ estão descritos os valores das exportações realizadas pela Suíça entre 1990 e 2018. É possível concluir que o valor das exportações tem aumentado ao longo dos anos e que os valores raramente foram muito inferiores aos do ano anterior – esta situação apenas se observou no ano de 1991, 2009, 2015, 2016 e 2017. Foi em 2009 que esta situação foi mais notória, tendo em conta a crise atravessada na Zona Euro. No ano de 2018, o valor das exportações superou os 300 milhões de francos – um registo histórico tendo em conta os valores registados anteriormente.

Também no anexo 9 e ainda no anexo 10⁴¹, é possível verificar que o maior cliente da Suíça é um dos países com quem faz fronteira – a Alemanha. Os valores das trocas comerciais com este país foram constantes e elevados - sempre compreendidos entre os 15% e os 24%. Ainda assim, entre 1990 e 2004 os valores registados foram sempre superiores aos 20%, no entanto, a partir de 2007, apenas esse ano (20,3%) e em 2011 o valor foi superior aos 20% (20,2%). Ainda que elevado, assiste-se a uma diminuição dos valores de exportações para com a Alemanha nos últimos anos. De salientar o ano de 2013, onde o valor rondou os 12%. Desde esse ano que os valores pouco ultrapassam os 14%.

Em seguida, encontra-se o caso dos EUA. Apesar de os valores diferenciarem ao longo dos anos, é de notar que se assiste a uma evolução na relação comercial com esta potência mundial. O valor mais alto foi registado no último ano, em 2018, com 13,2%. Em contrapartida, o valor mais baixo foi assinalado em 2013, com 7,6% - adicionalmente, 2013 e 1990 foram os únicos anos em que os valores registados foram inferiores aos 8%. A mesma tendência não se verifica com a França – os valores têm diminuído ao longo dos anos. Os valores nunca foram superiores a 10% e, ainda assim, têm vindo a diminuir. O valor mais alto registado com a França foi em 1990, com 9,9%, e os valores mínimos foram assinalados em 2013, 2016 e 2017, com 5,8%. Seguidamente encontra-se o caso do Reino Unido e da China, respetivamente. Com o Reino Unido, os valores são

⁴⁰ *Exportations par partenaires commerciaux (pays)*, 2019. Disponível em: <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/industrie-services/commerce-exterieur/bilan-commercial-importations-exportations.assetdetail.8167998.html>. Consultado em abril de 2020. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1990.

⁴¹ Mesma referência que a nota anterior, mas com valores convertidos em percentagem.

constantes – compreendidos entre os 3% e os 7%. O valor máximo foi registado em 2016 (10,7%) e o mínimo dois anos depois, em 2018, com 3,6%. Com a China os valores são surpreendentes, uma vez que os valores das exportações para esta grande potência têm vindo a aumentar ao longo dos anos. Se em anos os valores não superavam só 1%, desde 2000 que os números são superiores a esse valor, chegando a registar importâncias superiores aos 9%.

Em conclusão, analisando a última década, verifica-se que as exportações com os três países europeus representados (Alemanha, França e Reino Unido) têm vindo a diminuir ao longo dos anos. Em contrapartida, com os EUA e a China, a situação inverte-se. Se verificarmos o valor registado pela Alemanha em 2018 (15,5%) e o valor registado pelos EUA no mesmo ano (13,2%), podemos afirmar que os EUA quase foram considerados o maior cliente da Suíça – lugar ocupado pela Alemanha nos últimos anos. É também sabido que apesar de todos os acordos que a Suíça mantém com a UE, os acordos comerciais regionais, nomeadamente, com o MERCOSUL, com a Malásia, o Vietnam, a Índia, Tailândia, Argélia e com a união aduaneira Rússia-Bielorrússia-Cazaquistão têm vindo a aumentar, o que possibilita à Suíça deter uma vasta diversificação de parceiros de negócio (Administration fédérale des douanes, 2018).

5.2.1.1. Exportação de bens

No que diz respeito aos produtos exportados pela Suíça, como é observável nos anexos 11⁴² e 12⁴³, os produtos químicos e farmacêuticos são aqueles que mais se destacam - com valores entre os 20% e os 38%. Ao nível da exportação destes bens, o valor mais baixo foi registado em 1990. Em compensação, o valor mais elevado foi assinalado em 2009, com 38,3%. Entre 2001 e 2011 os valores registados foram sempre superiores a 30%. É de notar que este setor demonstra uma tendência ascendente contínua. Na última década, os maiores clientes da

⁴² *Commerce extérieur selon les marchandises*, 2019. Disponível em: <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/industrie-services/commerce-exterieur/bilan-commercial-importations-exportations.assetdetail.8186012.html>. Consultado em abril de 2020. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1990.

⁴³ Mesma referência que a nota anterior, mas com valores convertidos em percentagem.

Suíça neste setor foram os EUA e a China (Administration fédérale des douanes, 2018).

De seguida encontram-se as máquinas, os aparelhos e componentes de eletrónica, que entre 1990 e 2008 registaram sempre valores superiores a 20%. De salientar que desde 2009 os valores destas mercadorias têm vindo a diminuir, registando o seu valor mínimo em 2013, com 10%. Segundo a informação avançada pela SECO⁴⁴, esta descida deveu-se à crise sentida em 2008 e à difícil recuperação devido ao valor do Franco, da qual o grupo de produtos não recuperou totalmente, como é possível perceber pelos últimos dados registados e devido à queda de facturamento dos dois principais segmentos – máquinas e artigos do setor elétrico e eletrónico.

Os metais, a relojoaria, as pedras preciosas e as ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão também ocupam destaque nas exportações suíças. No que concerne aos metais, os mesmos obtiveram sempre valores compreendidos entre os 3% e os 8% - registando o seu valor mínimo em 2013 com 3,6% e o seu valor máximo em 1995, com 8,7%. No que diz respeito à relojoaria e aos seus componentes registaram sempre valores superiores aos 6% - com o seu valor mínimo em 2016 com 6,5% e com o valor máximo de 2011 com 9,3%. De salientar que, apesar do período de crise atravessado em 2009, a relojoaria recuperou as suas exportações até 2014, no entanto, estas diminuíram nos anos seguintes. Segundo a SECO⁴⁵, esta situação deveu-se à diminuição dos pedidos provenientes dos mercados na Ásia e nos EUA, que são os principais clientes da Suíça nesta matéria.

As pedras preciosas e as ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão demonstram valores compreendidos entre os 3% e os 7%. Ainda assim, é de salientar a subida súbita da percentagem de exportação das pedras preciosas – entre 2012 e 2018 os valores foram oscilando entre os 22% e os 39%. Não obstante, no que concerne aos instrumentos e dispositivos de precisão, os

⁴⁴ *Évolution des exportations des trois branches principales depuis 2007, 2018*. Disponível em: <https://www.ezv.admin.ch/ezv/fr/home/documentation/publications/forum-d---le-magazine-de-la-douane-suisse/fuer-fachleute/exportentwicklung-top-3-sparten.html>. Consultado em maio de 2020.

⁴⁵ *Évolution des exportations des trois branches principales depuis 2007, 2018*. Disponível em: <https://www.ezv.admin.ch/ezv/fr/home/documentation/publications/forum-d---le-magazine-de-la-douane-suisse/fuer-fachleute/exportentwicklung-top-3-sparten.html>. Consultado em maio de 2020.

principais clientes da Suíça nesta matéria são a Alemanha, os Países Baixos, a França, os EUA e a China (Administration fédérale des douanes, 2018).

Ainda que com percentagens mais baixas, as obras de artes e antiguidades, a joalheria, os plásticos, os produtos de papel e artes gráficas, os produtos energéticos, os têxteis, vestuário e calçado e os veículos também têm peso nas exportações de bens da Suíça – no período apresentado, todos apresentaram valores compreendidos entre os 0% e os 6%.

Segundo os dados avançados pela Administration fédérale des douanes (2010) e consultando os anexos supracitados, os alimentos, as bebidas e o tabaco registaram uma subida em 2007 – tal acontecimento deveu-se às exportações de bebidas – principalmente do café. Devido aos custos elevados de várias matérias-primas e de produção, neste sector, a indústria alimentar suíça foca a sua exportação numa gama de produtos de alta qualidade, como o chocolate, o queijo e o café – produtos que tiveram mais saída em 2007 (o chocolate com 12,9%, o café registou 12,5% e o queijo 9,1%)⁴⁶.

Tendo em conta a crise sentida em 2008, os únicos bens que conseguiram crescer em 2009 foram a joalheria, os alimentos, as bebidas e o tabaco, as ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão, os produtos químicos e farmacêuticos e os veículos. Ainda assim, os que registaram um maior crescimento foram os produtos químicos e farmacêuticos, passando de 33,3% em 2008 para 38,3% em 2009.

5.2.1.2. Exportação de serviços

Nas tabelas dos anexos 13⁴⁷ e 14⁴⁸ é possível observar a exportação de serviços que a Suíça realizou entre 2012 e 2019. É exequível afirmar que o valor do total de serviços foi aumentando ao longo dos anos – à exceção do período entre 2014 e 2015 e 2018 e 2019. A Suíça registou o maior aumento do valor de

⁴⁶ Ver nota de rodapé anterior.

⁴⁷ *Balance suisse des paiements – Balance des transactions courantes Services selon le pays – Année*. Disponível em: <https://data.snb.ch/fr/topics/aube#!/cube/bopserva>. Consultado em abril de 2020. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 2012.

⁴⁸ Mesma referência que a nota anterior, mas com valores convertidos em percentagem.

exportação de serviços entre 2015 e 2016, com uma subida superior aos 7 milhões de francos.

Segundo os anexos supracitados, constata-se que os serviços mais exportados pela Suíça foram os transportes⁴⁹, o turismo, os serviços de seguros, financeiros, taxas de licença, telecomunicações, serviços de tecnologia e informação, pesquisa e desenvolvimento, serviços de consultoria de gestão, serviços técnicos direcionados ao mercado e às empresas e outros como serviços de produção industrial, manutenção e reparação, serviços de construção, serviços pessoais e serviços prestados por administrações públicas.

Ainda assim, os serviços que ocupam mais destaque na secção de exportação são os serviços financeiros, as taxas de licença e o turismo, respetivamente. Apesar da diminuição dos seus valores, os serviços financeiros representam uma boa parte da exportação suíça de serviços – no período apresentado, os seus valores oscilaram entre os 17% e os 20%. No que diz respeito às taxas de licenças, as mesmas parecem também oscilar ao longo dos anos atingindo o seu maior valor em 2018, ultrapassando os 20%. Já o turismo mantém sempre os valores, entre os 13% e os 14% - no período apresentado (2012-2019), o menor valor registado foi em 2018, com 13,4% e os maiores valores assinalados em 2012, 2013 e 2014, com 14,7%.

Relativamente aos transportes⁵⁰, a percentagem dos mesmos manteve-se nos primeiros três anos (2012, 2013 e 2014), todavia, diminuiu nos anos seguintes. Já o serviço de seguros apresentou praticamente a mesma percentagem no período apresentado. O mesmo sucedeu com os serviços de consultoria de gestão. No que concerne às telecomunicações, tecnologias e serviços de informação, pesquisa e desenvolvimento e aos serviços técnicos direcionados ao mercado e às empresas, a situação não é semelhante. Os valores destes serviços foram variando ao longo dos anos.

Em 2018, os cinco principais países para os quais a Suíça realizou as suas exportações de serviços foram os EUA, a Alemanha, o Reino Unido, a França e a Itália (SECO, 2019).

⁴⁹ Segundo informação fornecida pelo Banco Nacional Suíço.

⁵⁰ Ver nota anterior.

5.2.2. Importações

Relativamente às importações e às suas origens, como se observa na figura 2, em 2017 os principais fornecedores da Suíça foram a Alemanha, os EUA, a França, a Itália e o Reino Unido. Assim, torna-se relevante analisar a evolução dos números para com estes países. A partir de 2012, as importações suíças ultrapassaram a barra dos 200 milhões de francos.

De acordo com os anexos 15⁵¹ e 16⁵², a Alemanha ocupa, mais uma vez, lugar de destaque nesta secção. Para além de ser o maior cliente da Suíça, é também o seu maior fornecedor. Ainda assim, a percentagem correspondente à importação de produtos provenientes da Alemanha tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Em 1990 o valor atingiu os 33,7% e em 2019 o valor registado foi o mesmo. Os valores foram oscilando ao longo dos anos, variando sempre entre os 18% e os 33%. Entre 2012 e 2018 os valores diminuíram significativamente relativamente aos registados anteriormente.

Com a Itália, os valores têm tendência a diminuir e a oscilar entre os 7% e os 11% ao longo dos anos. O seu valor máximo foi registado em 2004 e em 2008 (11%) e o valor mínimo em 2016 (7,3%). A mesma situação pode aplicar-se à França: entre 1990 e 2019 os valores foram sempre compreendidos entre os 6% e os 12%, assinalando uma descida nos valores a partir do ano de 2006. No caso dos EUA, o valor máximo registado foi de 9,1% em 2016; ainda assim, assistiu-se a uma subida dos valores no último ano (2019). Os valores mínimos foram de 5% em 2004 e 2011. No que diz respeito ao Reino Unido, os valores variaram entre os 3% e os 12%. Os valores oscilaram profundamente a partir de 2013. Tendo em conta os valores registados anteriormente, nesse ano a percentagem aumentou bastante - até aos 21,7%. Não obstante, a partir desse mesmo ano, a percentagem voltou a diminuir.

Mais uma vez, é possível afirmar que as importações dos países europeus têm vindo a diminuir ao longo dos anos.

⁵¹ *Importations par partenaires commerciaux (pays)*, 2019. Disponível em: <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/industrie-services/commerce-exterieur/bilan-commercial-importations-exportations.assetdetail.8186005.html>. Consultado em abril de 2020. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1990.

⁵² Mesma referência que a nota anterior, mas com valores convertidos em percentagem.

5.2.2.1. Importação de bens

Nos anexos 17⁵³ e 18⁵⁴ constam os tipos de produtos mais importados pela Suíça. Aquele produto que tem mais notoriedade dentro desta secção são as máquinas, os aparelhos e eletrónica. Ainda assim, é possível constatar que os valores oscilam ao longo dos anos. Entre 1990 e 2011 os valores variavam entre os 16% e os 23%. Porém, entre 2012 e 2018 os valores diminuíram drasticamente. Atingindo os 10% - valor distante daquele registado, por exemplo, nos anos de 1999, 2000 e 2001 (22,5%). No entanto, o mesmo se verificou no setor das exportações.

Os veículos também ganham relevância neste campo. Os seus montantes alternaram sempre entre os 5% e os 12%. Ainda que mínima, a maior descida dos valores foi registada entre 2011 (9,1%) e 2012 (6,2%).

Um outro bem que demonstra ser bastante importado pela Suíça são os produtos químicos e farmacêuticos. De notar que estes produtos foram aumentando a sua taxa de importação ao longo dos anos. Em 1990 apresentou a percentagem de 11%. No entanto, em 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2011 os valores ultrapassaram os 20%. No entanto, o mesmo setor tem também muito peso nas exportações suíças – focando a sua exportação nos produtos farmacêuticos, medicamentos e ingredientes ativos⁵⁵.

Ainda assim, a diferença mais evidente foi registada nos metais preciosos e pedras preciosas. Entre 1990 e 2011 os valores rondavam os 4% e os 6%. Já em 2012 o caso alterou-se – os valores alternaram entre os 20% e os 40%. Em 2013 a percentagem foi de 39,8%.

Com valores semelhantes encontram-se os alimentos, bebidas e tabaco, metais, os produtos energéticos e os têxteis, o vestuário e o calçado: os bens referidos revelam valores idênticos, variando entre os 3% e os 6%. No período demonstrado, os alimentos, as bebidas e o tabaco atingiram o seu valor mínimo em

⁵³ *Commerce extérieur selon les marchandises*, 2019. Disponível em: <https://www.bfs.admin.ch/bfs/fr/home/statistiques/industrie-services/commerce-exterieur/bilan-commercial-importations-exportations.assetdetail.8186012.html>. Consultado em abril de 2020. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 1990.

⁵⁴ Mesma referência que a nota anterior, mas com valores convertidos em percentagem.

⁵⁵ *Évolution des exportations des trois branches principales depuis 2007*. 2018. Disponível em: <https://www.ezv.admin.ch/ezv/fr/home/documentation/publications/forum-d---le-magazine-de-la-douane-suisse/fuer-fachleute/exportentwicklung-top-3-sparten.html>. Consultado em maio de 2020.

2013, com 3,4% e o seu valor máximo em 1994, com 6,4%; os metais 4,7% em 2013 e 9,6% em 2007, respetivamente; a percentagem de importação dos produtos energéticos foi variando ao longo do período assinalado e os seus maiores valores foram registados entre 2002 e 2012; já os têxteis, vestuário e calçado têm sofrido uma diminuição nos valores nos últimos dez anos (2010-2019) – de notar que no início do período apresentado, os valores rondavam os 9,5%.

Também com valores idênticos encontram-se os seguintes grupos de bens: as obras de arte e antiguidades, a joalheria, a relojoaria, os plásticos, as ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão e os produtos de papel e artes gráficas – todos estes produtos apresentam valores compreendidos entre os 0,5% e os 5%.

Ainda que com alguns valores em declínio, na última década, os cinco principais produtos importados pela Suíça foram os produtos químicos e farmacêuticos, as máquinas e eletrónica, veículos, joalheria e os metais (Administration fédérale des douanes, 2018).

5.2.2.2. Importação de serviços

Nas tabelas presentes nos anexos 19⁵⁶ e 20⁵⁷ são apresentados os dados relativos à importação de serviços da Suíça. Conclui-se que entre 2012 e 2019, os valores foram variando entre os 80 mil milhões e 120 mil milhões de francos – valores mais baixos do que os valores registados na secção da exportação. Esta condição permitiu a Suíça obter uma balança comercial de serviços positiva entre 2012 e 2018. Em 2019 o valor total das exportações e das importações de serviços foi idêntica.

De entre os serviços apresentados, aquele que apresenta um maior peso nas importações suíças é o turismo. Ainda assim, pode verificar-se que ao longo dos oitos anos a percentagem foi diminuindo. Se em 2012 o valor atingiu os 17,6%, em 2019 o valor registado, ainda que alto, foi de 14,9%.

⁵⁶ *Balance suisse des paiements – Balance des transactions courantes Services selon le pays – Année*. Disponível em: <https://data.snb.ch/fr/topics/aube#!/cube/bopserva>. Consultado em abril de 2020. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o quadro inicia-se no ano de 2012.

⁵⁷ Mesma referência que a nota anterior, mas com valores convertidos em percentagem.

Os transportes⁵⁸, os serviços de consultoria de gestão, as taxas de licença e as telecomunicações e serviços de informação também ocupam lugar de destaque. Entre 2012 e 2019, os transportes⁵⁹ atingiram o seu valor máximo em 2012 com 13,6% e o seu valor mínimo em 2015 com 9,2%; no que diz respeito às taxas de licença, as mesmas registaram a sua maior queda entre 2018 (12,9%) e 2019 (9,8%); as telecomunicações e os serviços de informação registaram valores entre os 12% e os 16%; já os serviços de consultoria de gestão registaram esses valores em 2013 com 15,9% e em 2019 com 12,2% respetivamente.

Os serviços de pesquisa e desenvolvimento obtiveram o seu valor mínimo em 2013 com 8,3% e o seu valor máximo em 2016 e 2017 com 16,2%. Os serviços técnicos direcionados ao mercado e às empresas mantiveram valores estáveis entre os 6% e os 9%

Com os valores mais baixos encontram-se os serviços de seguros e os serviços financeiros. É de notar que os serviços de seguros mantêm sempre os mesmos valores – sempre superiores a 1,5%, mas não ultrapassando os 2%. Já os serviços financeiros variam mais os seus valores, entre os 2% e os 4%.

Também em 2018, os principais países aos quais a Suíça adquiriu serviços foram os EUA, a Alemanha, o Reino Unido, a França e a Itália (SECO, 2019).

⁵⁸ Segundo informação fornecida pelo Banco Nacional Suíço.

⁵⁹ Ver nota anterior.

Capítulo 6 – Relações comerciais entre Portugal e a Suíça

6.1. Acordo bilateral

Como já foi referido anteriormente, por não fazer parte da UE, a Suíça mantém acordos via bilateral com os seus maiores parceiros comerciais – países que fazem parte da UE.

Com Portugal, a situação não se altera. O acordo bilateral celebrado entre Portugal e a Suíça é designado por “Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital”, incluindo o respetivo Protocolo adicional (AICEP, 2017b), assinada em Berna em setembro de 1974. Esta Convenção aplica-se à população residente em cada um dos países envolvidos.

Relativamente a Portugal, os impostos a que esta convenção se aplica são a contribuição predial, o imposto sobre a indústria agrícola, a contribuição industrial, o imposto de capitais, o imposto profissional, o imposto complementar, o imposto de mais-valias e o imposto sobre o rendimento do petróleo. Relativamente à Suíça, os impostos abrangidos por esta convenção destinam-se aos impostos federais, cantonais e comunais sobre o rendimento total, produto de trabalho, rendimento do capital, lucros industriais e comerciais, mais-valias e outros rendimentos, sobre o capital como a sua totalidade, o capital mobiliário e imobiliário, capital industrial e comercial, capital e reservas e outros elementos de capital.⁶⁰

A cada ano, as modificações realizadas têm de ser comunicadas entre cada país.

⁶⁰ Informação retirada do texto legal do DR. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1974/12/28900/15501568.pdf>.

6.2. Balanças comerciais

Neste capítulo segue-se a análise das trocas comerciais entre Portugal e a Suíça.

Torna-se relevante perceber a balança comercial entre os dois países. No gráfico 5⁶¹ encontram-se os resultados da mesma tendo em conta o total das exportações e importações, isto é, tanto de bens, como de serviços.

Verificando a balança comercial Portugal-Suíça, podemos afirmar que se assistiu a uma evolução da mesma ao longo dos anos. Apesar de apresentar valores negativos entre 2001 e 2004, a tendência foi ascendente. A partir desse ano e até 2008 assistiu-se a um abrandamento da linha – apesar de ainda se

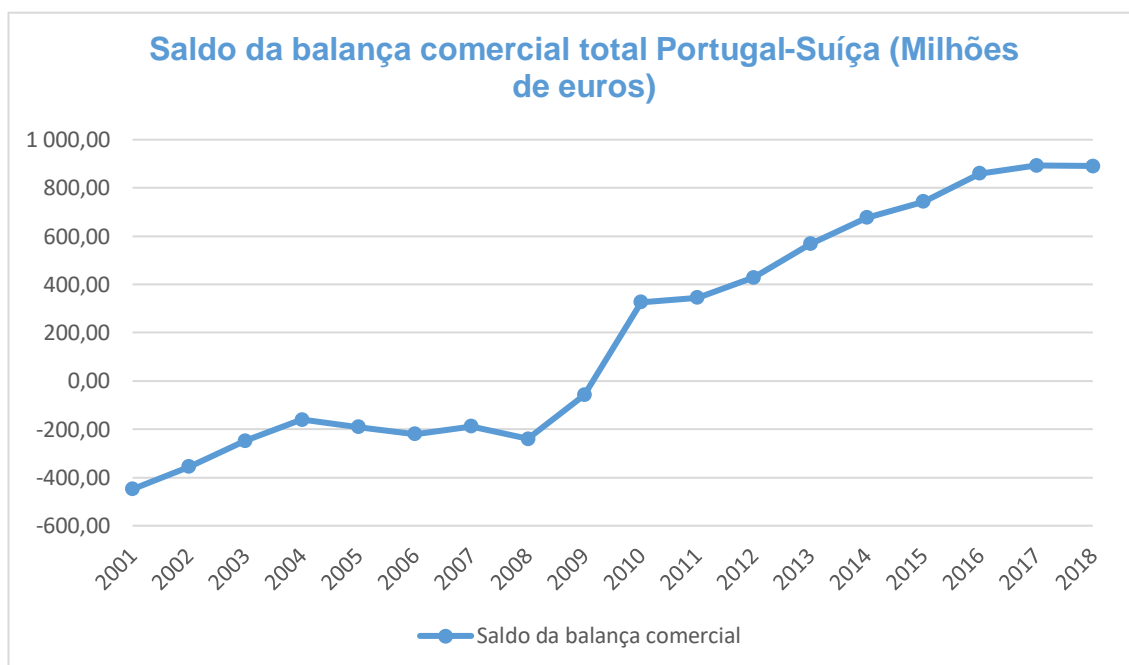


Gráfico 5: Saldo da balança comercial total Portugal-Suíça
FONTE: International Trade Centre

registarem valores negativos, os valores pareceram estagnar não se verificando grandes oscilações entre os mesmos. Foi a partir de 2008 que foi notória a maior evolução da balança comercial entre os dois países. Ainda assim, a oscilação mais evidente foi registada entre 2009 e 2010 – passando de um saldo negativo de -58,7 milhões de euros em 2009, para um saldo positivo de 326,5 milhões de euros em 2010. Até 2017 o valor teve sempre tendência a aumentar. Entre 2017 e 2018 assistiu-se a uma ligeira diminuição de cerca de 2,7 milhões de euros na balança

⁶¹ Dados do gráfico retirados do site oficial da International Trade Center. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <http://www.intracen.org/>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o gráfico inicia-se no ano de 2001.

comercial. Já em 2019, o saldo da balança comercial total entre Portugal e a Suíça atingiu o valor positivo de 1147,7 milhões de euros (AICEP, 2020b).

Em suma, a balança comercial entre os dois países apenas começou a registar valores positivos nos últimos anos – a partir de 2010.

6.2. Trocas comerciais

6.2.1. Exportação e importação de bens

De modo a tentar perceber o peso das trocas comerciais entre os dois países e que produtos são exportados e importados entre os mesmos, apresentam-se abaixo vários conjuntos de tabelas.

Quanto ao comércio de bens, como cliente de Portugal, entre 2015 e 2019, a Suíça não variou muito a sua posição – em 2015 ocupou a 15ª posição, em 2016 e 2017 alcançou o lugar 14, em 2018 a posição 15 e em 2019 a posição 13. Como fornecedor de Portugal, a Suíça ocupou posições mais díspares – em 2015 e 2019 ocupou a 30ª posição, em 2016 a 29ª, em 2017 a 34ª e em 2018 a 33ª. (AICEP, 2020b)

Nas tabelas 3⁶² e 4⁶³ estão presentes o total das exportações e importações de bens Portugal-Suíça e Suíça-Portugal.

Segundo a tabela 3 é possível observar que entre 2001 e 2010 Portugal realizou mais importações do que exportações e, por isso, apresentou um défice na balança comercial de bens para com a Suíça. Tendo em conta o período apresentado, as exportações para a Suíça foram aumentando ao longo dos anos e entre 2003 e 2009 os valores foram oscilando – aumentando e diminuindo no ano seguinte. A partir de 2011 os valores das exportações foram sendo superiores aos valores das importações e, por isso, a balança comercial de bens com a Suíça foi

⁶² *Commerce bilatéral entre le Portugal et la Suisse. Produit: Tous produits confondus.* Consultado em maio de 2020. Disponível em: <http://www.intracen.org/layouts/CountryTemplate.aspx?pageid=47244645034&id=47244654430>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o gráfico inicia-se no ano de 2001.

⁶³ *Exportações de bens: total, UE27 e extra-UE27 (Euro) e Importações de bens: total, UE27 e extra-UE27 (Euro).* Consultados em maio de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Subtema/Europa/Com%c3%a9rcio+Internacional-352>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o gráfico inicia-se no ano de 1996.

favorável a Portugal. O maior défice na balança de bens foi registado em 2001, com um saldo negativo de -132,7; já o maior excedente foi registado no último ano, em 2019, com o saldo positivo de 336,3 milhões de euros.

Tabela 3: Total de exportações e importações de bens Portugal-Suíça, em milhões de euros
 FONTE: International Trade Centre

Anos	Exportações	Importações	Saldo
2001	274,7	407,4	-132,7
2002	294,6	365,8	-71,2
2003	295,9	355,1	-59,2
2004	274,3	305,8	-31,5
2005	250,7	325,3	-74,6
2006	271,3	360,2	-88,9
2007	261,4	392,4	-131
2008	294,4	382,7	-88,3
2009	287,2	325,7	-38,5
2010	328,3	361,8	-33,5
2011	372,6	366,2	6,4
2012	401,2	334,5	66,7
2013	419,1	280,5	138,6
2014	429,4	265,8	163,6
2015	458,7	264,1	194,6
2016	534,6	269,7	264,9
2017	578,4	269,6	308,8
2018	576,5	300,0	276,5
2019	622,7	286,4	336,3

Por sua vez, na tabela 4 apresentada abaixo, são expostos os valores dos bens exportados e importados da Suíça para Portugal.

Tabela 4: Total de exportações e importações de bens Suíça-Portugal, em milhões de euros
 FONTE: PORDATA

Anos	Exportações	Importações	Saldo
1996	18 414	26 659	-8 245
1997	20 406	30 476	-10 070
1998	21 888	34 506	-12 618
1999	23 003	37 791	-14 788
2000	26 291	43 465	-17 174
2001	26 922	44 327	-17 405
2002	27 849	43 352	-15 503
2003	29 271	42 680	-13 409
2004	30 549	46 994	-16 445
2005	31 074	49 148	-18 074
2006	35 830	54 534	-18 704
2007	38 010	58 052	-20 042
2008	38 557	62 555	-23 998
2009	31 426	49 596	-18 170
2010	36 922	56 407	-19 485

2011	42 304	56 801	-14 497
2012	44 324	53 670	-9 346
2013	46 503	54 632	-8 129
2014	47 296	56 965	-9 669
2015	48 926	58 672	-9 746
2016	49 122	59 135	-10 013
2017	53 326	66 634	-13 308
2018	56 242	72 090	-15 848
2019	58 207	74 873	-16 666

A balança comercial apresentada nunca foi favorável à Suíça, uma vez que, no período apresentado, a Suíça sempre importou mais do que exportou e, por isso, apresentou um défice ao longo dos anos. O défice mais alto foi registado em 2008, com o valor negativo de -23998 milhões de euros; em contrapartida, o défice mais baixo foi registado em 2013 com -8129 milhões de euros. Ainda assim, é importante salientar que tanto as exportações como as importações de bens da Suíça para com Portugal têm vindo a aumentar ao longo dos anos.

As tabelas 5, 6, 7 e 8 (AICEP, 2020b) ajudam a perceber que grupos de produtos e que produtos são exportados e importados entre os dois países em estudo.

Tendo em conta os resultados apresentados nas tabelas 5 e 6, o grupo de produtos mais exportado de Portugal para a Suíça são os veículos e outros materiais de transportes, mais concretamente os automóveis de passageiros e

Tabela 5: Exportações de Portugal para a Suíça por grupos de produtos, em percentagem
FONTE: AICEP

Produtos	Anos					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Veículos e outro material de transporte	27	18	24	26	23	21
Máquinas e aparelhos	10	8	10	9,4	9,8	12
Produtos alimentares	8,6	7,7	9,9	9,2	9,6	9,5
Plásticos e borrachas	5,6	3,3	4,4	5	5,3	5,4
Metais comuns	3,3	2,5	3,9	4,1	3,9	4,3
Instrumentos de ótica e precisão	5,6	5,1	4,9	5,3	3,9	5
Produtos químicos	5	3,8	4,1	4	4,5	5,2
Matérias têxteis	14	11	14	13	12	13
Madeira, cortiça, papel e afins	5,1	2,8	3,2	3	3,1	2,5
Pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas, minerais e minérios	0,89	23	0,7	2,4	1,8	0,49

Calçado	3,9	4,8	6,5	4,8	7,7	7,9
Peles e couros	0,53	0,54	0,66	0,53	0,57	0,66
Produtos minerais	0,55	0,13	0,27	0,36	0,45	0,44
Outros	9,93	9,33	13,47	12,91	14,38	12,61

outros veículos. Apesar de este grupo ser o mais exportado para a Suíça, ao longo dos seis anos apresentados nas tabelas, a percentagem tem vindo a diminuir. Tendo em conta a percentagem dos principais grupos de produtos (tabela 5), a maior diminuição foi registada entre 2012 e 2013 passando de 27% para 18%. Consequentemente, os automóveis de passageiros e outros veículos também sofreram uma queda na sua exportação. Posteriormente encontram-se as matérias têxteis que apresentaram sempre valores compreendidos entre os 11% e os 14%. Dentro deste grupo, os produtos mais exportados para a Suíça foram as roupas de cama, de mesa ou cozinha. Em seguida encontram-se as máquinas e aparelhos, mostrando sempre valores compreendidos entre os mesmos valores. Apesar de ter sofrido uma queda de 2% entre 2012 e 2013, note-se que a percentagem de exportação deste setor tem tendência a aumentar ao longo dos anos. De entre os produtos mais exportados deste setor encontram-se partes dos veículos e aparelhos que têm sofrido algumas oscilações nos valores ao longo dos anos, registando o seu valor máximo em 2016 com 4%.

Tabela 6: Principais produtos exportados para a Suíça, em percentagem
 FONTE: AICEP

Produtos	Anos					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Automóveis de passageiros e outros veículos	23	14	20	21	17	16
Vinhos de uvas frescas	3,7	3,2	4,2	4	4,2	3,9
Partes dos veículos e aparelhos	2,6	1,7	2,5	3,1	4	3,4
Pneumáticos novos, de borracha	3,6	2,2	2,8	3,2	3,1	2,9
Móveis e suas partes	2,1	2	2,7	2,7	2,7	2,5
Roupas de cama, mesa ou cozinha	2,5	2,2	2,8	2,6	2,3	2,2
Papel e cartão	3,2	1,8	2,2	2	2,2	1,8

Calçado	3,5	4,5	6	4,3	7,2	7,2
Medicamentos, em doses ou acondicionados para venda a retalho	3,2	2,3	2	2,2	2,6	2,6
Outros	52,6	66,1	54,8	54,9	54,7	57,5

Logo após, encontram-se os produtos alimentares que apesar de terem sofrido uma diminuição entre 2012 e 2013 e entre 2014 e 2015, possuem uma tendência ascendente nos últimos três anos. É possível verificar (tabela 6) que, dentro deste setor, os vinhos de uvas frescas são os produtos mais comprados pela Suíça a Portugal. Os plásticos e as borrachas também possuíram uma tendência ascendente nos últimos três anos apresentados, focando-se mais na exportação de pneus. Os instrumentos de ótica e precisão também ocupam lugar de destaque no grupo de produtos mais exportados para a Suíça, registando a sua maior evolução entre 2016 (3,9%) e 2017 (5%). Apesar de os produtos químicos terem sofrido uma queda nos valores entre 2012 e 2013, os mesmos têm aumentado ao longo do período em estudo. O produto que mais se destaca nesta secção são os medicamentos que mantiveram sempre valores constantes. O mesmo se pode verificar com os metais comuns, que têm sofrido ligeiros aumentos nos valores entre 2012 e 2017. O calçado também regista uma grande evolução ao longo deste período – em 2012 representou cerca de 3,9% das exportações de Portugal para a Suíça e em 2017 representou 7,9%. A madeira, a cortiça, o papel e afins têm sofrido uma diminuição nos valores. Ainda assim, dentro deste setor, o que se exporta mais para a Suíça são os móveis, o papel e o cartão. Os grupos de produtos que apresentam percentagens mais baixas são as pérolas, as pedras preciosas ou semipreciosas, minerais e minérios, as peles e os couros e os produtos minerais.

Considerando as informações presentes nas tabelas 7 e 8, os produtos mais exportados da Suíça para Portugal, ou seja, importações de Portugal provenientes da Suíça, são os químicos. Entre 2012 e 2017, os químicos registaram percentagens entre os 43% e os 58%, isto é, em alguns anos, Portugal representou mais de metade da exportação da Suíça neste setor. De entre o grupo de produtos mais exportados neste âmbito, os medicamentos, em doses ou acondicionados para venda a retalho ganham destaque representando cerca de 25% a 40%. Ainda dentro do setor da saúde, o sangue humano, vacinas e afins também são bastante

importados por Portugal. As máquinas e os aparelhos também ganham destaque neste ponto. A percentagem de exportação do mesmo para Portugal tem aumentado ao longo dos anos e dentro deste setor, os produtos que mais são exportados pela Suíça para o nosso país são os aquecedores e as máquinas de lavar, limpar, encher, etc. Os instrumentos de ótica e precisão também constituem produtos importantes nesta importação de Portugal – ainda assim, ao contrário do que se verificou com as máquinas e os aparelhos, os valores destes produtos têm vindo a diminuir ao longo dos anos. Em 2012, os produtos alimentares suíços foram importados por Portugal (6,5%), no entanto, ao longo dos restantes anos, essa percentagem foi diminuindo. No entanto, como já foi referido anteriormente, os produtos alimentares são bastante importados pela Suíça, ou seja, a Suíça é um grande cliente de Portugal no que concerne aos produtos alimentares. Entre 2012 e 2017, os metais comuns, os plásticos e borrachas obtiveram praticamente os

Tabela 7: Importações de Portugal provenientes da Suíça por grupos de produtos, em percentagem
 FONTE: AICEP

Produtos	Anos					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Químicos	43	44	53	57	58	53
Máquinas e aparelhos	13	13	16	17	18	23
Instrumentos de ótica e precisão	17	22	10	9,4	7,7	8,3
Veículos e outro material de transporte	0,62	1,2	6,3	2	2,2	3,1
Metais comuns	2,2	2,1	2,7	2,4	2,5	2,8
Plásticos e borracha	2,4	2,4	1,8	1,4	2	2,5
Alimentares	6,5	6,1	1,1	1,7	1,7	2,7
Madeira, cortiça, papel e afins	1,2	1,3	1,8	2,4	1,7	1,1
Matérias têxteis	1,4	1,5	1,6	1,8	2	1,3
Pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas, minerais e minérios	0,92	2,6	1,5	1,2	0,37	0,33
Calçado	0,16	0,13	0,061	0,16	0,098	0,19
Peles e couros	0,12	0,093	0,2	0,53	0,57	0,13
Produtos minerais	0,18	0,18	0,24	0,2	0,092	0,17
Outros	11,3	3,4	3,7	2,81	3,07	1,38

mesmos valores. O mesmo se pode verificar com a madeira, com a cortiça, o papel e as matérias têxteis. Os veículos e outro material de transporte não são muito comprados por Portugal à Suíça, mas sim, como foi supracitado, bastante comprados pela Suíça a Portugal. Apesar de Portugal importar pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas, minerais e minérios, calçado, peles e couros e produtos minerais da Suíça, os mesmos apresentam percentagens relativamente baixas. Estes produtos são mais exportados para a Suíça por Portugal. De salientar também a exportação suíça de relógios de pulso, de bolso e relógios semelhantes e de motores e geradores elétricos.

Tabela 8: Principais produtos importados provenientes da Suíça, em percentagem
 FONTE: AICEP

Produtos	Anos					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Medicamentos, em doses ou acondicionados para venda a retalho	25	26	39	38	40	35
Sangue humano; anti-soro; vacinas e afins	4,4	4,7	8,7	8,9	7	7,5
Aquecedores	1,3	1,1	0,26	0,61	2,4	3
Relógios de pulso, de bolso e relógios semelhantes	6,2	7,7	3,2	3,6	3	3,4
Motores e geradores elétricos	0,68	0,91	2	1,9	1,8	2,2
Máquinas de lavar louça; máquinas p/ limpar, encher, capsular etc, garrafas	0,9	0,14	0,59	1,6	0,22	1
Outros	61,52	59,45	46,25	45,39	45,58	47,8

6.2.2. Exportação e importação de serviços

Nas tabelas 9⁶⁴ e 10⁶⁵ está presente o total das exportações e importações de serviços Portugal-Suíça e Suíça-Portugal.

Segundo a tabela 9, é possível observar que a situação dos serviços se assemelha à situação dos bens (ver tabela 3) – entre 2001 e 2009 Portugal importou mais serviços da Suíça do que exportou, o que resultou numa balança comercial de serviços negativa ao longo de 9 anos. A partir de 2010 a exportação de serviços para com a Suíça foi aumentando o que fez com que a balança fosse favorável a Portugal. Ao longo do período apresentado, o maior défice foi registado em 2001, com o saldo negativo de -315,9 milhões de euros e o maior excedente em 2018, com 614,1 milhões de euros.

Tabela 9: Total de exportações e importações de serviços Portugal-Suíça, em milhões de euros
FONTE: International Trade Centre

Anos	Exportações	Importações	Saldo
2001	359,2	675,1	-315,9
2002	397,1	682,0	-284,9
2003	449,8	639,3	-189,5
2004	470,0	598,4	-128,4
2005	497,6	614,1	-116,5
2006	609,2	740,3	-131,1
2007	731,5	789,3	-57,8
2008	708,3	859,6	-151,3
2009	782,9	803,1	-20,2
2010	751,0	391,0	360
2011	704,6	366,2	338,4
2012	711,3	348,7	362,6
2013	779,7	349,9	429,8
2014	900,2	286,3	513,9
2015	936,2	387,7	548,5
2016	995,5	400,8	594,7
2017	1113,2	528,7	584,5
2018	1047,1	433,0	614,1

⁶⁴ *Liste des marchés fournisseurs pour un service importé par le Portugal. Service: Tous services confondus.* Consultado em maio de 2020. Disponível em: <http://www.intracen.org/layouts/CountryTemplate.aspx?pageid=47244645034&id=47244654430>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o gráfico inicia-se no ano de 2001.

⁶⁵ *Exportações de serviços: total, UE27 e extra-UE27 (Euro) e Importações de serviços: total, UE27 e extra-UE27 (Euro).* Consultados em maio de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Subtema/Europa/Com%c3%a9rcio+Internacional-352>. Na impossibilidade de demonstrar os dados desde o ano de adesão de Portugal à CEE, o gráfico inicia-se no ano de 1996.

Tabela 10: Total de exportações e importações de serviços Suíça-Portugal, em milhões de euros
 FONTE: PORDATA

Anos	Exportações	Importações	Saldo
1996	6 651	5 091	1 560
1997	7 353	5 478	1 875
1998	8 578	6 123	2 455
1999	8 749	6 206	2 543
2000	10 151	6 964	3 187
2001	10 583	6 823	3 760
2002	10 886	6 887	3 999
2003	10 866	6 731	4 135
2004	11 859	7 187	4 672
2005	12 182	7 634	4 548
2006	14 755	8 993	5 762
2007	17 215	9 985	7 230
2008	17 971	10 537	7 434
2009	16 516	10 213	6 303
2010	17 464	11 147	6 317
2011	19 316	11 346	7 970
2012	19 930	10 582	9 348
2013	21 996	10 904	11 092
2014	23 054	12 014	11 040
2015	24 913	12 647	12 266
2016	26 563	13 377	13 186
2017	30 893	14 663	16 230
2018	33 307	15 969	17 338
2019	35 270	17 786	17 484

Segundo a tabela 10, que expõe o total das exportações e importações de serviços Suíça-Portugal, é possível observar que, ao contrário do que se verificou com a exportação e importação de bens (ver tabela 4), a Suíça exportou sempre mais do que importou e, por isso, obteve um saldo positivo entre 1996 e 2019. Ainda assim, apesar de o valor das exportações aumentarem ao longo dos anos, o mesmo se verifica com as importações. Ambas as transações atingiram o seu valor máximo em 2019.

As tabelas 11 e 12 (AICEP, 2020b) demonstram que tipo de serviços o nosso país exporta para a Suíça (ou seja, que a Suíça importa de Portugal) e que serviços mais importa provenientes da Suíça (ou seja, exportações da Suíça para Portugal).

É notório que o serviço mais exportado de Portugal para a Suíça são as viagens e o turismo. Entre 2015 e 2018 o setor registou uma subida de cerca de 8%. Entre 2018 e 2019 este serviço registou uma ligeira diminuição no seu valor. Em seguida encontram-se os transportes⁶⁶ e os serviços fornecidos por empresas. No entanto, enquanto os transportes aumentaram entre 2012 e 2019, os serviços

⁶⁶ Segundo a AICEP.

Tabela 11: Exportações de Portugal para a Suíça por tipo de serviços, em percentagem
 FONTE: AICEP

Serviços	Anos		
	2015	2018	2019
Viagens e turismo	38,8	46,3	44,9
Transportes	24,9	20,7	21,7
Serviços fornecidos por empresas	26,5	20,8	20,8
Telecomunicação, informática e informação	3,2	4,4	5,9
Manutenção e reparação	0,2	2,2	1,7
Financeiros	1,6	1,5	1,7
Pessoais, culturais e recreativos	1,3	1,0	1,3
Seguros e pensões	1,7	1,0	0,8
Construção	0,6	0,8	0,6
Transferência recursos mat. de terceiros	0,5	0,4	0,3
Bens e serviços administração pública	0,1	0,2	0,2
Direitos utilização prop. intelectual	0,7	0,7	0,0

fornecidos por empresas como serviços de investigação e desenvolvimento, serviços de consultoria em gestão e outras áreas técnicas, mantiveram a percentagem em 2018 e 2019. Os serviços de telecomunicação, informática e informação possuem uma tendência ascendente – em 2015 registaram o valor de 3,2% e entre 2018 e 2019 aumentou cerca de 1,5%. Também os serviços de manutenção e reparação, financeiros e os serviços pessoais, culturais e recreativos detêm uma tendência ascendente. Pelo contrário, os serviços de seguros e pensões, construção, transferência recursos material de terceiros, bens e serviços de administração pública e serviços de direitos de utilização propriedade intelectual diminuíram a sua percentagem.

Por outro lado, os serviços que são mais importados por Portugal à Suíça são os serviços fornecidos por empresas. Entre 2015 e 2018 a percentagem destes serviços aumentou consideravelmente. Ainda assim, entre 2018 e 2019 o mesmo registou uma diminuição no valor. Em seguida encontram-se as viagens e o turismo e os transportes⁶⁷, que têm vindo a diminuir ao longo dos anos. O mesmo se verifica com os serviços de direitos de utilização propriedade intelectual, seguros

⁶⁷ Segundo a AICEP.

Tabela 12: Importações de Portugal provenientes da Suíça por tipo de serviço, em percentagem
 FONTE: AICEP

Serviços	Anos		
	2015	2018	2019
Serviços fornecidos por empresas	21,2	36,6	32,6
Telecomunicação, informática e informação	6,5	6,5	16,6
Viagens e turismo	18,0	15,6	14,8
Transportes	16,0	14,0	11,6
Direitos utilização prop. intelectual	10,6	11,5	10,2
Seguros e pensões	9,6	5,8	5,0
Pessoais, culturais e recreativos	9,0	4,2	3,9
Financeiros	3,4	3,3	3,2
Manutenção e reparação	3,6	2,4	2,0
Transferência recursos mat. de terceiros	0,2	0,1	0,1
Construção	0,1	0,0	0,1
Bens e serviços administração pública	1,8	0,1	0,0

e pensões, serviços pessoais, culturais e recreativos e de manutenção e reparação. Em contrapartida, os serviços de telecomunicação, informática e informação registaram a mesma percentagem em 2015 e 2018 e alistaram uma subida de cerca de 10% entre 2018 e 2019. Já os serviços financeiros, de transferência de recursos material de terceiros, de construção e serviços de bens e serviços de administração pública assinalam valores constantes.

Considerações finais

Portugal e a Suíça são países bastante diferentes – a nível económico, político e social. É notório que a Suíça possui um crescimento económico superior ao de Portugal.

Estudar o contexto da organização em que estamos – a União Europeia – tornou-se relevante para se perceber o caminho que Portugal tomou dentro da mesma. Contextualizar os aspetos estudados nos dois países revelou-se, por seu lado também, relevante para perceber que os dois países possuem estruturas de decisão, económicas e sociais diferentes e que isso pode refletir-se nos resultados obtidos.

Através dos dados que foram apresentados, é possível verificar que Portugal atravessou por uma crise durante alguns anos e, em certos aspetos, parece estar ainda a recuperar. A Suíça, apesar de não ter vivido uma crise direta, vivenciou a crise vivida a nível mundial e, mais concretamente, na Zona Euro – pois os seus principais parceiros comerciais fazem parte da União Europeia e possuem o Euro como a sua moeda.

Apesar de a Suíça não pertencer aos principais parceiros comerciais de Portugal e de Portugal não ter esse mesmo estatuto para com a Suíça; apesar de não possuírem a mesma moeda e de não integrarem o mesmo organismo internacional – a UE -, constatamos que os dois países desenvolvem relações de proximidade, nomeadamente no que diz respeito ao turismo e aos fluxos migratórios. Todavia, mesmo a nível comercial, a Suíça consigna bastante algumas das suas importações a Portugal, particularmente no setor dos veículos automóveis. O mesmo se verifica com Portugal, no campo dos químicos.

Apesar das dificuldades sentidas e encontradas ao longo da realização desta dissertação, estou ciente de que este trabalho poderá dar azo ao desenvolvimento de trabalhos futuros. Aqui deixo algumas vias de prossecução da investigação que este trabalho poderá abrir: perceber como se fazem as relações comerciais entre um país que aderiu à UE e outro que não aderiu e mantém a sua moeda. Seria interessante observar as vantagens da adesão, para um país, e da manutenção da sua moeda para outro, embora não seja fator que impeça as trocas comerciais entre ambos. Serão essas relações dificultadas por esse facto, nomeadamente até pela sujeição a legislação supra-nacional (o que nos faria enveredar pela área do Direito comercial), ou não haverá grandes entraves à sua prossecução e

desenvolvimento? Parecem-me ser, neste ponto da minha reflexão, algumas áreas que este trabalho pode proporcionar. Por outro lado, concluímos que, apesar da dificuldade em encontrar todos os dados necessários ao nosso projeto, tal como se infere da parte inicial desta dissertação, em “Metodologia”, teremos conseguido reunir neste estudo muitas fontes de informação que se encontram dispersas em várias instituições, e que aqui se tornam acessíveis ao estudioso destas matérias.

Fontes bibliográficas

Administration fédérale des douanes. (2018). *Rapport annuel: commerce extérieur suisse 2018. Statistique du commerce extérieur 2018*. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <https://www.ezv.admin.ch/ezv/fr/home/themes/statistique-du-commerce-exterieur-suisse/publications/rapports-annuels.html>.

Administration fédérale des douanes. (2010). *Rapport annuel: commerce extérieur suisse 2018. Rapport annuel: Analyse du commerce extérieur de la Suisse en 2007*. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <https://www.ezv.admin.ch/ezv/fr/home/themes/statistique-du-commerce-exterieur-suisse/publications/rapports-annuels/archiv-jahresberichte-aussenhandelsstatistik.html>.

Aguiar-Conraria, L., Alexandre, F., & De Pinho, M. (2012). *O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual*. *Análise Social*, 203, pp. 298–321.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2017a). *Mercados informações de negócios: Suíça Oportunidades e Dificuldades do Mercado*. Consultado em abril de 2020. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=f65be7b6-e0bb-4362-93c6-6de77fc0efe6>.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2017b). *Mercados: Portugal Acordos Bilaterais Celebrados na Área Económica*. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=6835394f-bffe-454c-8762-3dbc18be676b>.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2017c). *Portugal - Ficha País*. Consultado em março de 2020. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=50f511f4-d2ea-4f9f-90e4-d47bde498c50>.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2018a). *Flash Suíça*. Consultado em março de 2020. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=2f3a3aed-9785-47e4-a9ca-0ee547e3ff40>.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2018b). *Suíça - Síntese País*. Consultado em abril de 2020. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=329bd a4d-d4a4-4025-acd3-9b0492557a16>.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2019a). *Flash Portugal*. Consultado em março de 2020. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detail.aspx?documentId=7f81a2ee-a6d5-434c-90c2-b2d12be0e078>.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2019b). Glossário. Consultado em março de 2020. Disponível em: http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Glossario/Paginas/Glossario.aspx#gloss_C.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2020a). *Contas Nacionais: Produto Interno Bruto e Comércio Internacional em 2019 (janeiro a dezembro)*. Consultado em março de 2020. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=200f1845-cd18-4a4a-b94e-ef97e1390ee7>.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2020b). *Portugal: Estatísticas de Relacionamento Económico com a Suíça*. Consultado em maio de 2020. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=043b5554-5f50-4cc4-9047-c410b89bd95d>.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2020c). *Portugal: Exportação cresce com os olhos postos no futuro*. Consultado em março de 2020. Disponível em: <http://portugalglobal.pt/PT/RevistaPortugalglobal/2019/Documents/revista-126-dezembro.pdf>.

Amaral, J. F. (2006). *O Impacto Económico da Integração de Portugal na Europa*. Instituto da Defesa Nacional 115(3), pp. 113–128.

BNS. Banque nationale suisse. (n.d.). Consultado em maio de 2020. Disponível em: <https://www.snb.ch/fr/>.

Câmara, J. (2014). *A política externa e de segurança comum da União Europeia: à luz das transformações trazidas pelo tratado de Lisboa, estão reunidas as condições para a União Europeia vir a ser uma potência global política e militar no século XXI?* (Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa de Lisboa - Instituto de Estudos Políticos).

Caramelo, S. (2007). *União Europeia, Fronteira e Território* (1ª ed.). Porto: Campo das Letras.

Cardoso, C. P., Ramos, C., Leite, I. C., Cardoso, J. C., & Maior, P. V. (2006). *A União Europeia: História, Instituições e Políticas*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Costa, F. D. (2018). *Um político católico em 1922 - Oliveira Salazar*. Instituto de História Contemporânea - Universidade Nova de Lisboa.

Couto, A. (1992). *A integração europeia e a defesa nacional*. *Análise Social*, 27, pp. 871–888.

De Brito, J. M. B., Rollo, M. F., & Amaral, F. J. (2011). *Portugal e a Europa: Testemunhos de Protagonistas* (1ª ed.). Lisboa: Edições Tinta da China.

Département Fédéral de l'économie. (2002). *Le rapport sur la croissance: Déterminants de la croissance économique de la Suisse et jalons pour une politique économique axée sur la croissance*. Consultado em maio de 2020. Disponível em: https://www.seco.admin.ch/seco/fr/home/Publikationen_Dienstleistungen/Publikation_en_und_Formulare/Strukturwandel_Wachstum/Wachstum/grundlagen-der-wirtschaftspolitik-nr--3--der-wachstumsbericht.html.

Ferreira, J. M. (1999). *A Nova Era Europeia: de Genebra a Amesterdão* (1ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.

Francillon, R. (2015). *La Suisse de 1968 à 2014*, em *Histoire de la littérature en Suisse romande* (pp. 1213–1219). Carouge-Genève: Zoé, cop.

García, H. (2006). *A historiografia sobre a Guerra Civil espanhola no início do século XXI entre a política e a renovação*. *Relações Internacionais*, (10), pp. 123–136.

Gill, G. (2019). *Stalinism and Executive Power: Formal and Informal Contours of Stalinism*. *Europe - Asia Studies*, 71(6), pp. 994–1012.

Gill, G., & Markwick, R. D. (2019). *Introduction: Stalinism as State Building*. *Europe - Asia Studies*, 71(6), pp.883–891.

Grilo, M. (2011). *História e Ideologia no Estado Novo - A Revisão Integralista do Passado Nacional*. *Promotoria*, 3(9), pp. 192–218. Consultado em março de 2020. Disponível em: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/7448/1/08_Promontoria9_MGrilo.pdf.pdf.

Hitt, M., E. Hoskisson, R., & Duane, R. (2011). *No Strategic Management Competitiveness & Globalization: Concepts & Cases* (1ª ed.). Cengage Learning.

Leite, M. J. S. (2004). *A Europa e o Mercado Interno*. *Europa: Novas Fronteiras* 15, pp. 23–34.

Lourtie, P. (2011). *Portugal no Contexto da Crise do Euro*. *Relações Internacionais*, 32, pp. 61–105.

Mateus, A. (1992). *A Economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios*. *Análise Social*, 28(4), 655–671. Consultado em março de 2020. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054629Q6yOU5pa6Gx45OK0.pdf>.

McCormick, J. (2002). *Understanding the European Union - A Concise Introduction*. New

York: Palgrave.

Paxton, J. (1986). *Dicionário das Comunidades Europeias* (1ª ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Pereira, A. M. M., & Pereira, E. J. S. (2015). *A Entrada de Portugal na CEE: Análise às capas dos jornais Diário de Notícias e Expresso no momento da Assinatura do Tratado de Adesão e na entrada efetiva na CEE*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Seminário: Temas de História no Século XX.

Pinto, F. M. (2011). *A Integração de Portugal nas Comunidades Europeias*. (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

PORDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa. (n.d.). Consultado em março de 2020. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Home>.

Riches, D. (2015). *Teaching the Cold War in the 21st Century Teaching the Cold War in the 21st Century*. Journal of the Center for General Education, Seijo University, Tokyo, 8.

Rollo, F. M., Amaral, J. F., & Brito, J. M. B. (2011). *Portugal e a Europa. Cronologia* (1ª ed.). Lisboa: Edições Tinta da China.

Rollo, M. F. (1994). *Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)*. *Análise Social*, 29(128), pp. 841–869. Consultado em março de 2020. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/41011190>.

Schwok, R. (2006). *Specificities of Switzerland's Relations with EFTA and the EEA*. Em: Kare Bryn, Gudmundur Einarsson (Ed.). *EFTA 1960-2010. Elements of 50 Years of European History*. Trondheim (Noruega). Reykjavik: Universidade Iceland Press (pp. 99–119).

SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie. (2019). *Encadré: Les principaux partenaires commerciaux de la Suisse*. Consultado em maio de 2020. Disponível em: https://www.seco.admin.ch/seco/fr/home/Publikationen_Dienstleistungen/Publikation_en_und_Formulare/konjunkturtendenz/spezialthema/exkurs_wichtigste_handelspartner.html.

SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie. (n.d.). Consultado em maio de 2020. Disponível em: <https://www.seco.admin.ch/seco/fr/home.html>.

União Europeia. (n.d.). *A história da União Europeia*. Consultado em janeiro de 2020. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt.

União Europeia. (n.d.). *O Espaço Schengen*. Bruxelas.

Vicente, P. C. (2013). *Integração europeia, federalismo e o lugar de Portugal (1960-2002)*.
E-Journal of International Relations, 4, pp. 30–48.

ANEXOS

Anexo 1: Exportação portuguesa de bens, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1986-2019).

Fonte: PORDATA

Anos	Países					
	Alemanha	Espanha	EUA	França	Reino Unido	Outros*
1986	14,7	6,6	7,0	15,2	14,2	42,4
1987	15,3	9,0	6,4	15,8	14,1	39,2
1988	14,7	11,2	5,9	15,2	14,3	38,7
1989	15,7	12,5	5,9	15,0	12,3	38,6
1990	16,7	13,3	4,8	15,5	12,1	37,6
1991	19,1	14,9	3,8	14,4	10,8	37,0
1992	19,1	14,8	3,5	14,2	11,1	37,4
1993	19,9	14,6	4,2	15,4	11,5	34,3
1994	19,2	14,7	4,9	15,0	11,8	34,3
1995	21,3	15,7	4,4	14,1	11,0	33,4
1996	20,9	15,4	4,3	14,4	10,8	34,3
1997	19,6	15,4	4,6	14,1	12,1	34,2
1998	20,1	16,8	4,7	14,2	11,9	32,4
1999	19,5	19,1	4,8	14,0	11,9	30,8
2000	17,8	20,1	5,6	12,7	10,8	33,0
2001	18,7	20,4	5,5	12,7	10,1	32,6
2002	17,4	22,1	5,5	13,5	10,3	31,3
2003	14,6	24,8	5,5	13,2	10,2	31,7
2004	13,4	26,1	5,6	13,8	9,4	31,6
2005	12,5	27,6	5,3	13,5	8,3	33,0
2006	13,0	28,4	5,9	12,5	6,9	33,2
2007	12,9	28,7	4,7	12,6	6,0	35,2
2008	12,8	27,9	3,4	11,8	5,5	38,7
2009	13,0	27,2	3,2	12,4	5,6	38,6
2010	13,0	27,0	3,5	12,0	5,5	38,9
2011	13,5	24,9	3,5	12,2	5,2	40,6
2012	12,4	22,5	4,1	11,8	5,3	43,9
2013	11,6	23,6	4,2	11,6	5,5	43,4
2014	11,7	23,5	4,4	11,8	6,1	42,5
2015	11,9	24,8	5,2	12,2	6,8	39,2
2016	11,7	25,8	4,9	12,6	7,1	37,9
2017	11,4	25,2	5,2	12,6	6,6	39,0
2018	11,5	25,4	5,0	12,7	6,3	39,2
2019	12,0	24,9	5,0	13,0	6,1	39,2

*Outros: Angola, Brasil, China, Itália, Japão, Países Baixos, entre outros.

Anexo 2: Exportação portuguesa de bens por tipo, em percentagem (1993-2019)

Fonte: PORDATA

Produtos									
Anos	Agroalimentares	Químicos, borrachas	Madeira, cortiça, papel	Peles, couros, têxteis	Vestuário e calçado	Minérios e metais	Máquinas	Material de transporte	Outros
1993	7,3	5,6	10,5	29,0	9,7	13,8	14,9	6,5	2,8
1994	7,3	6,3	10,9	26,6	9,5	14,6	15,9	6,0	2,9
1995	7,6	6,3	11,0	23,7	7,9	13,4	17,1	9,7	3,2
1996	7,6	6,0	9,3	22,9	7,8	11,6	16,2	15,4	3,1
1997	7,6	6,5	9,6	22,3	7,8	11,8	15,9	15,3	3,2
1998	7,4	6,6	9,4	21,8	7,0	11,3	17,7	15,6	3,2
1999	7,3	6,9	9,3	20,8	6,9	11,6	19,0	15,1	3,0
2000	7,2	7,6	10,2	18,9	6,1	12,5	19,8	14,5	3,1
2001	7,5	7,5	9,6	19,1	6,3	11,9	19,3	15,4	3,6
2002	8,0	8,0	9,5	18,2	5,8	12,5	19,5	14,6	3,8
2003	8,0	8,8	9,5	16,5	5,2	12,9	19,6	15,0	4,5
2004	8,1	9,4	9,0	15,0	4,6	14,8	19,6	15,0	4,5
2005	8,7	10,5	8,9	13,4	4,2	16,8	19,4	13,9	4,1
2006	8,8	10,3	8,7	12,2	3,8	19,4	19,7	13,3	3,9
2007	9,6	10,8	8,7	11,7	3,6	19,2	19,7	12,7	4,1
2008	10,8	10,7	8,4	10,8	3,7	19,9	19,3	12,2	4,2
2009	12,6	11,2	8,8	11,3	4,1	18,8	16,3	11,7	5,0
2010	11,7	11,9	9,1	10,7	3,9	20,8	15,1	12,2	4,7
2011	11,5	12,5	8,4	10,1	3,8	21,8	14,7	12,9	4,4
2012	11,5	12,5	8,1	9,5	3,7	23,3	15,3	11,6	4,5
2013	11,8	12,6	8,1	9,5	3,9	24,1	14,7	10,6	4,8
2014	12,5	12,6	8,0	10,1	4,1	21,9	14,6	10,9	5,3
2015	12,5	12,7	8,1	10,2	4,0	20,7	14,7	11,5	5,7
2016	12,7	13,0	8,0	10,6	4,0	18,9	15,4	11,4	5,9
2017	12,5	12,6	7,5	10,0	3,7	20,1	15,3	12,0	6,2
2018	12,3	12,3	7,6	9,7	3,5	19,7	14,3	14,3	6,3
2019	12,2	12,5	7,4	9,3	3,2	18,4	14,0	16,2	6,8

Anexo 3: Exportação portuguesa de serviços, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1996-2019)

Fonte: PORDATA

Anos	Países					
	Alemanha	Espanha	EUA	França	Reino Unido	Outros*
1996	17,3	10,8	8,3	15,0	13,5	35,0
1997	14,1	10,9	9,2	14,5	15,0	36,3
1998	12,4	12,4	10,0	14,8	15,2	35,2
1999	12,3	13,9	8,9	15,0	14,9	35,2
2000	11,0	14,1	8,8	14,8	16,2	35,1
2001	11,3	13,2	8,3	13,1	18,5	35,5
2002	10,9	14,2	6,5	14,2	18,0	36,3
2003	10,7	15,1	6,2	14,7	18,3	35,2
2004	10,4	15,1	6,4	12,9	19,6	35,6
2005	10,8	16,4	6,0	13,2	18,5	35,1
2006	11,0	16,6	4,9	12,7	18,7	36,2
2007	10,7	16,4	5,3	12,5	18,2	37,0
2008	10,3	16,5	5,3	12,9	16,8	38,2
2009	10,2	15,7	5,1	13,7	14,8	40,5
2010	10,2	14,7	5,0	13,5	14,3	42,2
2011	9,6	13,4	5,2	13,7	14,4	43,7
2012	9,4	12,4	5,3	13,7	14,9	44,4
2013	9,5	12,0	5,1	13,5	14,6	45,4
2014	9,2	12,2	4,9	12,9	14,1	46,7
2015	9,5	12,0	5,1	13,8	15,3	44,3
2016	9,6	11,8	5,3	14,7	15,9	42,7
2017	9,6	11,6	6,0	14,3	15,7	42,7
2018	10,2	11,7	6,1	14,2	15,8	41,9
2019	9,9	11,7	7,6	13,7	16,3	40,9

*Outros: Angola, Brasil, China, Itália, Japão, Países Baixos, entre outros.

Anexo 4: Exportação portuguesa de serviços, por tipo, em percentagem

Fonte: PORDATA

Anos	Serviços					
	Transportes	Viagens e turismo	Construção	Serviços de telecomunicações, informáticos e de informação	Serviços pessoais, culturais e recreativos	Outros*
1996	15,4	55,4	3,1	3,4	1,1	21,6
1997	15,8	55,3	3,0	3,6	1,2	21,2
1998	16,0	57,2	2,0	2,5	1,5	21,0
1999	14,7	56,7	1,9	2,4	1,2	23,1
2000	14,8	56,3	1,6	2,4	1,5	23,4
2001	15,8	57,9	2,0	2,4	1,5	20,4
2002	16,6	56,0	2,1	2,8	1,1	21,4
2003	18,1	53,8	2,6	3,5	1,1	20,9
2004	18,2	52,2	3,0	3,7	1,3	21,5
2005	19,9	50,9	2,5	4,2	1,4	21,3
2006	23,1	45,2	3,0	4,2	1,4	23,2
2007	23,5	43,0	3,6	4,4	1,1	24,4
2008	24,8	41,4	3,7	4,5	1,1	24,4
2009	23,7	41,8	3,2	4,4	1,4	25,6
2010	25,4	43,5	3,0	4,1	1,5	22,5
2011	25,8	42,2	3,0	4,3	1,2	23,4
2012	25,9	43,2	2,8	4,7	1,4	22,0
2013	25,3	41,6	2,9	4,4	1,4	24,3
2014	24,5	44,6	2,4	5,0	0,9	22,5
2015	22,9	46,6	2,3	4,9	0,8	22,6
2016	21,6	48,2	2,7	5,0	0,8	21,6
2017	21,6	50,3	2,5	4,7	0,9	19,9
2018	21,8	51,2	2,4	5,2	0,8	18,7
2019	21,1	52,3	2,1	5,0	0,8	18,7

***Outros: Serviços de seguros e pensões, serviços financeiros, direitos cobrados pela utilização de propriedade intelectual, entre outros.**

Anexo 5: Importação portuguesa de bens, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1986-2019)

Fonte: PORDATA

Anos	Países					
	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Outros*
1986	14,2	10,9	10,1	7,9	4,0	53,0
1987	15,0	11,7	11,2	8,7	4,1	49,3
1988	14,6	13,1	11,5	9,2	4,8	46,7
1989	14,5	14,5	11,7	9,1	5,5	45,0
1990	14,3	14,3	11,5	10,0	5,7	44,2
1991	15,0	15,8	11,9	10,2	6,1	40,9
1992	15,1	16,6	12,9	10,2	6,9	38,4
1993	15,3	18,2	12,9	8,8	5,0	39,7
1994	14,7	20,1	12,9	8,7	4,4	39,1
1995	14,9	21,8	11,8	8,4	4,7	38,5
1996	15,7	23,3	11,2	8,4	4,7	36,6
1997	15,2	24,1	10,9	8,0	5,0	36,7
1998	15,5	25,1	11,4	7,9	5,0	35,1
1999	15,1	25,9	11,6	7,7	4,9	34,8
2000	14,3	26,4	10,8	7,2	4,7	36,4
2001	14,4	28,0	10,3	6,9	4,9	35,5
2002	15,2	29,9	10,3	6,8	4,6	33,4
2003	15,1	30,8	9,8	6,5	4,7	32,9
2004	14,5	31,2	9,3	6,2	4,7	33,9
2005	14,4	30,7	8,7	5,9	4,5	35,7
2006	14,3	30,9	8,5	5,9	4,8	35,6
2007	14,0	31,1	8,7	5,5	4,8	36,1
2008	13,4	30,8	8,1	5,4	4,8	37,5
2009	13,2	32,8	8,3	5,8	5,4	34,6
2010	13,9	32,0	7,2	5,7	5,2	36,0
2011	12,3	32,2	6,7	5,4	4,8	38,7
2012	11,3	31,8	6,6	5,2	4,8	40,3
2013	11,4	32,3	6,7	5,1	5,0	39,5
2014	12,3	32,5	7,1	5,2	5,2	37,7
2015	12,8	33,0	7,4	5,4	5,1	36,1
2016	13,4	33,1	7,7	5,5	5,1	35,1
2017	13,7	32,3	7,3	5,4	5,4	35,9
2018	13,8	31,4	7,6	5,4	5,3	36,4
2019	13,3	30,4	9,8	5,1	4,9	36,4

*Outros: Angola, Brasil, China, EUA, Japão, Reino Unido, entre outros.

Anexo 6: Importação portuguesa de bens, por tipo, em percentagem (1993-2019)

Fonte: PORDATA

Produtos									
Anos	Agroalimentares	Químicos, borrachas	Madeira, cortiça, papel	Peles, couros, têxteis	Vestuário e calçado	Minérios e metais	Máquinas	Material de transporte	Outros
1993	13,9	12,0	3,8	11,7	1,0	17,0	20,7	15,2	4,7
1994	14,4	12,3	3,9	11,9	1,0	17,3	19,8	15,3	4,1
1995	13,9	12,8	4,5	11,4	1,0	18,1	20,5	13,6	4,1
1996	13,9	12,8	4,1	11,1	1,0	16,7	21,1	14,9	4,4
1997	12,8	12,6	4,2	10,8	1,0	17,3	21,4	15,3	4,4
1998	13,0	12,2	4,4	10,7	1,0	14,9	22,6	16,6	4,7
1999	12,6	12,1	4,1	9,4	1,0	16,0	22,0	18,0	4,8
2000	11,4	11,8	4,2	8,9	1,0	19,8	21,7	16,6	4,6
2001	12,3	12,3	4,2	9,0	1,0	19,3	22,2	15,1	4,5
2002	12,7	13,6	4,3	9,0	1,0	19,5	20,9	14,2	4,8
2003	12,9	13,9	4,2	8,6	1,0	19,8	21,3	13,4	4,9
2004	12,4	13,7	3,9	7,8	1,0	21,5	21,2	14,1	4,6
2005	11,9	13,3	3,7	6,8	0,9	24,7	20,5	13,5	4,7
2006	11,8	13,6	3,6	6,8	0,9	25,9	20,0	12,8	4,5
2007	12,6	13,4	3,7	6,7	0,9	25,1	20,2	13,0	4,4
2008	12,9	13,2	3,4	6,1	0,9	27,3	19,8	12,2	4,3
2009	14,9	15,1	3,7	6,9	1,1	22,2	19,1	12,1	5,0
2010	14,0	15,1	3,6	6,9	1,0	24,2	16,8	13,7	4,6
2011	15,0	15,9	3,5	6,9	1,1	27,4	15,4	10,6	4,2
2012	15,5	16,4	3,1	6,7	1,0	29,9	14,8	8,5	4,2
2013	15,9	16,1	3,2	7,2	1,0	28,7	14,8	8,9	4,3
2014	15,0	16,1	3,3	7,5	1,2	26,5	15,4	10,6	4,4
2015	15,5	16,8	3,3	7,7	1,3	22,6	15,8	12,1	4,8
2016	15,8	16,7	3,4	7,8	1,4	19,2	17,0	13,7	5,1
2017	15,3	16,0	3,2	7,1	1,2	21,4	17,3	13,6	4,9
2018	14,7	16,2	3,2	6,8	1,2	21,7	17,8	13,6	4,8
2019	14,1	15,9	3,0	6,6	1,2	20,5	17,9	16,1	4,8

Anexo 7: Importação portuguesa de serviços, por principais parceiros comerciais, em percentagem (1996-2019)

Fonte: PORDATA

Anos	Países					
	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Outros*
1996	11,8	13,9	12,5	4,5	3,5	53,8
1997	11,8	13,9	12,4	3,8	3,9	54,2
1998	10,8	15,5	12,8	3,8	2,9	54,1
1999	10,5	16,2	13,1	4,7	3,0	52,4
2000	10,6	17,0	12,5	4,3	3,8	51,9
2001	10,1	18,0	12,0	4,1	4,5	51,4
2002	10,2	19,2	11,9	4,5	4,7	49,4
2003	11,2	19,5	11,6	4,3	4,0	49,4
2004	11,0	19,0	11,5	4,2	4,2	50,1
2005	10,8	19,7	11,7	4,3	4,0	49,5
2006	11,3	19,0	11,1	4,2	4,1	50,4
2007	10,5	19,2	10,9	3,8	4,2	51,5
2008	11,1	19,8	10,2	3,4	4,2	51,4
2009	10,9	19,1	10,2	3,3	4,8	51,6
2010	7,2	18,2	8,6	2,3	3,9	59,7
2011	6,9	19,3	8,5	2,4	3,9	58,9
2012	7,2	17,8	8,3	2,0	4,0	60,6
2013	7,4	17,1	8,9	2,1	3,8	60,6
2014	7,7	18,0	9,5	2,0	3,7	59,1
2015	6,9	17,5	9,5	2,3	3,7	60,2
2016	7,2	17,9	9,7	2,3	3,9	59,0
2017	7,5	17,1	9,0	2,3	4,0	60,2
2018	7,8	18,0	8,9	2,6	4,1	58,7
2019	7,6	18,2	8,0	2,7	4,4	59,0

*Outros: Angola, Brasil, China, EUA, Japão, Reino Unido, entre outros.

Anexo 8: Importação portuguesa de serviços, por tipo, em percentagem (1996-2019)

Fonte: PORDATA

Anos	Serviços					
	Transportes	Viagens e turismo	Construção	Serviços de telecomunicações, informáticos e de informação	Serviços pessoais, culturais e recreativos	Outros*
1996	21,9	34,6	3,5	4,0	2,4	33,6
1997	23,2	33,2	2,6	4,2	2,4	34,4
1998	23,3	34,0	1,6	4,2	3,6	33,3
1999	24,3	34,2	1,9	4,6	3,4	31,6
2000	25,5	34,8	0,9	4,6	3,7	30,5
2001	27,6	34,6	1,3	4,8	4,1	27,4
2002	26,7	32,6	1,7	5,7	3,5	29,8
2003	26,2	31,6	2,1	6,0	3,4	30,5
2004	26,0	31,0	1,8	5,9	3,9	31,4
2005	25,2	32,1	1,1	6,0	3,5	32,0
2006	25,5	29,6	1,2	7,1	4,1	32,7
2007	25,0	28,7	1,2	7,7	3,5	33,8
2008	25,0	27,9	1,5	7,9	3,6	34,2
2009	24,0	26,6	1,2	7,5	4,4	36,4
2010	25,3	26,5	0,8	6,9	4,1	36,2
2011	28,1	26,2	1,0	7,4	3,8	33,4
2012	28,4	27,8	1,0	7,0	4,3	31,5
2013	29,3	27,0	1,2	7,4	3,8	31,4
2014	27,2	26,0	0,9	8,6	1,9	35,3
2015	25,9	26,4	0,8	7,3	1,9	37,8
2016	23,8	26,5	0,9	7,2	2,1	39,4
2017	25,3	27,6	0,9	6,4	1,5	38,3
2018	25,4	28,7	0,8	6,5	1,6	36,8
2019	24,1	29,8	1,2	5,8	1,6	37,6

***Outros: Serviços de seguros e pensões, serviços financeiros, direitos cobrados pela utilização de propriedade intelectual, entre outros.**

**Anexo 9: Exportações suíças, por principais parceiros comerciais, em milhões de francos
(1990-2019)**

FONTE: SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie

Anos	Total das exportações	Países					
		Alemanha	China	EUA	França	Reino Unido	Outros
1990	88257	19307	415	6 976	8 748	6 573	42 019
1991	87947	20907	471	7 153	8 465	5 811	42 807
1992	92142	21593	620	7 787	8 726	6 063	44 789
1993	93289	21401	943	8 212	8 503	6 409	45 468
1994	95827	22440	863	8 673	8 802	6 360	47 138
1995	96236	22912	843	8 224	9 166	5 861	47 006
1996	98589	22335	888	9 134	9 185	6 208	47 750
1997	110417	24696	938	11 418	9 980	6 402	53 434
1998	114055	26287	809	12 355	10 875	6 751	57 077
1999	120725	27231	990	14 678	11 093	6 604	60 596
2000	136015	29174	1 403	17 427	11 956	7 689	67 649
2001	138492	30014	1 668	15 660	12 386	7 677	67 405
2002	142923	29043	2 070	16 675	13 081	7 289	68 158
2003	141158	29224	2 485	15 442	12 417	6 768	66 336
2004	152757	30922	3 107	15 780	13 512	7 677	70 998
2005	162991	31692	3 467	17 513	14 136	8 803	75 611
2006	185216	36396	4 105	20 477	15 854	8 954	85 786
2007	206252	41920	5 419	20 057	17 216	10 529	95 141
2008	215984	42549	6 111	20 729	18 523	11 116	99 028
2009	187448	36059	5 501	18 776	15 686	9 428	85 450
2010	203484	39278	7 467	20 558	15 578	12 033	94 914
2011	208203	41956	8 841	21 327	14 865	9 953	96 942
2012	292958	43893	9 307	23 909	21 876	28 281	127 266
2013	332137	42047	19 453	25 301	19 186	12 307	118 294
2014	285179	43440	16 859	28 834	17 317	12 636	119 086
2015	279155	39661	19 264	29 516	16 804	13 089	118 334
2016	298408	42734	26 769	36 368	17 287	31 976	155 134
2017	294894	45166	23 965	36 274	17 230	16 734	139 369
2018	303886	47251	29 587	40 068	19 718	10 987	147 611

**Anexo 10: Exportações suíças, por principais parceiros comerciais, em percentagem
(1990-2019)**

FONTE: SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie

Anos	Países					
	Alemanha	China	EUA	França	Reino Unido	Outros
1990	21,9	0,5	7,9	9,9	7,4	52,4
1991	23,8	0,5	8,1	9,6	6,6	51,3
1992	23,4	0,7	8,5	9,5	6,6	51,4
1993	22,9	1	8,8	9,1	6,9	51,3
1994	23,4	0,9	9,1	9,2	6,6	50,8
1995	23,8	0,9	8,5	9,5	6,1	51,2
1996	22,7	0,9	9,3	9,3	6,3	51,6
1997	22,4	0,8	10,3	9	5,8	51,6
1998	23	0,7	10,8	9,5	5,9	50
1999	22,6	0,8	12,2	9,2	5,5	49,8
2000	21,4	1	12,8	8,8	5,7	50,3
2001	21,7	1,2	11,3	8,9	5,5	51,3
2002	20,3	1,4	11,7	9,2	5,1	52,3
2003	20,7	1,8	10,9	8,8	4,8	53
2004	20,2	2	10,3	8,8	5	53,5
2005	19,4	2,1	10,7	8,7	5,4	53,6
2006	19,7	2,2	11,1	8,6	4,8	53,7
2007	20,3	2,6	9,7	8,3	5,1	53,9
2008	19,7	2,8	9,6	8,6	5,1	54,2
2009	19,2	2,9	10	8,4	5	54,4
2010	19,3	3,7	10,1	7,7	5,9	53,4
2011	20,2	4,2	10,2	7,1	4,8	53,4
2012	15	3,2	8,2	7,5	9,7	56,6
2013	12,7	5,9	7,6	5,8	3,7	64,4
2014	15,2	5,9	10,1	6,1	4,4	58,2
2015	14,2	6,9	10,6	6	4,7	57,6
2016	14,3	9	12,2	5,8	10,7	48
2017	15,3	8,1	12,3	5,8	5,7	52,7
2018	15,5	9,7	13,2	6,5	3,6	51,4

Anexo 11: Exportação suíça de bens, por tipo, em milhões de francos (1990-2020)

FONTE: SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie

Produtos	Anos										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Metais preciosos e pedras preciosas	5142	4756	4563	5236	4480	3510	3536	4283	3965	5324	8031
Obras de arte e antiguidades	2241	1170	1431	1394	1134	714	879	1002	977	955	1435
Joalheria	1759	1813	1975	2650	2409	2092	1787	2394	1960	1764	2100
Alimentos, bebidas e tabaco	2251	2394	2550	2613	2771	2709	2715	2913	2854	3002	3239
Relojoaria	6777	6852	7369	7589	7959	7675	7552	8311	8422	9003	10297
Máquinas, aparelhos, eletrônica	25527	25223	25392	24809	26123	27396	28047	30882	31922	32642	37137
Plásticos	1715	1838	2071	2125	2247	2295	2183	2421	2604	2775	3027
Metais	7537	7515	7701	7415	7780	8346	8189	9067	9557	9471	10892
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	4660	4833	4946	4870	4986	5032	5191	5809	6186	6799	7974
Produtos de papel e artes gráficas	2149	2214	2271	2157	2345	2527	2476	2828	3011	3205	3495
Produtos químicos e farmacêuticos	18422	19105	21258	22348	23492	24043	25954	29647	31302	33991	35892
Produtos energéticos	58	127	92	116	117	88	112	257	228	261	475
Têxteis, vestuário, calçado	4984	4655	4592	4329	4291	3953	3672	3933	3968	3787	3891
Veículos	1485	1759	2086	1805	1722	1936	2444	2525	2801	3158	3054
Total	88257	87947	92142	93289	95827	96236	98589	110417	114055	120725	136015

Produtos	Anos									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Metais preciosos e pedras preciosas	5674	5659	4522	5085	4791	6149	6546	7943	5765	8647
Obras de arte e antiguidades	1101	1523	1163	1359	1223	1592	2173	1711	1149	1357
Joalheria	2419	3577	2980	3150	3476	4172	4836	5064	4412	5144
Alimentos, bebidas e tabaco	3311	3332	3407	3736	4033	4860	6020	7102	7088	7370
Relojoaria	10654	10695	10217	11158	12390	13743	15956	17034	13229	16167
Máquinas, aparelhos, eletrônica	36022	32061	31183	33839	35172	38630	43065	43806	33741	36435
Plásticos	3025	3025	3145	3346	3413	3798	4272	4255	3418	3603
Metais	10453	9804	9976	11112	11664	13424	15498	15276	10489	12738
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	8396	8973	9758	10205	11500	12925	13977	14909	13835	14395
Produtos de papel e artes gráficas	3398	3306	3308	3371	3415	3488	3661	3600	2938	2923
Produtos químicos e farmacêuticos	41833	44944	45194	49602	54838	62975	68811	71918	71771	75909
Produtos energéticos	417	2852	2809	2811	3456	4679	4945	6513	5296	5719
Têxteis, vestuário, calçado	3934	4101	4169	4240	4200	4405	4637	4468	3687	3386
Veículos	3042	4817	4969	4990	4425	4942	5722	6094	5343	4013
Total	138492	142923	141158	152757	162991	185216	206252	215984	187448	203484

Produtos	Anos							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Metais preciosos e pedras preciosas	9105	90888	129228	74565	74481	85961	71845	67961
Obras de arte e antiguidades	1191	1458	1696	2257	1755	1974	2466	2701
Joalheria	6255	7582	8539	10062	10694	10885	11121	11586
Alimentos, bebidas e tabaco	7422	7672	8211	8391	8125	8355	8682	8980
Relojoaria	19304	21426	21834	22258	21535	19407	19921	21180
Máquinas, aparelhos, eletrônica	36889	33307	33305	33341	31056	31080	32054	33520
Plásticos	3487	3273	3446	3524	3246	3268	3299	3501
Metais	13034	11933	12082	12481	11794	12114	13645	14402
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	14068	14183	14645	14686	14442	14999	15646	16806
Produtos de papel e artes gráficas	2556	2223	2140	2015	1797	1773	1751	1671
Produtos químicos e farmacêuticos	74647	79012	80934	85323	84685	94277	98596	104372
Produtos energéticos	6462	6846	3345	3143	2562	1829	2055	2818
Têxteis, vestuário, calçado	3249	3114	3097	3173	3151	3466	4200	4863
Veículos	4672	5095	5252	5682	5870	5087	5422	5020
Total	208203	292958	332137	285179	279155	298408	294894	303886

Anexo 12: Exportação suíça de bens, por tipo, em percentagem (1990-2018)

FONTE: SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie

Produtos	Anos										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Metais preciosos e pedras preciosas	5,8	5,4	5	5,6	4,7	3,6	3,6	3,9	3,5	4,4	5,9
Obras de arte e antiguidades	2,5	1,3	1,6	1,5	1,2	0,7	0,9	0,9	0,9	0,8	1,1
Joalheria	2	2,1	2,1	2,8	2,5	2,2	1,8	2,2	1,7	1,5	1,5
Alimentos, bebidas e tabaco	2,6	2,7	2,8	2,8	2,9	2,8	2,8	2,6	2,5	2,5	2,4
Relojoaria	7,7	7,8	8	8,1	8,3	8	7,7	7,5	7,4	7,5	7,6
Máquinas, aparelhos, eletrónica	28,9	28,7	27,6	26,6	27,3	28,5	28,4	28	28	27	27,3
Plásticos	1,9	2,1	2,2	2,3	2,3	2,4	2,2	2,2	2,3	2,3	2,2
Metais	8,5	8,5	8,4	7,9	8,1	8,7	8,3	8,2	8,4	7,8	8,0
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	5,3	5,5	5,4	5,2	5,2	5,2	5,3	5,3	5,4	5,6	5,9
Produtos de papel e artes gráficas	2,4	2,5	2,5	2,3	2,4	2,6	2,5	2,6	2,6	2,7	2,6
Produtos químicos e farmacêuticos	20,9	21,7	23,1	24	24,5	25	26,3	26,9	27,4	28,2	26,4
Produtos energéticos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3
Têxteis, vestuário, calçado	5,6	5,3	5	4,6	4,5	4,1	3,7	3,6	3,5	3,1	2,9
Veículos	1,7	2	2,3	1,9	1,8	2	2,5	2,3	2,5	2,6	2,2

Produtos	Anos									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Metais preciosos e pedras preciosas	4,1	4	3,2	3,3	2,9	3,3	3,2	3,7	3,1	4,2
Obras de arte e antiguidades	0,8	1,1	0,8	0,9	0,8	0,9	1,1	0,8	0,6	0,7
Joalheria	1,7	2,5	2,1	2,1	2,1	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5
Alimentos, bebidas e tabaco	2,4	2,3	2,4	2,4	2,5	2,6	2,9	3,3	3,8	3,6
Relojoaria	7,7	7,5	7,2	7,3	7,6	7,4	7,7	7,9	7,1	7,9
Máquinas, aparelhos, eletrônica	26	22,4	22,1	22,2	21,6	20,9	20,9	20,3	18	17,9
Plásticos	2,2	2,1	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	2	1,8	1,8
Metais	7,5	6,9	7,1	7,3	7,2	7,2	7,5	7,1	5,6	6,3
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	6,1	6,3	6,9	6,7	7,1	7	6,8	6,9	7,4	7,1
Produtos de papel e artes gráficas	2,5	2,3	2,3	2,2	2,1	1,9	1,8	1,7	1,6	1,4
Produtos químicos e farmacêuticos	30,2	31,4	32	32,5	33,6	34	33,4	33,3	38,3	37,3
Produtos energéticos	0,3	2,0	2	1,8	2,1	2,5	2,4	3	2,8	2,8
Têxteis, vestuário, calçado	2,8	2,9	3	2,8	2,6	2,4	2,2	2,1	2	1,7
Veículos	2,2	3,4	3,5	3,3	2,7	2,7	2,8	2,8	2,9	2

Produtos	Anos							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Metais preciosos e pedras preciosas	4,4	31	38,9	26,1	26,7	28,8	24,4	22,4
Obras de arte e antiguidades	0,6	0,5	0,5	0,8	0,6	0,7	0,8	0,9
Joalheria	3	2,6	2,6	3,5	3,8	3,6	3,8	3,8
Alimentos, bebidas e tabaco	3,6	2,6	2,5	2,9	2,9	2,8	2,9	3
Relojoaria	9,3	7,3	6,6	7,8	7,7	6,5	6,8	7
Máquinas, aparelhos, eletrônica	17,7	11,4	10	11,7	11,1	10,4	10,9	11
Plásticos	1,7	1,1	1	1,2	1,2	1,1	1,1	1,2
Metais	6,3	4,1	3,6	4,4	4,2	4,1	4,6	4,7
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	6,8	4,8	4,4	5,1	5,2	5	5,3	5,5
Produtos de papel e artes gráficas	1,2	0,8	0,6	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5
Produtos químicos e farmacêuticos	35,9	27	24,4	29,9	30,3	31,6	33,4	34,3
Produtos energéticos	3,1	2,3	1	1,1	0,9	0,6	0,7	0,9
Têxteis, vestuário, calçado	1,6	1,1	0,9	1,1	1,1	1,2	1,4	1,6
Veículos	2,2	1,7	1,6	2	2,1	1,7	1,8	1,7

Anexo 13: Exportação suíça de serviços, em milhões de francos (2012-2019)

FONTE: Banco Nacional Suíço

Serviços	Anos							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total de serviços	102437	105891	110836	109478	117114	120137	123982	120877
Transportes	11572	12009	12671	10555	11337	12434	12829	13150
Turismo	15085	15568	16308	15753	15756	16228	16596	16993
Serviços de seguros	6090	6273	6521	6451	7651	8193	7276	7404
Serviços financeiros	20673	20743	20064	19897	19436	19945	21100	21292
Taxas de licenças	16634	17664	17140	16799	21762	22639	25225	23756
Telecomunicações, IT e serviços de informação	9530	10172	12894	13308	13870	13123	12524	10778
Pesquisa e desenvolvimento	3331	2998	3607	3920	3692	3128	4291	4866
Serviços de consultoria de gestão	5403	5545	5674	5562	6126	6785	6997	6413
Serviços técnicos direcionados ao mercado e às empresas	6758	6896	7980	9446	9780	9491	7646	6520
Outros serviços*	7362	8023	7978	7787	7704	8171	9499	9707

* Serviços de produção industrial, manutenção e reparação, serviços de construção, serviços pessoais, serviços prestados por administrações públicas

Anexo 14: Exportação suíça de serviços, em percentagem (2012-2019)

FONTE: Banco Nacional Suíço

Serviços	Anos							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Transportes	11,3	11,3	11,4	9,6	9,7	10,3	10,3	10,9
Turismo	14,7	14,7	14,7	14,4	13,5	13,5	13,4	14,1
Serviços de seguros	5,9	5,9	5,9	5,9	6,5	6,8	5,9	6,1
Serviços financeiros	20,2	19,6	18,1	18,2	16,6	16,6	17	17,6
Taxas de licenças	16,2	16,7	15,5	15,3	18,6	18,8	20,3	19,7
Telecomunicações, IT e serviços de informação	9,3	9,6	11,6	12,2	11,8	10,9	10,1	8,9
Pesquisa e desenvolvimento	3,3	2,8	3,3	3,6	3,2	2,6	3,5	4
Serviços de consultoria de gestão	5,3	5,2	5,1	5,1	5,2	5,6	5,6	5,3
Serviços técnicos direcionados ao mercado e às empresas	6,6	6,5	7,2	8,6	8,4	7,9	6,2	5,4
Outros serviços*	7,2	7,6	7,2	7,1	6,6	6,8	7,7	8

* Serviços de produção industrial, manutenção e reparação, serviços de construção, serviços pessoais, serviços prestados por administrações públicas

Anexo 15: Importações suíças, por principais parceiros comerciais, em milhões de francos (1990-2019)

FONTE: SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie

Anos	Total das importações	Países					
		Alemanha	EUA	França	Itália	Reino Unido	Outros
1990	96 611	32 529	5 921	10 708	10 158	5 083	32 212
1991	95 032	31 134	6 971	10 345	9 491	5 262	31 829
1992	92 330	30 880	5 866	9 987	9 248	5 336	31 013
1993	89 830	29 248	5 581	9 814	8 785	6 488	29 914
1994	92 608	30 407	5 704	10 174	9 160	6 140	31 023
1995	94 483	31 855	5 843	10 762	9 573	5 243	31 207
1996	96 664	30 350	6 846	11 165	10 375	6 208	31 720
1997	110 087	33 285	8 657	12 092	10 813	7 138	38 102
1998	115 847	35 316	7 963	12 585	11 187	7 233	41 563
1999	120 057	37 251	7 701	14 419	11 626	6 786	42 274
2000	139 402	40 584	10 288	14 246	12 950	8 129	53 205
2001	141 889	42 744	8 382	14 555	13 315	8 180	54 713
2002	135 894	41 843	8 945	14 576	13 569	6 603	50 358
2003	134 987	42 738	7 357	15 298	14 076	5 609	49 909
2004	143 996	46 342	7 254	15 107	15 848	5 842	53 603
2005	157 544	49 732	8 328	15 804	16 530	6 951	60 199
2006	177 148	56 181	10 937	17 706	18 705	6 943	66 676
2007	193 216	62 916	11 211	18 329	20 845	8 047	71 868
2008	197 520	65 776	11 439	18 639	21 671	7 232	72 763
2009	168 998	55 013	9 759	15 730	18 074	6 274	64 148
2010	183 436	58 570	9 828	15 600	18 699	7 120	73 619
2011	184 540	59 517	9 163	15 897	19 198	6 362	74 403
2012	277 544	60 380	23 926	22 747	25 970	13 130	131 391
2013	298 394	55 624	22 661	19 719	23 061	64 665	112 664
2014	252 505	54 556	19 597	16 654	20 710	30 890	110 098
2015	243 772	49 872	20 095	16 360	18 764	31 036	107 645
2016	266 137	51 075	24 111	16 378	19 469	18 747	136 357
2017	265 572	54 542	21 280	17 914	19 819	19 133	132 884
2018	273 389	56 566	20 875	19 735	20 806	25 980	129 427

Anexo 16: Importações suíças, por principais parceiros comerciais, em percentagem
(1990-2019)

FONTE: SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie

Anos	Países					
	Alemanha	EUA	França	Itália	Reino Unido	Outros
1990	33,7	6,1	11,1	10,5	5,3	33,3
1991	32,8	7,3	10,9	10	5,5	33,5
1992	33,4	6,4	10,8	10	5,8	33,6
1993	32,6	6,2	10,9	9,8	7,2	33,3
1994	32,8	6,2	11,0	9,9	6,6	33,5
1995	33,7	6,2	11,4	10,1	5,5	33,1
1996	31,4	7,1	11,6	10,7	6,4	32,8
1997	30,2	7,9	11	9,8	6,5	34,6
1998	30,5	6,9	10,9	9,7	6,2	35,8
1999	31	6,4	12	9,7	5,7	35,2
2000	29,1	7,4	10,2	9,3	5,8	38,2
2001	30,1	5,9	10,3	9,4	5,8	38,5
2002	30,8	6,6	10,7	10	4,9	37
2003	31,7	5,5	11,3	10,4	4,2	36,9
2004	32,2	5	10,5	11	4,1	37,2
2005	31,6	5,3	10	10,5	4,4	38,2
2006	31,7	6,2	10	10,6	3,9	37,6
2007	32,6	5,8	9,5	10,8	4,2	37,1
2008	33,3	5,8	9,4	11	3,7	36,8
2009	32,6	5,8	9,3	10,7	3,7	37,9
2010	31,9	5,4	8,5	10,2	3,9	40,1
2011	32,3	5	8,6	10,4	3,4	40,3
2012	21,8	8,6	8,2	9,4	4,7	47,3
2013	18,6	7,6	6,6	7,7	21,7	37,8
2014	21,6	7,8	6,6	8,2	12,2	43,6
2015	20,5	8,2	6,7	7,7	12,7	44,2
2016	19,2	9,1	6,2	7,3	7,0	51,2
2017	20,5	8	6,7	7,5	7,2	50,1
2018	20,7	7,6	7,2	7,6	9,5	47,4
2019	33,7	6,1	11,1	10,5	5,3	33,3

Anexo 17: Importação de bens suíça, por tipo, em milhões de francos (1990-2019)

Fonte: SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie

Produtos	Anos										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Metais preciosos e pedras preciosas	5378	5300	4611	5398	4522	3199	3847	5825	7777	5639	9428
Obras de arte e antiguidades	1389	1050	980	664	807	509	850	1174	1204	1002	1359
Joalheria	1875	1761	1571	1908	1726	1497	1590	2255	1818	1480	1839
Alimentos, bebidas e tabaco	5599	5829	5724	5649	5941	5661	5953	6424	6679	6952	7197
Relojoaria	1043	980	1088	1112	1164	1143	1147	1248	1356	1308	1622
Máquinas, aparelhos, eletrônica	19793	18882	18224	17980	19010	20474	20749	23083	24657	26966	31583
Plásticos	2102	2056	2092	2077	2231	2294	2174	2350	2466	2572	2801
Metais	9025	8062	7731	7299	7936	8912	8042	8944	9517	9108	10735
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	2807	2904	3038	2841	2815	2872	2953	3255	3542	3957	4436
Produtos de papel e artes gráficas	3818	3810	3819	3667	3873	4175	4040	4235	4429	4594	5025
Produtos químicos e farmacêuticos	10624	10673	11453	11854	12541	12982	13520	16793	17797	19322	21899
Produtos energéticos	4312	4357	3898	3440	3044	2656	3352	4888	3363	3513	6290
Têxteis, vestuário, calçado	8806	8890	8781	8525	8369	7918	7837	8419	8604	8521	8905
Veículos	10230	10975	9909	8392	9183	10600	11200	11324	12283	14422	14903
Total	96611	95032	92330	89830	92608	94483	96664	110087	115847	120057	139402

Produtos	Anos									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Metais preciosos e pedras preciosas	10243	6515	5203	5698	6500	10181	7292	8762	7419	7715
Obras de arte e antiguidades	1594	1172	1188	1311	1951	1556	2346	1875	1393	1730
Joalheria	1830	3336	2775	2868	3228	3712	4269	5071	4670	7296
Alimentos, bebidas e tabaco	7269	7253	7557	7585	8000	8624	9607	10319	9810	9770
Relojoaria	1636	1938	1860	2015	2038	2244	2536	2764	2225	2643
Máquinas, aparelhos, eletrônica	29583	26337	26010	27660	29972	32018	35118	35611	29250	31438
Plásticos	2830	2831	2988	3250	3454	3834	4357	4467	3896	4124
Metais	10328	9418	9790	11572	12367	15519	18477	18089	12323	14379
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	4548	4586	4463	4882	5374	6049	6723	7101	6447	6773
Produtos de papel e artes gráficas	4868	4752	4748	4901	5049	5330	5666	5646	4950	4981
Produtos químicos e farmacêuticos	26256	27439	27489	29607	32796	35785	41260	38272	34964	37787
Produtos energéticos	6420	6857	6906	7768	11194	13986	13184	17467	12063	13411
Têxteis, vestuário, calçado	8993	8715	8612	8699	8846	9392	10040	10040	9042	8956
Veículos	14163	13714	14204	14350	14333	15495	17098	16750	14961	16581
Total	141889	135894	134987	143996	157544	177148	193216	197520	168998	183436

Produtos	Anos							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Metais preciosos e pedras preciosas	8617	99129	118645	72136	75072	90358	77691	68916
Obras de arte e antiguidades	1535	1634	2107	1764	2308	2237	2107	2624
Joalheria	8314	8653	8363	8861	9809	9027	11376	16015
Alimentos, bebidas e tabaco	9661	9662	10116	10233	9846	10132	10590	10862
Relojoaria	3008	3358	3482	3752	3847	3863	3545	4007
Máquinas, aparelhos, eletrônica	30680	29365	30237	30347	28481	28653	30393	32079
Plásticos	4103	4058	4212	4276	3911	4076	4327	4637
Metais	14715	13811	14119	14395	12887	12997	14481	15907
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	6426	6631	7031	7274	7105	7413	7706	8233
Produtos de papel e artes gráficas	4583	4334	4310	4244	3782	3781	3793	3894
Produtos químicos e farmacêuticos	37435	39369	41849	42945	38769	43627	46741	50159
Produtos energéticos	15451	17445	14342	11991	8448	6776	8127	9472
Têxteis, vestuário, calçado	8880	8718	8904	9247	8826	9516	10550	11662
Veículos	16838	17074	15854	16151	16878	19080	19003	19299
Total	184540	277544	298394	252505	243772	266137	265572	273389

Anexo 18: Importação de bens suíça, por tipo, em percentagem (1990-2019)

Fonte: SECO - Secrétariat d'Etat à l'économie

Produtos	Anos										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Metais preciosos e pedras preciosas	5,6	5,6	5	6	4,9	3,4	4	5,3	6,7	4,7	4,7
Obras de arte e antiguidades	1,4	1,1	1,1	0,7	0,9	0,5	0,9	1,1	1	0,8	0,8
Joalheria	1,9	1,9	1,7	2,1	1,9	1,6	1,6	2	1,6	1,2	1,2
Alimentos, bebidas e tabaco	5,8	6,1	6,2	6,3	6,4	6	6,2	5,8	5,8	5,8	5,8
Relojoaria	1,1	1	1,2	1,2	1,3	1,2	1,2	1,1	1,2	1,1	1,1
Máquinas, aparelhos, eletrônica	20,5	19,9	19,7	20	20,5	21,7	21,5	21	21,3	22,5	22,5
Plásticos	2,2	2,2	2,3	2,3	2,4	2,4	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1
Metais	9,3	8,5	8,4	8,1	8,6	9,4	8,3	8,1	8,2	7,6	7,6
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	2,9	3,1	3,3	3,2	3	3	3,1	3	3,1	3,3	3,3
Produtos de papel e artes gráficas	4	4	4,1	4,1	4,2	4,4	4,2	3,8	3,8	3,8	3,8
Produtos químicos e farmacêuticos	11	11,2	12,4	13,2	13,5	13,7	14	15,3	15,4	16,1	16,1
Produtos energéticos	4,5	4,6	4,2	3,8	3,3	2,8	3,5	4,4	2,9	2,9	2,9
Têxteis, vestuário, calçado	9,1	9,4	9,5	9,5	9	8,4	8,1	7,6	7,4	7,1	7,1
Veículos	10,6	11,5	10,7	9,3	9,9	11,2	11,6	10,3	10,6	12	12

Produtos	Anos									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Metais preciosos e pedras preciosas	4,7	4,8	3,9	4	4,1	5,7	3,8	4,4	4,4	4,2
Obras de arte e antiguidades	0,8	0,9	0,9	0,9	1,2	0,9	1,2	0,9	0,8	0,9
Joalheria	1,2	2,5	2,1	2	2	2,1	2,2	2,6	2,8	4
Alimentos, bebidas e tabaco	5,8	5,3	5,6	5,3	5,1	4,9	5	5,2	5,8	5,3
Relojoaria	1,1	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,4	1,3	1,4
Máquinas, aparelhos, eletrônica	22,5	19,4	19,3	19,2	19	18,1	18,2	18	17,3	17,1
Plásticos	2,1	2,1	2,2	2,3	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,2
Metais	7,6	6,9	7,3	8	7,8	8,8	9,6	9,2	7,3	7,8
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	3,3	3,4	3,3	3,4	3,4	3,4	3,5	3,6	3,8	3,7
Produtos de papel e artes gráficas	3,8	3,5	3,5	3,4	3,2	3	2,9	2,9	2,9	2,7
Produtos químicos e farmacêuticos	16,1	20,2	20,4	20,6	20,8	20,2	21,4	19,4	20,7	20,6
Produtos energéticos	2,9	5	5,1	5,4	7,1	7,9	6,8	8,8	7,1	7,3
Têxteis, vestuário, calçado	7,1	6,4	6,4	6	5,6	5,3	5,2	5,1	5,4	4,9
Veículos	12	10,1	10,5	10	9,1	8,7	8,8	8,5	8,9	9

Produtos	Anos							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Metais preciosos e pedras preciosas	4,7	35,7	39,8	28,6	30,8	34	29,3	25,2
Obras de arte e antiguidades	0,8	0,6	0,7	0,7	0,9	0,8	0,8	1
Joalheria	4,5	3,1	2,8	3,5	4	3,4	4,3	5,9
Alimentos, bebidas e tabaco	5,2	3,5	3,4	4,1	4	3,8	4	4
Relojoaria	1,6	1,2	1,2	1,5	1,6	1,5	1,3	1,5
Máquinas, aparelhos, eletrônica	16,6	10,6	10,1	12	11,7	10,8	11,4	11,7
Plásticos	2,2	1,5	1,4	1,7	1,6	1,5	1,6	1,7
Metais	8	5	4,7	5,7	5,3	4,9	5,5	5,8
Ferramentas, instrumentos e dispositivos de precisão	3,5	2,4	2,4	2,9	2,9	2,8	2,9	3
Produtos de papel e artes gráficas	2,5	1,6	1,4	1,7	1,6	1,4	1,4	1,4
Produtos químicos e farmacêuticos	20,3	14,2	14	17	15,9	16,4	17,6	18,3
Produtos energéticos	8,4	6,3	4,8	4,7	3,5	2,5	3,1	3,5
Têxteis, vestuário, calçado	4,8	3,1	3	3,7	3,6	3,6	4	4,3
Veículos	9,1	6,2	5,3	6,4	6,9	7,2	7,2	7,1

Anexo 19: Importação suíça de serviços, em milhões de francos (2012-2019)

FONTE: Banco Nacional Suíço

Serviços	Anos							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total de serviços	80835	85641	90791	90723	97083	104060	103709	120877
Transportes	11030	11579	11432	8356	9609	10236	10816	11524
Turismo	14256	14976	15444	15675	16225	17570	17949	18008
Serviços de seguros	1498	1410	1358	1620	1552	1701	1744	1926
Serviços financeiros	3377	3322	3390	3402	3523	3680	3783	3278
Taxas de licenças	10780	11249	12904	12555	12068	12448	13361	11845
Telecomunicações, IT e serviços de informação	10634	12047	13080	13761	15727	16867	15044	15173
Pesquisa e desenvolvimento	7587	7132	9137	9012	10496	13501	13747	14404
Serviços de consultoria de gestão	12140	13578	14493	14577	14809	14487	15002	14729
Serviços técnicos direcionados ao mercado e às empresas	5828	6050	6451	8462	8587	9815	7888	8109
Outros serviços*	3704	4298	3101	3302	4487	3756	4375	4360

* Serviços de produção industrial, manutenção e reparação, serviços de construção, serviços pessoais, serviços prestados por administrações públicas

Anexo 20: Importação suíça de serviços, em percentagem (2012-2019)

FONTE: Banco Nacional Suíço

Serviços	Anos							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Transportes	13,6	13,5	12,6	9,2	9,9	9,8	10,4	9,5
Turismo	17,6	17,5	17	17,3	16,7	16,9	17,3	14,9
Serviços de seguros	1,9	1,6	1,5	1,8	1,6	1,6	1,7	1,6
Serviços financeiros	4,2	3,9	3,7	3,7	3,6	3,5	3,6	2,7
Taxas de licenças	13,3	13,1	14,2	13,8	12,4	12	12,9	9,8
Telecomunicações, IT e serviços de informação	13,2	14,1	14,4	15,2	16,2	16,2	14,5	12,6
Pesquisa e desenvolvimento	9,4	8,3	10,1	9,9	10,8	13	13,3	11,9
Serviços de consultoria de gestão	15	15,9	16	16,1	15,3	13,9	14,5	12,2
Serviços técnicos direcionados ao mercado e às empresas	7,2	7,1	7,1	9,3	8,8	9,4	7,6	6,7
Outros serviços*	4,6	5	3,4	3,6	4,6	3,6	4,2	3,6

* Serviços de produção industrial, manutenção e reparação, serviços de construção, serviços pessoais, serviços prestados por administrações públicas